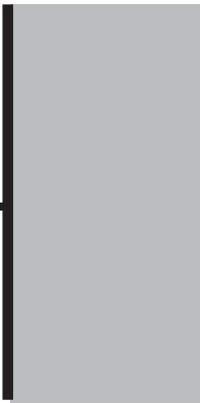


Área de Transportes e Obras Públicas



ÍNDICE

PREFÁCIO	337
PRIMEIRA PARTE	
BALANÇO DA EXECUÇÃO DA ACÇÃO GOVERNATIVA NO ANO 2012	342
1. Cooperação Regional.....	342
1.1. Promoção do plano de cooperação com as regiões adjacentes, discussão e coordenação conjunta para benefício mútuo.....	342
1.2. O novo acesso entre Guangdong e Macau poderá aumentar a fluidez na passagem alfandegária e promover a articulação regional Guangdong-Macau.....	343
1.3. O Novo Campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin.....	343
1.4. Reforço do trânsito terrestre transfronteiriço, execução da articulação dos planos.....	343
1.5. Aprofundamento da cooperação ambiental a nível regional. Promoção do abastecimento mais estável de água e energia eléctrica.....	345
2. Planeamento Urbanístico.....	346
2.1. Promoção do plano urbanístico dos novos aterros em articulação com as sugestões e opiniões da população.....	346
2.2. Entrada no processo de apreciação legislativa do Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos.....	346
2.3. Início do planeamento de pequenas zonas e do estudo de projectos cruciais.....	347
3. Gestão de Solos e Urbanização.....	347
3.1. Gestão de Solos.....	347
3.2. Lançamento de instruções de obras e combate às construções ilegais.....	348
3.3. Melhoramento dos vários diplomas legais e normas para a promoção da gestão urbana.....	349
3.4. Simplificação de procedimentos relativos à apreciação e aprovação dos projectos de obras particulares e elevação da sua eficácia.....	349
3.5. Optimizar as redes rodoviárias e melhorar o ambiente de deslocação pedonal e rodoviária.....	350

3.6. Melhorar a qualidade de vida e aperfeiçoar as infra-estruturas comunitárias	351
4. Habitação.....	352
5. Trânsito e Transportes.....	356
5.1. Transportes terrestres.....	356
5.2. Sistema de Metro Ligeiro.....	360
5.3. Aviação.....	362
5.4. Assuntos portuários.....	363
6. Protecção do Ambiente e Energia.....	364
6.1. Protecção ambiental.....	364
6.2. Gestão de recursos hídricos.....	366
6.3. Políticas energéticas.....	367
7. Telecomunicações, Correios, Ciência e Tecnologia.....	368
7.1. Gestão de telecomunicações	368
7.2. Correios Ciências e Tecnologia.....	369

SEGUNDA PARTE

LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA 2013	371
1. Cooperação Regional.....	371
1.1. Concretização do estudo sobre o “Plano de Acção de Construção de Áreas Habitáveis da Zona do Estuário do Rio das Pérolas” para aprofundar a viabilidade dos seus resultados.....	371
1.2. Aproveitar a plataforma de cooperação, promovendo a elaboração do Plano de Desenvolvimento Coordenado Zhuhai-Macau.....	372
1.3. Boa coordenação entre Guangdong e Macau e a concretização do plano de construção fronteiriça.....	372
1.4. Implementação das medidas do trânsito transfronteiriço, facilitando os contactos entre Guangdong e Macau	373
1.5. Avançar de modo activo com a construção das instalações hídricas, aperfeiçoar as medidas de contingência para o abastecimento de água.....	375
1.6. Integração na rede de monitorização da qualidade de ar regional. Assegurar o abastecimento mais estável de energia eléctrica.....	376
2. Planeamento Urbanístico.....	376

2.1.	Acompanhamento dos trabalhos legislativos da Lei do Planeamento Urbanístico e concretização do Plano das Novas Zonas Urbanas.....	377
2.2.	Início do planeamento de algumas zonas pequenas para aumentar a vitalidade dos bairros antigos.....	377
3.	Gestão de solos.....	380
3.1.	Promoção da revisão da Lei de Terras e reforço da fiscalização no cumprimento dos contratos de concessão de terrenos.....	380
3.2.	Estudo aprofundado da classificação dos terrenos e aumentar a transparência das informações cadastrais.....	381
4.	Urbanização.....	381
4.1.	Combate contínuo às obras ilegais no sentido de reduzir os perigos ocultos da cidade.....	382
4.2.	Melhorar o mecanismo de fiscalização dos edifícios que ameaçam ruína, proteger a segurança pública.....	382
4.3.	Aperfeiçoamento dos procedimentos de apreciação e aprovação, reforço do sistema de vistoria aos edifícios.....	383
4.4.	Criação de um regime de acreditação e inscrição de técnicos elevando a qualidade do pessoal profissional.....	384
4.5.	O Governo atenta ao sistema electromecânico e irá criar medidas que regem o sistema de monitorização.....	384
4.6.	Obras Públicas.....	385
4.7.	Criação do Centro de serviços da DSSOPT para dar resposta rápida às aspirações dos cidadãos.....	389
5.	Habitação.....	389
5.1.	Adaptação ao desenvolvimento da sociedade e oferta adequada de habitação pública.....	389
5.2.	Prestação de atenção à participação do público no sentido de elevar a eficácia da oferta de habitação pública.....	390
5.3.	Aperfeiçoamento das estratégias do desenvolvimento de habitação pública e elaboração do projecto de planeamento a longo prazo.....	391
5.4.	Pôr em prática as políticas e medidas e aperfeiçoar o ambiente de desenvolvimento do mercado imobiliário.....	391

5.5. Preparação para a construção do centro de serviços de administração de edifícios e aperfeiçoamento da legislação relativa à administração de edifícios.....	392
5.6. Reforço dos trabalhos de reparação de edifícios e melhoramento da qualidade do ambiente habitacional.....	393
6. Política de transportes terrestres.....	394
6.1. Planear o ajustamento da rede das carreiras dos transportes públicos, implementando a promoção das deslocações ecológicas	394
6.2. Criar activamente espaços para estacionamento e continuar a otimizar a plataforma de informação.....	395
6.3. Aprofundar o desenvolvimento do trânsito inteligente e otimizar a divulgação de informação em tempo real.....	396
6.4. Aperfeiçoar ordenadamente o ambiente de aprendizagem e exames de condução e consolidar as técnicas de inspecção de veículos.....	396
6.5. Criar um mecanismo de resposta rápida e elevar o serviço de transporte público	397
6.6. Sistema de Metro Ligeiro	398
6.7. Assuntos portuários.....	400
6.8. Aviação.....	402
7. Protecção do ambiente e Energia.....	404
7.1. Protecção do Ambiente	404
7.2. Assuntos dos recursos hídricos.....	408
7.3. Políticas energéticas.....	409
8. Políticas de telecomunicações, correios, ciência e tecnologia	412
8.1. Políticas de telecomunicações	412
8.2. Políticas de Correios	414
8.3. Política na área da Ciência e Tecnologia	415
CONCLUSÃO	417

PREFÁCIO

As “Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas” (2008–2020), promulgadas pelo Governo Central em 2008, definiram o posicionamento de Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) enquanto “Centro Mundial de Turismo e Lazer” e demarcaram as linhas de orientação estratégica para a política de desenvolvimento económico e social de Macau. De facto, prevê-se um crescimento notável do número de turistas e residentes. Satisfazer as necessidades de desenvolvimento do turismo para promover a sua competitividade, melhorar a qualidade de vida da população, bem como aumentar os equipamentos de apoio e instalações turísticas e distribuir eficazmente os recursos são os desafios que se colocam à actuação governativa da RAEM.

1. Visão e Objectivos da Acção Governativa

A área de Transportes e Obras Públicas é responsável pelas obras públicas e urbanização, planeamento urbano, transportes, habitação, comunicações, fornecimento de energia, protecção ambiental, correios etc., estando intimamente relacionada com a vivência diária de todos nós enquanto sociedade. Tendo em conta o desenvolvimento de uma cidade de turismo é necessário reforçar os equipamentos de apoio aos visitantes de Macau. “Ter por Base a População” e o “Desenvolvimento Sustentável” constitui o principal objectivo das Linhas de Acção Governativa da RAEM. Paralelamente a concretização dos objectivos de cada área sob a tutela dos Transportes e Obras Públicas terá como matriz estratégica uma melhor distribuição dos recursos e um reforço das políticas baseadas no método científico e numa análise global e a longo prazo, de acordo com as orientações já previamente estabelecidas.

As políticas de transportes serão orientadas para que Macau seja uma cidade verde, com transportes ecológicos, adequado a deslocação de residentes e turistas. Estas políticas são vocacionadas para a “primazia dos transportes públicos”, tendo como objecto fundamental transformar o metro ligeiro no principal meio de transporte público.

Nas duas vertentes de “aperfeiçoamento de infra-estruturas” e “melhores serviços” permitir-se-á melhorar os equipamentos de transportes, e articular as novas zonas urbanas, os bairros antigos e o centro histórico, respeitando as suas características, com vista a conceber um sistema de tráfego e transportes terrestres baseado no modelo “um núcleo, duas vertentes e três círculos”.

No tocante às políticas de habitação, a principal orientação política do Governo é a “Habitação para todos, bem-estar para todos”. Nessa esteira, e no âmbito do mercado imobiliário privado, o Governo decidiu lançar um conjunto de leis, diplomas e orientações para regulamentar as questões relativas às transacções no mercado imobiliário garantindo os direitos e interesses das duas partes envolvidas na transacção, construindo um ambiente propício ao desenvolvimento saudável do mercado imobiliário.

Entendendo que a habitação é uma das expressões da qualidade de vida, caso o preço dos imóveis se torne insustentável pelos cidadãos, o Governo irá aumentar a oferta de habitação pública e conseqüentemente o aumento da oferta no mercado imobiliário.

Concomitantemente, às camadas vulneráveis, de baixos rendimentos, será atribuída uma habitação social cuja renda será mais baixa que a praticada no mercado actual. Nessa esteira, o Governo vai distribuir habitações económicas para famílias que, com alguma capacidade económica, têm dificuldades em obter casa no actual mercado imobiliário.

O Governo da RAEM persiste no conceito de desenvolvimento da sociedade articulado com a protecção ambiental, para transformar “Macau num centro de baixo carbono, criar em geral uma vida ecológica”, como visão e objectivos das acções de protecção ambiental. No campo da avaliação da capacidade de carga ambiental de Macau, ir-se-ão planear e iniciar as acções de protecção ambiental e definir um plano de prevenção da poluição e eficaz tratamento de poluentes, a fim de transformar Macau numa cidade limpa e adequada a habitação e turismo.

No tocante ao planeamento dos actuais recursos de terrenos, continuamos a ter em consideração não só a necessidade de desenvolvimento global da cidade mas também o respeito pelo património histórico-cultural. Por outro lado, e de uma forma inovadora, envidaremos esforços para explorar e tentar ultrapassar os limites dos recursos existentes, de modo a criar condições para uma melhoria da capacidade de suporte ambiental global do desenvolvimento sustentável.

Já no âmbito do abastecimento energético e por razões de proximidade geográfica com a China, ir-se-ão aproveitar as vantagens trazidas pelas relações de complementaridade e cooperação a nível regional, por forma a garantir o fornecimento directo a Macau de água, electricidade e gás, estabilizar o fornecimento de energia e aumentar a capacidade de armazenamento por forma a garantir o aumento do fornecimento de energia a Macau, respondendo às suas necessidades de desenvolvimento a longo prazo. Assim, a longo prazo o nosso principal objectivo é promover a conservação energética dando ênfase ao uso de energia limpa e reciclada, criando uma sociedade economizadora de recursos.

A escassez da área territorial traz consigo algumas dificuldades em atingir o objectivo de expansão económica de Macau, de desenvolvimento urbano e de melhoria do ambiente. A zona dos novos aterros, com uma área de 3,5 km², pela sua importância irá contribuir para o desenvolvimento económico e social, para uma maior qualidade de vida da população e para a promoção da harmonia social e criação do “Centro Mundial de Turismo e Lazer”.

Os novos aterros vão desempenhar um papel importante no desenvolvimento da cidade e serão uma resposta às diversas aspirações da sociedade, e o ordenamento dos terrenos deve de ter em consideração os problemas actuais e responder às diferentes fases de desenvolvimento da sociedade. Tendo em conta a integração entre as novas zonas urbanas e os bairros antigos, o nosso objectivo é criar uma cidade verde e de baixo carbono, segura e habitável, de acordo com o planeamento urbano e o desenvolvimento sustentável da cidade como um todo.

2. Balanço da execução da Acção Governativa em 2012

Os trabalhos de planeamento de cada área estão a ser desenvolvidos paulatinamente e todos os serviços sobre a tutela dos Transportes e Obras Públicas estão a elaborar muitos trabalhos preparatórios. Quanto à elaboração de medidas políticas, assentes em métodos científicos e análise sistematizada, e através de uma matriz que combina a investigação e o estudo, ir-se-á definir a viabilidade de elaboração dos planos e de definição dos pormenores do conteúdo. Para o desenvolvimento das políticas é necessário, de acordo com o sistema legal de Macau, criar molduras legais que permitam introduzir alterações e aditamentos à legislação em vigor, bem como suprir eventuais lacunas. Assim, com base nos trabalhos preliminares já realizados, podemos concluir que 2012 é um ano marcante para a implementação e concretização faseada de diversos planos de trabalho.

Avançaram, de forma programada, a construção do projecto do novo Campus da Universidade de Macau, localizado na Ilha da Montanha (Hengqin) e as infra-estruturas de grande envergadura que acompanham o desenvolvimento urbano.

Por outro lado, um dos objectivos do Governo é aumentar a capacidade de suporte do sistema dos transportes públicos, através de uma estratégia, simultânea, de aumento do número de veículos de transportes públicos e de elevação da eficiência na sua utilização. Tendo o metro ligeiro como espinha dorsal de uma rede de transporte público integrado, encontram-se já em fase de construção três troços, bem como as oficinas, na Taipa.

A partir da entrada em funcionamento do novo modelo de serviço de autocarros públicos, tem-se vindo a fazer uma análise, contínua e científica, que abrange o fluxo de pessoas, horários e locais, e um adequado ajustamento dos itinerários de autocarros, com novos itinerários, e melhoramento da sua frequência, progressivamente elevando a capacidade de transporte e a optimização da circulação dos autocarros. Concomitantemente, com a concessão, no corrente ano, de 200 alvarás de táxi, com a validade de 8 anos cada, a atribuir faseadamente, aumentar-se-á em 20% o número de táxis.

Com o aproximar da conclusão das obras de habitação pública de grande envergadura, ir-se-á paulatinamente, conforme o planeado e com base na lista de espera de candidatos, proceder à atribuição de habitação social, e, de acordo com as habitações económicas construídas, iniciar-se-á a sua venda às famílias em lista de espera. Nessa continuidade e para dar resposta às necessidades da população que reside em habitações públicas, é necessário criar um mecanismo interdepartamental de coordenação, que defina o planeamento futuro da localização da habitação pública, estabeleça estratégias e medidas que possibilitem a utilização de meios de transporte, criação de equipamentos de apoio social, oferecendo-lhes um ambiente adequado e melhorando a sua qualidade de vida.

3. Objectivos dos trabalhos da Acção Governativa para 2013

Os trabalhos dos vários serviços da área dos transportes e obras públicas, cuja execução se fará a partir de estudos e planos já concluídos, irão entrar numa nova fase em 2013. Os trabalhos já empreendidos serão ampliados e aprofundados de forma

progressiva e, nalgumas áreas, o plano de trabalho começa já a mostrar resultados. No âmbito da construção urbana iniciar-se-á a execução de obras de grande envergadura, com aperfeiçoamento dos mecanismos de natureza interdepartamental, para fortalecimento da comunicação e gestão entre os vários serviços, sendo um dos objectivos das Linhas de Acção Governativa para o novo ano iniciar e concluir os respectivos trabalhos de acordo com o plano geral.

Os laços de cooperação regional envolvendo várias áreas são inquebráveis e influenciam o desenvolvimento económico e social de Macau. O Novo Posto Transfronteiriço de Guangdong-Macau ficará situado a Oeste do posto fronteiriço de Gongbei-Portas do Cerco e não só garantirá a ligação do metro ligeiro de Macau a outras localidades mas também permitirá uma maior fluidez de circulação de pessoas nos actuais postos fronteiriços de Zhuhai e Macau. Para além da construção do Novo Posto Transfronteiriço, reabilitar-se-á também a zona do Canal dos Patos como zona verde entre as duas fronteiras. Em 2013 iniciar-se-ão os trabalhos preliminares do Novo Posto Transfronteiriço de Guangdong-Macau, prevendo-se ainda o início da fase de execução.

Paralelamente com a execução das zonas dos novos aterros e de acordo com a calendarização prevista para os acessos à ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, o anteprojecto de planeamento das infra-estruturas na zona de gestão da ilha artificial, sob a responsabilidade de Macau, está basicamente concluído.

Após anos dedicados à construção de habitação pública, em Macau, Taipa e Coloane, o Governo entra agora na fase de atribuição das habitações, reflectindo os bons resultados das linhas de acção governativa. A habitação pública tem como objecto dar uma casa digna às camadas mais pobres da sociedade. Nessa esteira, a habitação social será atribuída aos agregados familiares em lista de espera e a habitação económica disponibilizada a famílias em lista de espera para compra de uma fracção. A oferta da habitação pública vai aumentar o número de fracções autónomas no mercado, o que não só diminuirá a pressão de habitação sobre a população, mas também melhorará a oferta das fracções no mercado imobiliário de Macau.

As obras de construção do metro ligeiro seguem um desenvolvimento ordenado. Para assegurar que o sistema de metro ligeiro entre em circulação, iniciar-se-ão os trabalhos preparatórios da fase inicial, segundo o planeamento, tais como a elaboração de leis e regulamentos, o fabrico de carruagens e os trabalhos preparatórios para a sua operação e manutenção futura.

Ao mesmo tempo vão ser feitos estudos prévios, no sentido de acelerar a conclusão do projecto da rede de transportes, construindo-se e ampliando-se a rede tridimensional de transporte público e procedendo-se a obras de melhoramento das vias rodoviárias. Paralelamente, sendo o sistema de deslocação pedonal um dos componentes do sistema de transporte público e uma forma de deslocação segura, directa, de fácil acessibilidade e ecológica, serão abertos concursos para a construção de várias vias pedonais.

Conforme o calendário de planeamento a dez anos, em 2013 vai iniciar-se, de forma geral, a construção de infra-estruturas de transportes terrestres, antecipando e concretizando uma visão do futuro e o compromisso de “primazia dos transportes públicos” e “deslocação ecológica”.

PRIMEIRA PARTE

BALANÇO DA EXECUÇÃO DA ACÇÃO GOVERNATIVA NO ANO 2012

1. Cooperação Regional

Com a concretização do 12.º Plano Quinquenal Nacional, têm surgido oportunidades para uma melhor cooperação entre Guangdong e Macau. O Governo da RAEM tem-se empenhado em fazer de Macau um centro mundial de turismo e lazer, participando activamente em planos favoráveis ao desenvolvimento, a longo prazo, da cooperação regional entre Guangdong, Hong Kong e Macau. Graças à atenção e ao suporte do Governo Central da China e de outras regiões, Macau tem vindo a aumentar o seu papel preponderante a nível do desenvolvimento sustentável, tendo adquirido nova vitalidade devido ao desenvolvimento urbano e à expansão das suas capacidades, entrando numa nova etapa no âmbito da integração inter-regional, resultando para a RAEM na criação de novas oportunidades.

No âmbito da cooperação regional em 2012, no respeitante a estudos de planeamento, infra-estruturas transfronteiriças e respectivas articulações no trânsito, novos empreendimentos de grande escala a desencadear para fazer face a novas conjunturas, deram-se já início de uma forma ordenada a uma série de trabalhos.

1.1. Promoção do plano de cooperação com as regiões adjacentes, discussão e coordenação conjunta para benefício mútuo

A fim de aproveitar as oportunidades de cooperação regional, em 2012 promovemos activamente os projectos inerentes ao “Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau”, entre os quais se destaca o “Plano de Acção de Construção de Áreas Habitáveis da Zona do Estuário do Rio das Pérolas”, cujos trabalhos de elaboração continuam, tendo-se concluído no primeiro semestre deste ano o respectivo relatório geral, o texto para consulta pública e relatório final da 1.ª fase de consulta pública. Relativamente à elaboração do “Plano de Desenvolvimento Coordenado Zhuhai-Macau” e do “Plano de Desenvolvimento para a Margem Ocidental do Estuário do Rio das Pérolas”, realizou-se no início de 2012, relativamente ao primeiro Plano, uma reunião de trabalho entre Zhuhai e Macau, estando neste momento a proceder-se à revisão do respectivo relatório preliminar, e relativamente ao segundo Plano foi já assinado um acordo de cooperação. Procuraremos concluir brevemente

a sua elaboração no sentido de se criarem mais condições para transformar Macau num “Centro Mundial de Turismo e Lazer” e desempenhar o seu papel de plataforma regional.

1.2. O novo acesso entre Guangdong e Macau poderá aumentar a fluidez na passagem alfandegária e promover a articulação regional Guangdong -Macau

Os Governos de Guangdong e Macau realizaram em Maio de 2012 a Conferência Conjunta de Cooperação Guangdong-Macau e divulgaram a promoção da ideia do projecto de construção de um novo acesso entre Guangdong e Macau. A concretização deste projecto poderá aliviar a pressão do fluxo de passageiros na passagem alfandegária das Portas do Cerco, promovendo a articulação fácil e rápida entre a rede ferroviária interurbana de Guang-Zhou e o Metro Ligeiro de Macau, apoiando o desenvolvimento da zona noroeste de Macau, elevando a qualidade de vida ambiental dos cidadãos dessa zona e resolvendo, assim, o problema de poluição da água do Canal dos Patos, tendo um grande significado no impulsionar do desenvolvimento de Macau. Sendo um projecto inter-regional, implicará várias partes. Para assegurar a sua execução com êxito e acelerar o início dos trabalhos, o Governo da RAEM, juntamente com o Governo de Guangdong, submeteram o respectivo pedido ao Governo Central, tendo abordado com os respectivos ministérios e comissões a concretização dos trabalhos, e por outro lado, realizado vários estudos preliminares.

1.3. O Novo Campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin

Estamos de forma célere a proceder à construção do Novo Campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin.

A construção conta com o apoio e coordenação adequada de todas as partes, em particularmente, do Governo Central, dos respectivos ministérios, do governo da Província de Guangdong e o Município de Zhuhai, plasmado num modelo de cooperação estreita entre Guangdong-Hong Kong-Macau, sendo que com a ajuda de novas ideias e o desafio de novos modelos de desenvolvimento, serão concluídos progressivamente as construções deste complexo e urgente empreendimento.

1.4. Reforço do trânsito terrestre transfronteiriço, execução da articulação dos planos

Sendo a construção de infra-estruturas um dos importantes pilares que suportam a promoção da estreita cooperação entre Guangdong, Hong Kong e Macau e estando prevista, para o final de 2016, a conclusão das obras da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, os governos dos três territórios constituíram o grupo de estudo e coordenação da política de

trânsito transfronteiriço da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, assim como deram início ao estudo das diversas soluções relativas ao trânsito transfronteiriço e promoveram o avanço dos trabalhos nos dois territórios.

A fim de aumentar a articulação entre Zhuhai e Macau, no plano dos transportes públicos urbanos, teve já início o estudo de viabilidade dos transportes públicos que circulam entre Macau e Hengqin, como ponto de partida para a promoção da acessibilidade directa dos transportes públicos. Para promover a intercomunicabilidade na utilização dos passes nos transportes públicos de Macau, Guangdong e Hong Kong, a RAEM e Zhongshan implementaram, a título experimental no final de 2011, a intercomunicabilidade dos passes nos seus transportes públicos. Os residentes dos dois territórios podem utilizar passes dos transportes públicos de duas moedas em carreiras indicadas, lançando as bases para a aceleração do desenvolvimento da utilização de um só passe na Província de Guangdong e Macau.

No que se refere ao “estudo sobre a troca de cartas de condução para veículos ligeiros de forma conveniente para as partes de Guangdong e Macau”, tiveram já início contactos e troca de informação, tendo em vista encontrar um consenso, no sentido de elaborar em conjunto a metodologia de operação prática, e fazendo esforços para a concretização este ano de uma solução de gestão e outras medidas.

Quanto à implementação do plano que permite aos veículos motorizados de Macau entrarem e saírem da Ilha da Montanha (Hengqin), tendo em conta o modelo de tecnologia e experiência dos Serviços Alfandegários de Macau, foi incumbida uma instituição de estudo de qualidade de efectuar o estudo de viabilidade da aplicação do sistema de identificação por radiofrequência, para servir de referência na concretização do respectivo plano. Por outro lado, fruto do desenvolvimento de Macau e atendendo à procura do trânsito que se espera para a nova via de acesso entre Guangdong e Macau, da zona dos novos aterros, da ilha artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e do Terminal Marítimo da Taipa, assim como da quarta passagem entre Macau e Taipa, e em conjugação com a política de transporte terrestre que preconiza a “primazia dos transportes públicos”, começaram já este ano o estudo prévio da ligação entre o eixo Leste Macau-Taipa, sendo também instituído um modelo complexo de transporte transfronteiriço e interurbano, diversificado e integral, impulsionando ordenadamente o planeamento da rede de trânsito de “duplo círculo duplo eixo”.

Paralelamente, com a implementação progressiva do interface conveniente entre o novo acesso e a via-férrea interurbana Guangzhou-Zhuhai, o transporte ferroviário regional mostra-se mais importante para o estudo do planeamento da articulação e o trabalho de coordenação. Em harmonia com o planeamento do novo acesso, procedeu-se a uma profunda análise sobre a localização das estações e do traçado do Metro Ligeiro nas Portas do Cerco e na Zona Norte, com o objectivo de proporcionar aos residentes serviços de transportes públicos convenientes e confortáveis.

O Governo continua também a trocar opiniões com as entidades da Ilha da Montanha (Hengqin), bem como a estudar a viabilidade referentes à interface de ligação directa do

Posto Fronteiriço de Flor Lótus à Ilha da Montanha (Hengqin), seguindo o objectivo de desenvolvimento da integração regional definida nas “Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas” e no “Acordo Quadro de Cooperação Guangdong-Macau.

Para estar em harmonia com a implementação dos projectos transfronteiriços e a promoção da aplicação comum de dados topocartográficos entre Guangdong, Hong Kong e Macau, foi estabelecida, neste ano, uma relação que permite a utilização comum de datuns topocartográficos nestas três regiões e que visa suportar o planeamento, a gestão e a construção de vários projectos de cooperação transfronteiriça, promovendo a prestação de serviços topocartográficos mais aperfeiçoados e a respectiva garantia, bem como impulsionando a integração e o desenvolvimento conjunto das três regiões.

1.5. Aprofundamento da cooperação ambiental a nível regional. Promoção do abastecimento mais estável de água e energia eléctrica.

A entrada em funcionamento do sistema hídrico de Zhuyin significa a garantia, a longo prazo, do abastecimento de água a Zhuhai e Macau. No intuito de permitir maior conhecimento da população dos dois territórios acerca da história do abastecimento de água a Guangdong e Macau e um reforço da sensibilização para a poupança de água, em resultado da assinatura do “Acordo para a Cooperação na Construção do Parque Comemorativo Temático do Abastecimento de Água a Guangdong e Macau”, construímos, em conjuntamente com Guangdong, o Parque Comemorativo Temático do Abastecimento de Água a Guangdong e Macau, promovendo a poupança de água. Simultaneamente, empenhamo-nos em acompanhar o andamento e a execução da obra da construção do empreendimento hídrico de Datengxia e mantemos uma comunicação e cooperação estreita com a Comissão de Recursos Hídricos do Rio das Pérolas e os demais serviços públicos hídricos do Interior da China.

Além disso, a fim de potenciar a capacidade de resposta em caso de acidentes nas operações conjuntas dos organismos competentes de Guangdong e de Macau nos sistemas de abastecimento de água, o Governo da RAEM elaborou um anteprojecto que abrange acidentes nos sistemas de abastecimento de água como invasão da maré salgada, incidentes nas obras, incidentes da contaminação da água em Macau ou fora do território, etc., que é citado no “Plano Geral de Protecção Civil” do Governo da RAEM, aperfeiçoando com maior eficácia o sistema de gestão de contingência de Macau no âmbito do abastecimento de água.

Relativamente à reabilitação do Canal dos Patos, foi dada continuidade, nas respectivas acções, ao aprofundamento do intercâmbio e cooperação regional, sendo apresentada, este ano, a proposta para a reabilitação integrada do ambiente hídrico do Canal e realizado o controlo de poluição proveniente de descarga de efluentes nas margens do Canal (na zona de Macau). Entretanto, poderemos aproveitar a oportunidade do projecto do Novo Acesso

Transfronteiriço entre Guangdong e Macau para resolver completamente o problema de poluição no Canal.

Quanto à electricidade, em 2012 foi concluída, como previsto no plano, a construção da segunda interligação de transmissão eléctrica de 220 kV, que liga Macau e a Ilha da Montanha (Hengqin), tendo dois dos circuitos entrado em funcionamento em Junho. A interligação da transmissão eléctrica ligou a subestação do Canal dos Patos com a subestação Flor de Lótus, através da rede primária de 220 KV, formando uma estrutura de redes eléctricas, uma a norte e outra a sul, para fornecimento de energia eléctrica a Macau, tendo sido elevada em 50% a capacidade de importação de electricidade da interligação regional de Macau e mais reforçada a segurança e a estabilidade do fornecimento de electricidade, satisfazendo a sua procura pelo menos até 2015. Outro ponto forte do projecto de cooperação Guandong-Macau, no âmbito da electricidade, está relacionado com as obras de construção de infra-estruturas de fornecimento de electricidade ao Novo Campus da Universidade de Macau na Ilha da Montanha (Hengqin), em coordenação com a sua entrada em funcionamento, as quais se encontram quase concluídas, podendo fornecer energia eléctrica ao campus.

2. Planeamento Urbanístico

2.1. Promoção do plano urbanístico dos novos aterros em articulação com as sugestões e opiniões da população

Após a recolha das opiniões durante o prazo de auscultação pública da segunda fase do plano director das novas zonas urbanas, conjugadas com o relatório de análise dos respectivos dados elaborado pela companhia de consultoria a quem o mesmo foi encomendado em 2012, compilou-se o “Conjunto das Opiniões e Sugestões da Auscultação Pública da Segunda Fase sobre o Plano Director das Novas Zonas Urbanas” servindo como referência para a elaboração de projectos do planeamento.

A elaboração do plano director das novas zonas urbanas teve por base as análises efectuadas por especialistas e a participação e apoio dos cidadãos; reuniões de intercâmbio e reuniões de discussão específica por parte dos especialistas realizar-se-ão no 2º semestre de 2012, para aprofundar o planeamento urbanístico, prevendo-se a terceira fase da auscultação pública inicia entre finais do corrente ano, a início do próximo ano.

2.2. Entrada no processo de apreciação legislativa do Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos

Procedemos aos trabalhos de planeamento do desenvolvimento dos bairros antigos numa concepção de integração das características novas e antigas. Em 2012, reforçamos as acções de divulgação de informações referentes ao reordenamento dos bairros antigos. No

princípio do ano, foram concluídas as visitas aos cerca de 2.500 fogos do Bairro de lao Hon, o que para além de permitir aos moradores, de forma interactiva, tomarem conhecimento do conteúdo da lei e emitirem as suas opiniões, permitiu-nos tomar conhecimento da vontade daqueles sobre o reordenamento dos bairros antigos, impulsionar a participação no planeamento de zonas e oportunamente lançar a divulgação do concurso de concepção do projecto de reconstrução do Bairro de lao Hon, para uma melhor articulação com o início dos projectos de reconstrução do Bairro de lao Hon. Actualmente, a proposta de Lei do Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos já foi aprovada na generalidade pela Assembleia Legislativa, estando a decorrer a sua apreciação na especialidade.

2.3. Início do planeamento de pequenas zonas e do estudo de projectos cruciais

Numa articulação com o desenvolvimento a longo prazo de Macau, de dar uma nova fisionomia à cidade e satisfazer as exigências da sociedade, em 2012 elaborámos vários planos de pequenas zonas e estudos de projectos cruciais, nomeadamente, o Plano Pormenor dos Estaleiros Navais de Lai Chi Vun de Coloane, o Plano da Povoação de Hac Sá de Coloane, o Plano conceptual urbanístico geral e ambiental do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e da zona circundante, o Plano de Reordenamento Urbanístico de Seac Pai Van de Coloane, a Concepção Urbanística Geral da Zona da Barra, o Plano de Reordenamento da Zona do Porto Interior, o Planeamento Geral da Zona Nuclear do Património Mundial (Ruínas de S. Paulo), o Estudo sobre o Plano da Zona Noroeste de Macau, o Estudo sobre “Kimaatlas” (Atlas do clima) de Macau, o Estudo de Revitalização e Utilização do Espaço da Zona Envolvente do Pátio do Lilau e da Casa do Mandarin, o Estudo sobre a Classificação de Terrenos aprofundado, etc.

O desenvolvimento de cada zona será regido pelas características e ambiente natural próprias, o que aumentará a qualidade de vida dos residentes e o turismo e melhorará o índice habitacional, conseguindo uma articulação com a indústria de turismo e de lazer e tornando-se uma relevante referência para a futura gestão de solos de Macau.

3. Gestão de Solos e Urbanização

3.1. Gestão de Solos

Com o objectivo de estabelecer uma articulação entre o futuro planeamento urbanístico e desenvolvimento dos terrenos, deu-se início de uma forma contínua à elaboração da “Lei do Planeamento Urbanístico”, à revisão da “Lei de Terras” e à revisão dos respectivos diplomas complementares, estando-se actualmente a acelerar os passos para aperfeiçoar os respectivos articulados. Em virtude das duas leis terem muitos articulados em comum, ambas têm que ser compatíveis e implementadas em conjunto, estando-se actualmente a fazer

todos os esforços para que as duas leis entrem ao mesmo tempo em processo legislativo, no 4.º trimestre do corrente ano.

O Governo não só irá reforçar a gestão dos solos através do aperfeiçoamento do regime jurídico, mas irá também reforçar a supervisão do cumprimento dos contratos e combater rigorosamente as ocupações ilegais de terrenos públicos, para proteger os recursos de solos do Governo. De facto, desde 2009 até aos primeiros nove meses do corrente ano, foram revertidos para a RAEM um total de 52 terrenos ilegalmente ocupados com uma área global aproximada de 210 000 metros quadrados.

Paralelamente e de uma forma empenhada, temos reforçado o acompanhamento dos trabalhos de tratamento dos terrenos não aproveitados, tendo já procedido a análise das fases preliminares de 48 casos em quem poderão ser imputadas responsabilidades, prevendo-se que até ao final do corrente ano se possa concluir a análise no aspecto jurídico, até ao Agosto do corrente ano tendo-se iniciado os respectivos procedimentos legais de declaração da caducidade das concessões em 12 casos.

Além disso, continuamos a otimizar a gestão dos arquivos cadastrais e a reforçar a eficiência de análises cadastrais através da integração das base de dados cadastrais e de arquivos cadastrais digitais. Visando dar auxílio à monitorização de solos, foram usadas as técnicas de imagem para efectuar a análise e comparação das imagens históricas obtidas por detecção remota e, desta forma, proceder ao estudo sobre a tendência de mudança do aproveitamento de terrenos.

3.2. Lançamento de instruções de obras e combate às construções ilegais

A fim de criar um ambiente habitacional com condições de segurança e melhorar a imagem da cidade de Macau, não podemos descuidar a boa execução dos trabalhos de urbanização e de gestão. Entre eles, e para eliminar gradualmente os riscos no âmbito da segurança, continuaremos a impedir, com recurso a vários meios, a proliferação de construções clandestinas nos bairros antigos e nas novas zonas urbanas e a tratar os casos dos edifícios deteriorados localizados nos mesmos bairros. O Grupo de Trabalho Permanente Interdepartamental para a Demolição e Desocupação das Obras Ilegais lançou, a partir de 2011, medidas, tais como a emissão colectiva de ordens de demolição respeitantes, nomeadamente, a obras ilegais, verificadas, nos edifícios recentemente construídos, em simultâneo procurando-se deste modo elevar a eficiência no tratamento dos trabalhos.

Além disso, a fim de diminuir as obras ilegais na sua origem, intensificámos a educação cívica. Em fins de Maio de 2012, lançámos as “Instruções para as Instalações de Segurança e Prevenção de Furtos nos Edifícios”, tendo sido definidos os critérios para a instalação de equipamentos de prevenção de furtos ou de segurança pessoal nas moradias, clarificando a regularização das dependências legais dos edifícios e disponibilizando aos cidadãos, que necessitem de instalar os respectivos equipamentos, instruções simples, claras e que

obedecem ao que é exigido na legislação. Paralelamente, deu-se início aos trabalhos preparatórios da fase preliminar da criação do Sistema de Gestão de Dados sobre Edifícios em Estado de Degradação, no sentido de melhorar a gestão e o registo das informações dos processos. Os trabalhos de desenvolvimento do respectivo sistema informático terão início em 2013.

3.3. Melhoramento dos vários diplomas legais para a promoção da gestão urbana

Para regulamentar a gestão urbana, após os estudos e os trabalhos preparatórios realizados a longo de anos, serão gradualmente aperfeiçoados os respectivos diplomas legais. Na sequência da entrada em processo legislativo, em 2012, da proposta de lei do Regime Jurídico da Construção Urbana, foram concluídos o regulamento administrativo complementar da proposta de lei do Regime Jurídico da Construção Urbana (normas de natureza administrativa), ao mesmo tempo foram iniciados os trabalhos de revisão do Regulamento Geral da Construção Urbana (normas de natureza técnica), tendo sido concluída a fase de concepção e de recolha preliminar de opiniões sobre o texto final para a recolha de comentários, prevendo-se que este seja submetido a consulta pública no 4º trimestre do corrente ano. Quanto ao Regulamento de Segurança contra Incêndios, que também tem uma função importante para a gestão urbana, a respectiva proposta de lei entrará no processo legislativo em 2013, após aperfeiçoamento.

3.4. Simplificação de procedimentos relativos à apreciação e aprovação dos projectos de obras particulares e elevação da sua eficácia

Um dos trabalhos, também fulcrais, durante o corrente ano é o de aumentar a eficácia na apreciação de projectos. Relativamente aos projectos de construções particulares, continuamos a otimizar os circuitos internos e a melhorar o grau de transparência na apreciação dos projectos. Para além disso, estabelecemos uma plataforma de comunicação com diversos departamentos consultivos, tendo também implementado medidas que facilitem a vida dos cidadãos, nomeadamente, a criação de impressos de pedidos de diversos serviços/obras, resultando num aumento progressivo do grau de eficiência das respectivas apreciações.

No início de 2012 foram implementadas medidas de simplificação relativamente a obras que não são de construção, combinando a apresentação de três pedidos apenas num, isto é, apreciação e aprovação de projectos, emissão de licença e início de obra num só único pedido. Para além disso, foram lançadas em meados do corrente ano as "Orientações para o Preenchimento da Memória Descritiva das Fracções Autónomas e Critérios de Denominação das mesmas". Os "Trâmites para Elaboração dos Diversos Projectos de Especialidade para as Obras de Construção" serão lançados em início do ano 2013. Deu-se também início aos

trabalhos preparativos dos “Critérios para a Vistoria às Obras Concluídas de Construção ou Ampliação” procurando-se estabelecer critérios para os procedimentos de elaboração dos projectos de especialidade, da sua apreciação e aprovação e de vistoria às obras concluídas, de uma forma transparente, simplificada e mais conveniente para a população, com o objectivo de acelerar o tratamento das vistorias e de melhorar a qualidade dos edifícios.

Estando o desenvolvimento urbano e a urbanização intimamente ligados à participação de técnicos nas diversas especialidades, o projecto de legislação respeitante ao “Regime de acreditação, registo, inscrição e qualificação para o exercício de funções profissionais nos domínios da construção civil e do urbanismo” entrou já na última fase da sua elaboração.

3.5. Optimizar as redes rodoviárias e melhorar o ambiente de deslocação pedonal e rodoviária

Em 2012 envidamos os nossos esforços na optimização das estruturas da rede rodoviária urbana, na promoção da micro-circulação das vias e na abertura de pontos de ligação às redes rodoviárias, no sentido de libertar mais espaços para vias e optimizar as redes rodoviárias que fazem a ligação entre o centro da cidade e as zonas do Noroeste e da Taipa, melhorando o ambiente de deslocação pedonal e rodoviária dos cidadãos.

Ao mesmo tempo, vem-se gradualmente criando um sistema pedonal livre de barreiras arquitectónicas através da optimização dos equipamentos de travessia pedonal, facilitando o acesso a pessoas portadoras de deficiências motoras e aos idosos. Paralelamente e para melhorar a qualidade nas deslocações, procedeu-se ao ordenamento das vias degradadas, tal como à sua repavimentação e à instalação de equipamentos em falta.

Macau é uma cidade pequena mas com uma elevada densidade populacional, sendo que a sobrecarga viária está a intensificar-se. Deste modo, considera-se primordial importância o encurtamento das distâncias dos percursos e a redução de situações conflituosas entre o trânsito pedonal e o trânsito rodoviário, através do aperfeiçoamento e das ligações entre as redes rodoviárias.

Em 2012 continuamos a envidar esforços na ampliação das redes rodoviárias através do prolongamento dos pontos de ligação das vias principais, de modo a desobstruir o fluxo do trânsito, como por exemplo no corrente ano com a abertura da Rua de Lei Pou Ch'ôn e o prolongamento da Avenida do Ouvidor Arriaga e da Rua Nova do Patane, concluindo a ligação da rede rodoviária entre a zona do Ouvidor Arriaga e a zona da Ilha Verde.

Além disso, demos início à remodelação da rede rodoviária da zona adjacente à Avenida Marginal do Lam Mau, abrindo e prolongando a Avenida Marginal do Patane, desempenhando um papel dinâmico no melhoramento do trânsito da zona Noroeste de Macau até às zonas vizinhas.

Por outro lado, nas ilhas de Macau, a passagem inferior de trânsito ligando a Estrada da Baía de Nossa Senhora da Esperança e a Avenida Wai Long já entrou na sua fase crucial, prevendo-se a conclusão e entrada em funcionamento no próximo ano. Com o conjunto de habitações públicas a ficar gradualmente concluído, com a ocupação, em breve, da habitação económica do Edifício do Lago da Taipa, estando a primeira etapa do desenvolvimento urbanístico de Seac Pai Van de Coloane em andamento, uma vez que os seus moradores comecem a residir nas mesmas, o ambiente do trânsito envolvente terá de ser significativamente alterado.

Nesse sentido, procedeu-se a um planeamento preliminar, tendo-se dado início às obras de construção referentes às vias permanentes, provisórias e pedonais no sentido de aperfeiçoar o sistema de trânsito da nova zona.

Em simultâneo, temo-nos empenhado em executar os trabalhos referentes às instalações sem barreiras arquitectónicas, nos quais se incluem a introdução nas passagens superiores para peões existentes de elevadores equipados com botões com indicações em braille e sistema de instruções sonoras, colocação nas rampas e vias de pisos com diferenciação táctil, etc., procurando-se assim melhorar a situação viária.

Para facilitar as deslocações pedonais, proceder-se-á à instalação de elevadores na passagem superior para peões situada na Rua do Campo e nas passagens inferiores para peões situadas junto à Praça de Lótus e à Praceta de Miramar, respectivamente.

No que respeita à optimização das instalações pedonais, em Abril entrou em funcionamento o sistema pedonal que liga a vila da Taipa, o COTAI e a Avenida da Baía de Nossa Senhora da Esperança, estando também concluída a passagem superior para peões da Avenida do Dr. Francisco Vieira Machado. Paralelamente, deu-se início às obras de construção das passagens superiores para peões na Estrada Almirante Magalhães Correia na Taipa e na Travessa da Guelra, à construção de quatro passagens superiores para peões em Seac Pai Van em Coloane, bem como ao ordenamento das rodovias do NAPE e outras instalações pedonais e obras de melhoramento do ambiente pedonal.

3.6. Melhorar a qualidade de vida e aperfeiçoar as infra-estruturas comunitárias

Em 2012 o Governo da RAEM tem vindo continuamente a investir na construção dos principais empreendimentos sociais de acordo com as necessidades, no sentido de melhorar as condições de vida da população, neles se incluem, principalmente, a empreitada de ampliação do Hospital Conde São Januário (1.ª Fase), a obra de construção do Edifício de Serviços Sociais de Pou Tai, a obra de construção do auto-silo e jardim situado na Rua de Seng Tou da Taipa, entre outras.

Para além disso, em articulação com o desenvolvimento acelerado do COTAI e a construção sucessiva de novos edifícios habitacionais torna-se necessário proceder ao

aumento das infra-estruturas comunitárias a fim de melhorar a capacidade de escoamento do sistema de drenagem pública de águas da zona. Por exemplo, foi iniciada a Empreitada da Urbanização de Seac Pai Van, em Coloane – 1.^a Fase de Obras de Infra-estruturas nas zonas Leste/ Oeste, para além de se proceder à arborização da zona, assentamento de colectores para drenagem, pavimentação de vias pedonais e rodoviárias, reserva de tubagens para uso dos outros serviços de utilidade pública, etc.. A Empreitada de Drenagem da Estrada do Altinho de Ká Hó em Coloane – Fase II tem como objectivo principal substituir a rede de drenagem da Estrada do Altinho de Ká Hó e da Estrada de Seac Pai Van e reforçar a sua capacidade, construir drenagens e pavimentar as vias rodoviárias, prevendo-se a sua conclusão no 4.º Trimestre de 2012.

Além disso, ficou já concluída pela primeira vez em Macau a instalação de uma rede de tubagem para a água reciclada em conjugação com o plano de urbanização de Seac Pai Van e o empreendimento de habitação pública, no referente ao tratamento específico das águas residuais descarregadas na urbanização que se transformarão em águas recicladas, e mediante essa rede independente será fornecida água para uso sanitário e de rega, atingindo-se assim os objectivos de conservação de água e utilização racional de recursos hídricos.

Já foi concluído o processo de escolha da localização para a Estação de Reciclagem da Água, assim como o estudo sobre a sua concepção preliminar, tendo-se também iniciado o respectivo concurso público no terceiro trimestre. Em articulação com as necessidades do seu funcionamento, foram elaborados os regulamentos no campo da gestão para preparação para o futuro desenvolvimento no âmbito da utilização da água reciclada.

4. Habitação

Para concretizar o principal objectivo da política de habitação “Habitação para todos, bem-estar para todos”, a missão principal do ano 2012 é acelerar a construção dos empreendimentos de habitação pública. Actualmente, encontram-se construídas 4 189 fracções, estando em construção 15 071 fracções, totalizando 19 260 fracções. Após o projecto de 19 000 habitações públicas, o Governo dispõe terrenos reservados para habitação pública, onde poderão ser construídas mais de 6 000 fracções, das quais aproximadamente 3 800 fracções já estão na fase de planeamento e acompanhando os processos de concurso público no ano 2012. Além disso, iremos reservar terrenos para habitação pública no planeamento dos novos aterros, por forma a satisfazer as necessidades de terrenos para habitação pública.

Após a aprovação da Lei da Habitação Económica em Agosto de 2011, pela Assembleia Legislativa, iniciou-se imediatamente a venda das fracções de habitação económica construídas e a atribuição antecipada das fracções dos empreendimentos de habitação económica em construção. Até ao final de Setembro de 2012, foram seleccionados 7 298 agregados familiares da lista de espera para escolha das fracções de habitação económica e 4 757 agregados familiares prometeram adquirir as respectivas fracções. Simultaneamente,

temos continuado a organizar os alojamentos de habitação social para agregados familiares na lista de espera, e até finais de Setembro foram tratados um total de 1 483 agregados familiares em lista de espera, dos quais, depois de retirados os agregados familiares desistentes, os que não reuniam os requisitos, os que foram transferidos para o último lugar da lista de espera geral e ainda aqueles que solicitaram a renovação dos dados do processo, por alteração dos membros familiares, foram autorizados 555 agregados familiares para terem arrendamento de habitação social.

Temos continuado a desempenhar o papel de plataforma do Conselho para os Assuntos de Habitação Pública, com vista a promover a discussão de vários assuntos, incluindo: os principais conteúdos do texto para consulta sobre a Estratégia do Desenvolvimento para a Habitação Pública (2011-2020), o andamento das construções de habitações públicas e a respectiva quantidade, a fim de auscultar as opiniões e sugestões apresentadas pelo Conselho. A consulta pública sobre a Estratégia do Desenvolvimento para a Habitação Pública, realizada em Maio do corrente ano, durante um período de 60 dias, através dos diferentes meios, a fim de auscultar as opiniões e sugestões dos diversos sectores sociais, deu a conhecer as estratégias do desenvolvimento de habitação pública e as diversas medidas. Será feita uma compilação das opiniões recolhidas durante o período de consulta, procurando-se que esteja concluída no final do corrente ano.

No intuito de minorar a situação dos arrendatários de habitação social, dado ao aumento do custo de vida provocado pelo agravamento da inflação, o Governo isentou o pagamento da renda, por parte de mais de 7 300 arrendatários de habitação social durante o ano 2012. Para além de continuar a atribuir o abono provisório de residência a agregados familiares da lista de candidatos a habitação social, a partir do dia 1 de Setembro, o montante mensal do abono a atribuir passou de \$1 250 patacas para \$1 350 patacas para os agregados familiares compostos por uma ou duas pessoas, e para os agregados familiares compostos por três ou mais pessoas, o montante mensal do abono a atribuir passou de \$1 900 para \$2 050 patacas. Desde a implementação desta medida de 2008 até ao final de Setembro de 2012, 7 110 agregados familiares foram beneficiados, orçando o total de abono atribuído em \$223 milhões de patacas.

No sentido de aumentar o número dos beneficiários de habitação social, em Junho de 2012, foram revistas as restrições da respectiva legislação ao alojamento em habitação social. Para o cálculo do total do rendimento, não é tido em consideração o valor da pensão para idosos atribuídas pelo Fundo de Segurança Social a elementos de agregado familiar que tenham completado 65 anos de idade, esta parte do rendimento não está sujeita ao limite máximo do rendimento de habitação social, criando assim uma condição específica do alojamento de habitação social mais liberalizada para os agregados familiares com idosos. Tendo em consideração a procura de habitação social e a situação real da oferta nas diferentes zonas, e no sentido de resolver os prementes problemas habitacionais dos agregados familiares em lista de espera de habitação social, procedemos à revisão do Regulamento de Candidatura para Atribuição de Habitação Social, nas condições de candidatura não foram estabelecidas zonas de escolha, melhorando assim a eficácia do alojamento das habitações sociais.

Por outro lado, de acordo com o mecanismo estabelecido e com base no valor do risco social e mudança dos outros índices, o limite máximo de rendimento e limite de património para candidatura a habitação social, calculado em conformidade com o número de elementos do agregado familiar foi aumentado novamente em Julho de 2012. O limite do rendimento alterado é mais adequado à situação actual da sociedade de Macau, sendo atenuados os requisitos de acesso para candidatura a habitação social.

Desde a entrada em funcionamento do Centro de Arbitragem de Administração Predial, o Conselho Arbitral do Centro de Arbitragem determinou o alargamento dos destinatários para a aplicação do processo de arbitragem e clarificou o âmbito e rejeição da arbitragem, chegou a consenso sobre os temas, relacionados com todos os proprietários, relativos à forma da elaboração da convenção arbitral e processos de execução da transacção, conciliação e arbitragem, nomeadamente, procedeu-se a uma profunda discussão sobre as disposições legais relativas à convenção arbitral previstas no artigo 1342.º do Código Civil, entendeu-se que a convenção arbitral pode ser celebrada no regulamento da administração de edifício através da convocação da assembleia geral de condóminos, e tem efeitos vinculativos para os condóminos. O Centro de Arbitragem irá elaborar um exemplo de convenção arbitral que servirá como referência para divulgação e promoção, bem como reforçar a colaboração e coordenação junto dos proprietários na elaboração da convenção arbitral. Até ao Setembro do ano 2012, foram recebidos 74 pedidos de consulta, dos quais 14 pedidos reuniam as condições para proceder ao acompanhamento e coordenação de forma avançada e sendo que 9 pedidos chegaram à transacção, depois das várias coordenações feitas pelo Instituto de Habitação, adiante designado por IH. Em Julho, o Centro de Arbitragem aceitou um caso litigioso sobre a validade da deliberação da assembleia geral do condómino, sendo resolvido através da conciliação e arbitragem.

O Governo tem dado atenção a casos de infiltração, segundo critérios de urgência, e tem realizado a vistoria, a análise sobre a origem da responsabilidade, e emitido as respectivas notificações para reparação. O Centro de Inter-serviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios tem empenhadamente ajudado os residentes na resolução dos problemas de infiltrações nos edifícios, acelerando o seu acompanhamento através da colaboração interdepartamental. Com o aperfeiçoamento contínuo do fluxograma de trabalhos, tem diminuído o tempo de tratamento dos casos e aumentado a eficiência do trabalho. Continua a proceder a vasta divulgação, de modo a aumentar a sensibilização dos residentes sobre a perigosidade das infiltrações de água nos edifícios e a sua responsabilidade nas reparações. Os casos de reparações efectuadas por iniciativa própria dos proprietários e moradores têm aumentado anualmente, de 50% no ano 2009 para 73,76% em Setembro do ano 2012, depois de terem sido acompanhados e coordenados pelo Centro. Embora haja 8,94% dos casos já com resultados da vistoria, mas porque há casos de recusa na colaboração da reparação, 17,3% ainda estão em acompanhamento.

Desde a criação do Fundo de Reparação Predial, adiante designado por FRP, em 2007, cujo objectivo é incentivar os proprietários, através dos apoios financeiros, na organização das comissões administrativas dos edifícios, na assunção das responsabilidades pelas

reparações dos edifícios e na prestação de atenção aos problemas de falta de reparação dos edifícios, a fim de evitar os eventuais riscos à sociedade provocados pelos edifícios que ameacem ruína ou ofereçam perigo por falta de reparações. Até ao Setembro do ano 2012, foram deferidos mais de 2 400 pedidos, respeitantes aos diferentes planos de apoio financeiro, no qual os casos aprovados foram 2 200, orçando o total de apoio financeiro em \$247 milhões de patacas. Foram incentivados os proprietários em relação à organização da comissão administrativa, através da promoção dos planos de apoios financeiros, até Setembro de 2012, o número das comissões administrativas criadas, atingiu mais de 160, aproximadamente de 2 000 edifícios realizaram reparações.

Por outro lado, no sentido de avaliar integralmente a eficácia do funcionamento do FRP e apresentar propostas de melhoria, encarregamos uma instituição académica de proceder ao estudo dos respectivos planos, de modo a aperfeiçoá-los e servirem de referência para o aumento dos planos de apoio financeiro. O relatório do estudo foi concluído no final de Outubro do corrente ano e seguida iremos proceder à análise dos conteúdos e sugestões apresentadas, a fim de elaborar as propostas de planos posteriores.

Com a criação do “Grupo de Trabalho para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável do Mercado Imobiliário”, tem-se implementado uma série de medidas estratégicas para o desenvolvimento saudável do mercado imobiliário, bem como tem acompanhado e feito uma análise sistemática contínua sobre a eficácia das políticas implementadas, o desenvolvimento da sociedade, e nas variações no contexto económico externo. Uma vez que, recentemente a oferta monetária do sistema económico mundial tem vindo a aumentar, prevendo-se que o reforço na flexibilização das respectivas políticas monetárias vai continuar e o empréstimo bancário para aquisição de habitação vai manter numa baixa taxa de juro. Tendo em consideração que o aumento da oferta monetária iria influenciar a procura do mercado imobiliário, paralelamente com o sobreaquecimento do mercado imobiliário, em Outubro de 2012 o Grupo de Trabalho lançou umas novas medidas estratégicas. Essas medidas estratégicas destinam-se a prevenir a formação de “bolha” no preço do imobiliário, reforçar o controlo do risco do funcionamento do mercado, reforçar a estabilidade do sistema financeiro e aumentar a oferta das fracções habitacionais. Essas estratégias têm três níveis: gestão de procura, aumento do número de oferta e melhoria do mecanismo de funcionamento do mercado, e as quatro direcções principais, a partir das quais foram estabelecidas 8 medidas, são: percentagem de empréstimos bancários para aquisição de imóveis habitacionais, impostos, formas da venda de fracções autónomas de edifícios em construção e aumento do número de oferta de habitações.

Por outro lado para prevenir a especulação no mercado imobiliário por capitais estrangeiros, estabecelem-se restrições nos empréstimos bancários e aumento do custo na aquisição para não residentes de Macau na compra de fracções habitacionais.

Quanto à gestão de procura, restringe-se o empréstimo bancário conforme o valor das fracções habitacionais, no qual o empréstimo bancário para os não residentes de Macau

são mais baixos 10% a 20% comparados com residentes de Macau. Os não residentes de Macau ou pessoa colectiva têm suportar um imposto predial adicional de 10% na compra de fracções habitacionais. Altera-se política no desconto da contribuição predial urbana, para que só se aplique a residentes de Macau. Relativamente ao “Imposto do selo especial sobre a transmissão de bens imóveis destinados a habitação” abrange agora a transmissão de loja, escritório e lugar de estacionamento. O aumento da oferta em geral das fracções habitacionais é um ponto importante para a decisão da política, acelerar a construção das habitações públicas para além do projecto de dezanove mil habitações públicas, e atribui um oferta estável de habitação pública para os residentes de Macau. Estudar a reabilitação de alguns equipamentos públicos do Governo, construir equipamentos públicos integrados e habitação pública. Melhorar a apreciação dos projectos de construção privada, acelerar a oferta das fracções habitacionais do mercado imobiliário. Paralelamente com a entrada em vigor das legislações que articulam com o funcionamento do mercado imobiliário, os serviços competentes e o sector a estabelecerem orientações para a venda de fracções autónomas de edifício em construção, assegurar os poderes e interesses de todos, melhorar o mecanismo do funcionamento do mercado.

O “Regime Jurídico da Promessa de Transmissão de Edifícios em Construção” foi aprovado na generalidade pela Assembleia Legislativa, em Maio de 2012, estando a ser apreciado na especialidade. A fim de acompanhar a promulgação do diploma legal, neste ano, estipula-se que a venda de fracção do edifício em construção do promotor imobiliário só pode ser efectuada mediante a autorização prévia e a confirmação da minuta do contrato de compra e venda de edifícios em construção por advogado. Ao mesmo tempo, os respectivos serviços estão a acompanhar a elaboração do respectivo impresso próprio, a disponibilidade dos inspectores e a elaboração do modelo do relatório das respectivas sanções administrativas.

Por outro lado, a Lei da Actividade de Mediação Imobiliária foi aprovada na especialidade pela Assembleia Legislativa, bem como a publicação da sua implementação. Os serviços competentes irão desenvolver os trabalhos de licenciamento dos mediadores e agentes imobiliários logo após a entrada de vigor da lei e a execução das acções de fiscalização posteriores.

5. Trânsito e Transportes

5.1. Transportes terrestres

As três fases do plano a curto, a médio e a longo prazo da “Política Geral de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020)”, que tem como conceito principal a “primazia dos transportes públicos”, estão a decorrer de forma planeada. Sendo 2012 a primeira meta anual planeada para a primeira fase, as prioridades são o reordenamento do sistema dos transportes públicos e as respectivas medidas de melhoria; os trabalhos incidem principalmente em satisfazer as necessidades de deslocações dos cidadãos, através

da melhoria do espaço pedonal e de outras medidas de apoio, tentando assegurar a conveniência e conforto de deslocações dos cidadãos, para além uma boa preparação para a execução das obras da primeira fase do metro ligeiro.

A beneficiação da rede dos transportes públicos é crucial para a concretização da “primazia dos transportes públicos”. Ao fim de um ano, depois do lançamento dos novos serviços dos transportes públicos, o número dos passageiros dos autocarros atingiu um novo patamar, até Agosto de 2012, diariamente atinge o número de 406 000 de utentes, quanto à frequência de partidas aumentou também aproximadamente de 36% comparativamente ao mesmo período do ano passado, diariamente cerca de 8 300 partidas. O lançamento do novo modelo de serviços oferece precisamente uma oportunidade de optimização e prosseguir-se-á com o ajustamento da rede das carreiras de autocarros públicos, o qual inclui: ajustar as carreiras nocturnas para circular na Península de Macau e em seguida expandir o seu âmbito até à ilha de Coloane. Recentemente serão tomadas medidas de repartição das paragens dos autocarros. Para este efeito, a repartição das paragens foi concretizada sucessivamente na Rua do Campo e no Tap Seac, para garantir o conforto na espera dos autocarros e elevar a sua taxa de rotatividade, através do escoamento ordenado dos fluxos de passageiros e de veículos. No que se refere à ampliação dos serviços da rede de carreiras dos autocarros públicos, esta compreende o plano da rede que se articula com o itinerário da primeira fase do metro ligeiro, assim como a conclusão de projectos de habitações públicas de grande dimensão, tais como o Edifício do Lago e habitação pública de Seac Pai Van e até o campus da Universidade de Macau em Hengqin, entre outras infra-estruturas de grande dimensão. À medida que aumenta o número de carreiras são também criadas condições para a construção do terminal de correspondência, demarcação de pontos de embarque e desembarque dos passageiros, ajustamento dos actuais itinerários, assim como a criação de novas carreiras e optimização da frequência de partidas. Os serviços em preparação compreendem a criação de carreiras especiais destinadas aos idosos que vão e vêm do hospital e a introdução de autocarros públicos eléctricos tendo em vista a economia energética. Em Abril de 2012 foi concluído o processo do concurso público para a concessão de 200 alvarás de licença de exploração de táxis por oito anos, tendo durante este ano sido emitidas em quatro grupos, na expectativa de ter início a primeira fase dos trabalhos relativos aos serviços dos táxis mediante o aumento da sua quantidade. Tendo em vista a articulação em termos do diploma legal, prosseguiu-se com o processo de alteração do Regulamento do Transporte de Passageiros em Automóveis Ligeiros de Aluguer, ou Táxis, em vigor, encontrando-se finalizada a parte de auscultação, e está em curso o estudo pormenorizado do texto definitivo destinado à elaboração do projecto do diploma legal.

Face à situação rodoviária que se torna cada vez mais intensa, os trabalhos para melhoria da gestão de veículos consistem em três partes:

1.º - Através de investigação, fazer-se a análise científica dos elementos cruciais que importam ao controlo racional do crescimento e utilização dos veículos. Nos finais de 2011, deu-se início ao levantamento da procura dos lugares de estacionamento em toda a RAEM, para estar a par da situação de utilização dos lugares de estacionamento, com vista a proporcionar parâmetros para o futuro planeamento e construção dos parques

de estacionamento. Entretanto, para promover a taxa de utilização dos parques de estacionamento existentes, foi proposta a solução de estacionamento público em horário e zona diferentes para discussão da sociedade. Além disso, tendo em conta o plano de actualização dos impostos de compra e utilização dos veículos, foi também efectuado o estudo de viabilidade do aumento destes impostos e proposta a solução da actualização, cujas acções de acompanhamento, depois de obter o consenso da sociedade, serão implementadas ordenadamente em conjunto com a construção da primeira fase do metro ligeiro.

2.º - No que respeita à beneficiação da gestão do espaço actual de estacionamento, foi reforçada a promoção do estacionamento tarifado dos motociclos. Neste sentido, as zonas de estacionamento dos motociclos na Rua Norte de S. Domingos (Mercado de S. Domingos), na Avenida da Praia Grande (Edifício China Plaza), Rua do Campo (Rua Formosa) e na Avenida Horta e Costa junto do Mercado Vermelho encontram-se já em funcionamento, proporcionando um total mais de 200 lugares de estacionamento tarifado para motociclos. No segundo semestre, serão criados sucessivamente lugares de estacionamento tarifado dos motociclos nos locais com maior trânsito da Zona Central, tais como Rua de S. Domingos, Rua do Dr. José Lobo, Avenida Dr. Mário Soares e Rua do Comandante Mata e Oliveira, prevendo-se que podem oferecer mais de 200 lugares de estacionamento tarifado a motociclos. A par disso, em termos do aumento moderado dos espaços para estacionamento, encontram-se finalizados os trabalhos do concurso público sobre a gestão e exploração dos auto-silos do Jardim Comendador Ho Yin e da Rua de Malaca. O auto-silo do Parque Central e o do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa e o auto-silo do Edifício "Mong In" já entraram em funcionamento em meados do ano, e de seguida, haverá mais auto-silos abertos ao público, tais como o do Edifício do Lago, na Taipa.

3.º - Beneficiação do sistema inteligente de gestão do tráfego. Para permitir aos condutores estar a par, de forma mais rápida, das informações sobre os lugares dos auto-silos e planear atempadamente as suas deslocações, até finais do ano 2012 foi instalado o sistema de informação do parque de estacionamento vai aumentar para 10 auto-silos para prestar informações sobre os lugares de estacionamento. As informações são publicadas em tempo real e sincronizadamente através de telemóvel para os condutores.

O Centro de Controlo e Informação de Tráfego que entrou em funcionamento desempenhou as suas funções de plataforma de coordenação do controlo e manobra das informações de tráfego, estando aberto até às 00h00. Em articulação com as informações estatísticas e sistematizadas do Governo da RAEM foi realizado o levantamento das características das deslocações e trânsito rodoviário, actualizando regularmente as informações básicas do tráfego; criou-se progressivamente a base de dados dinâmica de dados, para servir de fundamentos de referência da beneficiação do planeamento da rede rodoviária. A par disso, para criar um sistema de informação dinâmico de trânsito, está-se a recorrer gradualmente à televisão ou telemóvel inteligente para publicar em tempo real a situação rodoviária das artérias principais, com vista a atingir o objectivo de informação sem rupturas. A respeito da elevação dos trabalhos da inspecção dos veículos e do exame

de condução, teve início o estudo de optimização dos padrões e regime de inspecção dos veículos. Em articulação com o crescimento contínuo do número de veículos submetidos à inspecção, teve início a construção do novo Centro de Inspecção dos Veículos Motorizados no COTAL, com uma área de cerca de 14 000m², aumentando em dobro em comparação ao existente CIVA. Atendendo, porém, à segurança dos motociclistas, está em curso a preparação da criação do centro de inspecção dos motociclos na Península de Macau. Além disso, tendo em vista a beneficiação dos trabalhos da aprendizagem e exame de condução, foi inaugurada em Fevereiro a primeira fase do Centro de Aprendizagem e Exames de Condução, com uma área total de 25 000 m², registando-se um aumento em dobro comparativamente com o existente centro de aprendizagem e exames de condução. O Centro terá áreas de prática de condução respectivamente para ciclomotores e motociclos e automóveis ligeiros. Entretanto, para aperfeiçoar as instalações de aprendizagem de condução, aumentando a imparcialidade dos exames de condução, teve início o estudo do desenho da segunda fase do Centro de Aprendizagem e Exames de Condução. No futuro, serão introduzidos instrumentos electrónicos de balizagem para exames de condução, determinando-se os dados de aprovação, através da vigilância electrónica, o que corresponde ao princípio de avaliação objectiva e imparcial. Para permitir à população manifestar a sua opinião sem obstáculos, prosseguir-se-á com o aprofundamento do mecanismo de resposta rápida. O Conselho Consultivo do Trânsito tornou-se uma plataforma de interacção em que os cidadãos e a sociedade podem participar, no sentido de ouvir e recolher de melhor forma as opiniões dos sectores sociais e formar o consenso social, e dar os seus contributos sobre várias políticas dos transportes terrestres e elevação do nível dos serviços dos transportes públicos, através das suas reuniões regulares. Ademais, prosseguir-se-á com a organização de seminários, workshops e exposições da segurança rodoviária nas escolas, associações e instituições tendo em vista destinatários específicos. A fim de conhecer efectivamente as expectativas do público, está a ser criado gradualmente um mecanismo de comunicação regular com diversas associações ou instituições, para recolher as opiniões e sugestões das mesmas, através de encontros mensais, assim como dar imediatamente acompanhamento ou respostas.

Para melhor fiscalizar a operação das empresas dos autocarros e garantir a normal exploração do serviço de autocarros, foi introduzido um mecanismo de avaliação, baseado em 4 indicadores: frequência e qualidade de serviço; equipamento e segurança dos veículos; comportamento e atitude dos condutores; condições de operação e gestão das operadoras. Introduziu-se ainda a participação pública, para ouvir as ideias e sugestões dos utentes, transformando-as em indicadores objectivos, obtendo desta forma dados quantificados, e construindo, um mecanismo de “prémio-multas” com efeitos de encorajamento e dissuasão.

Para além disso criou uma plataforma denominada por “Amigos dos Autocarros” para intercâmbio entre o Governo, as operadoras e os cidadãos, com o objectivo de melhorar a qualidade dos serviços de autocarros através da participação pública e melhorando assim a rapidez e transparência da divulgação de informações, para que o público possa obter as informações atempadamente.

5.2. Sistema de Metro Ligeiro

Sendo o futuro sistema dominante do tráfego terrestre de Macau, o Metro Ligeiro, tem um significado profundo para o desenvolvimento de Macau e para o aperfeiçoamento do trânsito a longo prazo, tratando-se de um marco do desenvolvimento de Macau.

Em 2012, o Projecto de Metro Ligeiro entrou na fase prática de execução. Sendo o meio de transporte colectivo de maior envergadura de Macau, o Governo lançou requisitos de níveis elevados desde o início da concepção, até à entrada da presente fase de execução, continuando no futuro pela gestão operacional, tendo posto a segurança pública em primeiro lugar.

Relativamente ao sistema e material circulante, procedeu-se principalmente aos respectivos trabalhos de concepção em 2012. O projecto de concepção constitui um ciclo essencial da construção do Metro Ligeiro, por isso, é necessário cumprir os requisitos com rigor para garantir a concretização integral dos princípios deste projecto de concepção, tais como a segurança, a fiabilidade e a eficiência de grau elevado, entre outros.

No final do ano de 2012, tanto a concepção final do material circulante como do sistema foram concluídas no essencial.

Teve-se em consideração a importância da concepção final do sistema e material circulante, que tem uma estreita ligação com a configuração geral, a capacidade de manutenção e expansão do sistema. Introduzimos uma terceira entidade independente que possui uma vasta experiência internacional na construção e na gestão do trânsito ferroviário, de forma a apresentar opiniões sobre a qualidade de conclusão dos documentos do projecto de concepção e o grau de satisfação do contrato. Serve, deste modo, como uma referência valiosa para a apreciação dos respectivos documentos prestando uma dupla garantia de cumprimento dos requisitos do contrato, dos critérios internacionais associados ao sistema de trânsito ferroviário, bem como das exigências das especificações técnicas.

Quanto ao projecto do material circulante, uma maqueta do veículo à escala 1:1 do Metro Ligeiro de Macau foi fabricada no início do ano de 2012 pelo fornecedor do Sistema de Metro Ligeiro de Macau e transportada em meados do mesmo ano para ser exposta em Macau. O objectivo foi permitir aos residentes experimentar "in loco" as características da concepção do futuro comboio do Metro Ligeiro, permitindo também ao fabricante recolher opiniões do público na utilização do veículo, elevar o seu grau de participação, bem como reforçar o seu sentido de envolvimento no projecto do Metro Ligeiro.

Por outro lado, com vista a acompanhar o trabalho opcional de fornecimento de comboios adicionais conforme previsto no correspondente contrato, uma companhia de consultoria que possui a experiência profissional está a proceder ao estudo e à análise sobre o futuro volume de transporte de passageiros do Metro Ligeiro, em conformidade com as actualizações ocorridas entre o interior de Macau e as regiões, para apresentar no fim uma proposta.

Além disso, foi constituída uma equipa técnica interdepartamental pelo Governo para acompanhar o sistema de pagamento electrónico do futuro Metro Ligeiro, bem como as medidas de estreita articulação da configuração do Metro Ligeiro em articulação com a futura política geral do transporte público de Macau.

A obra de construção do Sistema de Metro Ligeiro começou oficialmente em 2012. Por sua vez, as obras de construção dos três segmentos da Taipa (o segmento do Centro da Taipa, do Cotai e do Posto Fronteiriço) foram lançadas no primeiro semestre do ano de 2012. A obra de construção das fundações e superestrutura do Parque de Materiais e Oficina do Metro Ligeiro encontra-se em pleno andamento.

Ao mesmo tempo, foram lançadas este ano apresentações públicas sobre o traçado e o projecto de execução da estação dos dois segmentos da Península de Macau (o segmento dos Lagos Sai Van e NamVan e do NAPE), de modo a que fosse aperfeiçoado o projecto daquelas instalações.

No que diz respeito à obra de melhoramento da Ponte de Sai Van, o grupo de acompanhamento interdepartamental tem procedido constantemente à apreciação e à apresentação de opiniões sobre os documentos de concepção. Logo que ficar finalizada e apreciada a concepção final, o empreiteiro desenvolverá progressivamente os trabalhos de melhoramento no segundo semestre.

Em conjugação com a agenda de construção do projecto da 1.ª fase do Metro Ligeiro, deu-se, de imediato, início à obra de construção do centro modal de transportes da Estrada Governador Albano de Oliveira. Aproveitando a construção do Metro Ligeiro, efectua-se a ligação aperfeiçoada das estações do Metro Ligeiro aos outros meios de transporte, sobretudo os autocarros e táxis, tendo em consideração todas as vertentes referentes à disposição do trânsito da zona, num planeamento geral.

Por outro lado, prosseguiu-se também com o estudo para a elaboração da lei e do diploma legal do Metro Ligeiro, e encontra-se em elaboração a versão inicial da Lei do Trânsito do Metro Ligeiro de Macau.

Enquanto a equipa do projecto avança com o trabalho de construção do projecto de Metro Ligeiro, cumprimos escrupulosamente os princípios “segurança, conveniência e ecologia”, como também damos prioridade à ligação entre a obra e a comunidade. Antes do lançamento oficial da obra, o Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes (GIT), em conjunto com as associações locais, criou um mecanismo de comunicação comunitária do Metro Ligeiro. Este mecanismo de comunicação mantém a comunicação e a troca das opiniões da comunidade respeitantes ao projecto, através da realização das reuniões e contactos de forma regular. Desde a criação do mecanismo de comunicação até ao presente, foi estabelecido basicamente um modelo de comunicação estável.

O GIT criou uma linha telefónica de consulta sobre as obras do Metro Ligeiro permitindo que os residentes entrem em contacto directo com este órgão, conheçam e expressem

questões acerca do projecto de Metro Ligeiro. Dado que o mesmo envolve uma vasta área de execução de obra e se prolonga por um tempo relativamente longo, o GIT como objectivo de reforçar ainda mais a comunicação com a comunidade, introduziu pela primeira vez o conceito “LRT Zone – Posto de Contacto do Metro Ligeiro”; isto é, inaugurou um posto de contacto aberto, para proporcionar aos residentes da envolvente da obra serviços de consulta convenientes e efectivos, bem como um patamar de reflexão de opiniões.

O “LRT Zone – Posto de Contacto do Metro Ligeiro” entrou em funcionamento em Maio e está aberto ao público. Em relação ao qual, a população em geral tem tido uma atitude positiva. O pessoal do Posto de Contacto também distribui activamente panfletos e cartazes nas lojas e edifícios próximos para divulgar as informações sobre o Metro Ligeiro e o Posto de Contacto. Aproveitando os vários canais de contacto e comunicação supra referidos, pretendemos recolher incessantemente opiniões do público durante o processo de execução para o melhoramento, procurar medidas destinadas à minimização dos transtornos causados aos residentes, estreitar continuamente a relação entre a obra e a comunidade, bem como promover de forma efectiva junto da sociedade os benefícios de vários aspectos produzidos pelo Sistema de Metro Ligeiro.

5.3. Aviação

A fim de fazer face à integração de Macau no desenvolvimento regional e dotar o Aeroporto Internacional de Macau de condições para melhor servir os mercados de Macau e do Delta do Rio das Pérolas, o Governo da RAEM elaborou, em 2011, o “Plano Geral de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau” até 2030 e irá proceder à sua implementação de forma sistemática.

Durante o corrente ano, por forma a reduzir parte da dívida de longo prazo e assim melhorar a situação financeira da companhia, a CAM emitiu acções preferenciais remíveis, num total de 1 bilião 947 milhões de patacas, que foram subscritas, na totalidade, pelo Governo da RAEM e pelo segundo maior accionista da CAM. O Governo da RAEM irá agora, de acordo com a situação financeira da companhia, reanalisar as informações financeiras que foram concluídas no âmbito do plano de desenvolvimento do Aeroporto. Este ano, em virtude das solicitações apresentadas pela Companhia do Aeroporto de Macau, o Governo introduziu algumas alterações no plano de desenvolvimento original.

No que respeita ao desenvolvimento da rede de rotas aéreas externas, este ano, Macau atraiu quatro novas companhias aéreas estrangeiras para operarem serviços de voos regulares ou de voos charter regulares para Taichung, Da Nang, Clark, e Busan. Foi também acrescentada uma rota regular para Chiang Mai por uma companhia aérea já a operar para Macau e reforçados os voos para Tóquio, que são muito populares entre os residentes de Macau, aumentando a frequência para um voo diário. Em Setembro foi inaugurada a ligação aérea para a cidade de Changsha, da China.

No âmbito do aperfeiçoamento do sistema jurídico na área da aviação civil, a “Lei da investigação de acidentes e incidentes aeronáuticos e protecção da informação de segurança aérea” foi já aprovada na generalidade pela Assembleia Legislativa. Esta lei estabelece as competências e responsabilidades pela investigação de acidentes e incidentes aéreos, e cria um quadro jurídico para os sistemas de processamento de dados de segurança aérea de natureza confidencial e não-punitiva. Além disso, o regulamento administrativo sobre a “Certificação de aeródromos” que visa regular as operações de aeródromos civis foi já implementado. Este regulamento administrativo estabelece as condições de operação dos aeródromos, incluindo as obrigações do operador do aeródromo e as obrigações dos utilizadores do aeródromo, o processo especial de inquérito instaurado pela Autoridade de Aviação Civil, entre outros.

Relativamente ao reforço dos trabalhos de gestão da aviação, o “Programa de Segurança Operacional de Macau”, iniciado em 2010, entrou já na segunda fase de trabalho, que inclui a recolha de dados e avaliação da eficiência no cumprimento dos objectivos de segurança das empresas de aviação, a troca de informações entre estas, etc., de forma a consolidar, ainda mais, as bases de supervisão da segurança operacional da aviação civil de Macau. Ao mesmo tempo iniciou-se a preparação do “sistema de comunicação voluntária de incidentes” que tem como objectivo expandir a recolha de dados de segurança. Este sistema é um mecanismo confidencial e não punitivo, e o Governo da RAEM espera, através dele, encorajar as entidades e os agentes do sector a comunicarem voluntariamente à Autoridade de Aviação Civil informações sobre eventuais riscos para a segurança operacional.

5.4. Assuntos portuários

Com o início das obras da Ilha Artificial da Ponte de Hong Kong-Zhuhai- Macau e dos novos aterros urbanos, aumentou o tráfego marítimo nas águas confinantes com Macau. Com vista a reforçar eficazmente a segurança do tráfego no mar, ordenamos e actualizamos as últimas informações e os dados de navegação. Além disso, com o objectivo de reforçar a capacidade de resposta aos acidentes marítimos inesperados regionais, o Governo da RAEM realizou práticas simuladas em meados do ano, em conjunto com as autoridades marítimas do Interior da China e de Hong Kong, incluindo, Exercício Conjunto entre Zhuhai e Macau de Combate ao Incêndio e à Poluição por Óleo no Mar, Simulacro Conjunto de Busca e Salvamento no Mar entre Guangdong, Hong Kong e Macau, etc., sendo significativamente reforçada a capacidade da resposta aos acidentes inesperados conjunto dos três territórios.

A fim de melhorar o actual meio hídrico do Porto Interior e garantir a segurança na prevenção das cheias e na drenagem do Porto Interior de Macau, o Governo da RAEM criou um grupo interdepartamental para iniciar o “Estudo sobre o Plano Complexo de Ordenamento do Domínio Hídrico e do Meio Hídrico do Porto Interior de Macau”, em conjugação com as necessidades do ordenamento da orla costeira na sequência do planeamento urbanístico e transformação da zona marginal do Porto Interior, no sentido de elaborar diferentes projectos sobre o ordenamento das linhas da orla costeira e a sua

estrutura, e estudar a viabilidade da execução dos projectos a diferente nível tecnológico. O relatório preliminar do referido estudo será concluído no 4º trimestre.

Desde a transferência da gestão do Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Exterior para o Governo da RAEM em 21 de Dezembro de 2011, para regular o funcionamento do terminal marítimo e criar um melhor ambiente de deslocação ao público, efectuámos uma série de medidas de aperfeiçoamento, incluindo, instalar placas de indicação multilingues, balcões de informação turística e zona de espera, elaborar medidas de triagem e mecanismo de reposta à emergência, etc., a par disto, iniciaremos no 4º trimestre o “Melhoramento do Espaço do Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Exterior”, de modo a reordenar gradualmente a disposição do espaço comercial do terminal marítimo, para prestar um serviço fronteiriço mais conveniente e eficaz ao público.

Com a conclusão do relatório da 3ª fase da concepção urbanística da Barra, foram iniciados os trabalhos preparativos do estudo do planeamento do desenvolvimento da zona do Museu Marítimo, planeando o desenvolvimento sustentável do Museu Marítimo a longo prazo. Com vista a conservar e dar continuidade à cultura tradicional espalhada na comunidade dos pescadores de Macau que está a gradualmente desaparecer, aproveitando a base do estudo actual, foram iniciados os trabalhos preparativos da candidatura de “Culto de Chu Tai Sin” à lista do património cultural intangível de Macau, prevendo-se que seja oficialmente iniciado o procedimento de solicitação em 2013.

Com o objectivo de ajudar ao sector da pesca tradicional para encontrar um caminho para o seu desenvolvimento, continuámos, através das medidas de apoio, durante o período de defeso da pesca, a realizar o “Passeio Marítimo no Período de Defeso de Pesca”, que foi bem acolhido pela população, cujo número de viagem aumentou para 80, que era de 35 no ano de 2011, realizando ainda 36 sessões exclusivas turísticas para os visitantes chegados a Macau, através do impulso à cultura da pesca tradicional de Macau, enriquecendo os elementos turísticos, e criando gradualmente condições de desenvolvimento diversificado do sector da pesca.

6. Protecção do Ambiente e Energia

6.1. Protecção ambiental

A melhoria da qualidade do ar e do tratamento dos resíduos são dois dos grandes objectivos para o ano 2012, pelo que promover-se-ão continuamente os trabalhos de protecção ambiental através do ensino e da elaboração de legislação que defina critérios.

O Regulamento Administrativo – “Fixação dos Limites de Emissão de Gases de Escape a que Devem Obedecer os Automóveis Novos aquando da Sua Importação” foi publicado

neste ano com o objectivo de controlar, a partir da fonte, a importação de veículos altamente poluidores para Macau. Em relação aos veículos em circulação em Macau, terminado o plano do “Estudo e Teste sobre a Instalação de Filtro de Partículas dos Gases de Escape nos Veículos com Motor Propulsionado a Diesel”, definiram-se, em base do resultado do estudo referido, as “Normas Técnicas Propostas sobre a Instalação de Dispositivo de Tratamento Posterior dos Gases de Escape nos Veículos com Motor Propulsionado a Diesel” no sentido de articular com a instalação do respeitante dispositivo com as associações e empresas de Macau patrocinadas pelo Plano do Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética.

Foi estabelecido um plano de consulta sobre os parâmetros de emissão de gases dos veículos em circulação, o respectivo regime e método de teste, o estudo sobre política de importação e promoção de eco-veículos, e foi concluída a recolha de opiniões sobre as “Normas Relativas à Gasolina sem Chumbo e Diesel Leve para Veículos». Relativamente aos fumos e cheiros de estabelecimentos de restauração e bebidas e a outras fontes de poluição atmosférica, foram desenvolvidos estudos sobre os respectivos critérios bem como a lista de emissão o foi elaborado o “Estudo sobre a Estratégia da Redução de Emissão de Carbono e o Quadro de Desenvolvimento de Baixo Carbono”.

No corrente ano, dedicamo-nos ainda, à promoção do objectivo ambiental de “Redução de resíduos a partir da fonte e recolha selectiva de resíduos” instalando nos edifícios da habitação pública recém-construídos e nos postos transfronteiriços, equipamentos para a recolha selectiva de resíduos e alargando a rede de recolha de resíduos. Por outro lado, os trabalhos acerca do concurso público sobre o novo contrato para a “Prestação de Serviços de Limpeza Urbana, Recolha e Transporte de Resíduos da Região Administrativa Especial de Macau» estão a ser paulatinamente realizados.

Após a consulta pública e a recolha das sugestões e opiniões da sociedade, neste ano, foi compilado o “Relatório da Consulta de Opiniões Sobre o Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020)” assim como a “Compilação das Opiniões Recolhidas sobre o Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020)”. O respectivo documento definitivo foi também publicado. Os estudos mais aprofundados foram iniciados no segundo semestre do ano 2012 com o intuito de implementar o primeiro plano ambiental de Macau.

A “Compilação das Opiniões Recolhidas sobre o Texto Exploratório para a Criação de Um Regime de Avaliação do Impacto Ambiental” foi também publicada, na altura em que foi iniciada a 2.^a fase do estudo sobre a criação de um regime de avaliação do impacto ambiental e respectivas medidas complementares, por forma a impulsionar o avanço da institucionalização do regime de avaliação do impacto ambiental.

No final de 2012, foi concluído o “Estudo sobre a Avaliação Geral da Qualidade e Estratégia de Melhoria das Águas Costeiras de Macau” proporcionando o alicerce científico para a melhoria e preservação da qualidade das águas costeiras no futuro; por outro lado,

foi dada a continuidade, à promoção da construção ecológica, sendo escolhidas algumas obras públicas como projectos-piloto para avaliar o resultado dos seus efeitos.

Paralelamente, as actividades de exploração e serviço de manutenção das instalações de infra-estruturas ambientais foram desenvolvidas de modo programado e ordenado tendo sido concluído o concurso público “Prestação de Serviços de Gestão e Manutenção das Zonas Ecológicas I e II no Cotai”; foi lançado no quarto trimestre de 2012, o concurso público da “Empreitada de Modernização do Sistema de Tratamento de Gases de Escape e Renovação das Antigas Instalações da Central (Inicial) de Incineração de Resíduos Sólidos de Macau”.

No que diz respeito ao aumento dos critérios de qualidade do ar, já foram instalados, em todas as estações da monitorização, os equipamentos de detecção das partículas mais pequenas (PM_{2,5}) para monitorização. Assim, a determinação dos poluentes que afectam o índice da qualidade do ar, já correspondem aos novos critérios da Organização Mundial da Saúde. Simultaneamente, começou-se a vigiar os compostos orgânicos voláteis (VOC).

6.2. Gestão de recursos hídricos

Com o intuito de impulsionar o objectivo de poupança de água por toda a população, durante o período das marés salgadas, o Governo da RAEM lançou o “Plano de bonificação nas tarifas de água” e o “Plano de Poupança de Água nos Hotéis” para os anos 2011 a 2012, de modo a estimular os residentes, visitantes, empresas e grandes hotéis a pouparem a água de forma activa; simultaneamente, foi incumbida uma instituição académica local de investigar o resultado produzido pelo Mecanismo Regulador de Tarifas de Água Canalizada, de forma a proporcionar uma referência científica para o futuro mecanismo de tarifas de água e o ajustamento das tarifas de água. Foi também publicado o “Relatório sobre a Água em Macau 2011/2012”, que permite que os sectores sociais saibam atempadamente a última situação do meio hídrico de Macau, e permite que a sociedade tome maior conhecimento sobre a protecção dos recursos hídricos e a poupança de água. Apesar do desenvolvimento socioeconómico de Macau ter continuado a crescer a um ritmo rápido, com os esforços conjuntos dos sectores sociais, a tendência do aumento do consumo de água de Macau é eficazmente controlada, tendo vindo a evidenciar os efeitos da poupança de água.

No que diz respeito à construção das instalações hídricas, continuamos a acompanhar e incentivar os trabalhos preparatórios da obra de Ampliação e Consolidação da Barragem de Ká-Hó. Quanto às fugas de água em redes de distribuição, na sequência das diversas obras eficazes, a taxa das fugas de água de Macau desde o início de 2011 até presentemente teve uma redução de cerca de 12,3% para 8,8%, atingindo a meta estabelecida pelo “Programa de Poupança de Água em Macau”.

A par disto, nos finais deste ano, o Governo da RAEM lançará uma consulta pública do “Plano Director de Desenvolvimento da Água Reciclada em Macau”, para se preparar para o planeamento que visa elaborar o desenvolvimento da aplicação da água reciclada de Macau nos próximos 10 anos.

6.3. Políticas energéticas

A fim de aumentar a fiabilidade e a estabilidade da rede de distribuição eléctrica, ir-se-á reforçar a manutenção e a inspecção diária da rede de distribuição eléctrica e estudar a localização adequada nas zonas dos Bairros Antigos, para instalação de equipamentos destinados à distribuição de electricidade. Paralelamente, iremos ajustar e alterar adequadamente, a rede de distribuição eléctrica, para que o fornecimento de electricidade seja assegurado nessa zona. Além disso, foi exigida à concessionária incumbir uma terceira parte independente para proceder a revisão detalhada do actual mecanismo de inspecção e reposição do fornecimento de energia, estando-se agora a analisar os conteúdos do relatório e a definir os planos de trabalho de acordo com as propostas apresentadas.

No início do ano, terminamos os trabalhos de consulta pública respeitantes ao texto de consulta do “Sistema Tarifário de Electricidade e Fixação dos Preços da Electricidade”, tendo sido feita a organização e análise das opiniões recolhidas e o novo programa revisto será posteriormente apresentado. Todos os esforços irão ser desenvolvidos no sentido de poder implementar o novo sistema tarifário e fixar novamente os preços da electricidade em 2013.

Em Julho do corrente ano o Governo da RAEM e a Companhia de Gás Natural Nam Kwong Limitada celebraram o “Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Gás Natural”, o qual tem um prazo de duração de 25 anos. Foi oficialmente lançada a construção da rede de gasodutos de gás da cidade, dando o primeiro passo para a concretização do fornecimento de gás natural aos clientes residenciais e comerciais. Paralelamente, os autocarros movidos a gás natural irão iniciar o seu funcionamento experimental ainda este ano; após análise dos resultados, irá ser avaliada a viabilidade de alargamento da sua aplicação.

Para fazer face às necessidades de desenvolvimento do mercado de gás natural, iremos estabelecer, oportunamente, o regime de preços do gás de cidade segundo as várias categorias de clientes e iremos elaborar o projecto de desenvolvimento da rede de gasodutos de gás de cidade de Macau no futuro. Além disso, ir-se-á estudar a viabilidade do mecanismo do gate price do transporte do gás natural, tendo como premissa defender os interesses dos cidadãos.

Relativamente aos trabalhos de aperfeiçoamento dos regulamentos, já foram concluídos os trabalhos de consulta e a revisão do texto do esboço de “Regulamento de Segurança Técnica das Interligações da Rede Pública de Transporte de Energia Eléctrica de Alta Tensão”, o qual entrará no processo legislativo no fim do ano. Concomitantemente, já foram também lançados os trabalhos para a elaboração da “Lei de Bases da Electricidade” e do “Regulamento do Funcionamento da Rede Eléctrica”, com o objectivo de preparar de forma adequada a abertura do mercado de electricidade no segmento a montante.

Foi aprovado e entrou em vigor no início do ano o “Regulamento Técnico dos Gasodutos de Transporte de Gases Combustíveis em Alta Pressão”, estando a ser desenvolvidos esforços com vista a concluir o processo legislativo do “Regulamento de Construção e Exploração de Postos de Abastecimento de Combustíveis” ainda este ano. Relativamente aos “Regulamento

Técnico das Redes de Distribuição de Gases Combustíveis” e “Regulamento Técnico dos Postos de Redução de Pressão a Instalar nos Gasodutos de Transporte e nas Redes de Distribuição de Gases Combustíveis” dar-se-á continuidade ao processo de consulta e revisão dos respectivos esboços.

Com o fim de promover e expandir a aplicação das energias renováveis, os sistemas de energia solar fotovoltaica instalados nos terraços dos três blocos de Habitação Social do Edifício Hou Kong Garden, no âmbito do projecto de teste realizado, já entraram em funcionamento em Fevereiro de 2012. Ao mesmo tempo, já terminaram os trabalhos de consulta e revisão do esboço do “Regulamento de Segurança das Interligações de Energia Solar Fotovoltaica”, desenvolvendo-se todos os esforços no sentido de entrar no processo legislativo no fim do ano. Além disso, está ainda planeado o lançamento ainda este ano, do estudo sobre os preços da electricidade das interligações de energia solar fotovoltaica.

No âmbito do “Programa sobre Eficiência e Conservação de Energia para os Serviços e Organismos Públicos”, foi integralmente implementado, pela primeira vez, o “Mecanismo de Gestão Energética” em 54 serviços. Os relatórios anuais dos serviços, referentes a este primeiro ano, revelaram que o mecanismo opera com êxito, e que muitos serviços estabeleceram metas de conservação energética.

Sobre a iluminação pública, já se encontra concluído o estudo sobre a incorporação das luzes LED nas “Directrizes para os Projectos de Iluminação Pública de Macau”, tendo sido definidas as características das luzes de rua LED e dos postos de iluminação, de acordo com os respectivos conteúdos do estudo. Estão a ser desenvolvidos, progressivamente, os trabalhos de substituição da iluminação por luzes de rua LED.

7. Telecomunicações, Correios, Ciência e Tecnologia

7.1. Gestão de telecomunicações

No sentido de acompanhar a plena liberalização do mercado das telecomunicações, a “Aprovação do regulamento específico do concurso público para o licenciamento de instalação e operação de redes públicas de telecomunicações fixas na Região Administrativa Especial de Macau” foi publicada no início de 2012, e foram concluídos o respectivo procedimento de abertura e avaliação da proposta. O licenciamento correspondente está a avançar.

Na sequência do estudo efectuado no ano passado, o “Grupo de trabalho para a regulação dos serviços de antenas comuns” continua a analisar e investigar aprofundadamente, sob vários aspectos, os planos viáveis, tendo sugerido que seja acrescentada uma punição pela descodificação ilegal dos programas televisivos na “Alteração ao regime do direito de autor e direitos conexos”, aproveitando para eliminar as irregularidades na transmissão dos programas televisivos. A legislação relevante entrou em vigor no dia 1 de Junho deste ano.

Para elevar a competitividade do mercado de Macau, ofereça aos residentes e turistas um serviço de telecomunicações mais diversificado e conveniente, tem-se instado as operadoras de telecomunicações a investisse mais recursos em tecnologias avançadas, promovendo o desenvolvimento e aplicabilidade o serviço de telecomunicações através da tecnologia 3G.

Paralelamente, continuamos a promover o desenvolvimento local das tecnologias da informação e comunicação, tendo-se acrescentado e ampliado gradualmente os pontos de acesso ao serviço “WiFi GO”, prevendo-se que até ao fim deste ano entrem em funcionamento um número não inferior a 130 pontos de acesso. Ao mesmo tempo, com o intuito de estimular os sectores a participarem no desenvolvimento do serviço “WiFi GO”, foi lançada em meados do corrente ano a plataforma de acesso às aplicações “WiFi GO”, por forma a aumentar ainda mais a sua utilização e fornecer uma via para desenvolver a criatividade dos criadores de programas de Macau. Além disso, no sentido de elevar os conhecimentos e as capacidades técnicas, relativamente ao IPv6, das pessoas do sector e das áreas relevantes, estamos a planear o estabelecimento do Centro de Referência de IPv6, servindo de plataforma exemplar para exibir a ligação e aplicação do IPv6.

Para promover o desenvolvimento da gestão e do registo dos nomes de domínio, estamos a coordenar com as entidades relevantes o início dos preparativos da primeira fase de introdução do serviço de registo dos nomes de domínio em chinês, incluindo a preparação dos documentos necessários ao pedido de delegação de competência dos nomes de domínio em chinês de nível superior da RAEM apresentados na Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN), bem como a definição do calendário para o lançamento dos serviços, o planeamento do período preferencial de registo e a definição das condições para o registo de nomes de domínio, a fim de se coadunar com o lançamento subsequente dos serviços relevantes.

Além disso, com o objectivo de alinhar com a plena liberalização do mercado das telecomunicações de Macau e as necessidades de desenvolvimento futuro da convergência das telecomunicações, estamos a rever o âmbito de aplicação da “Lei de Bases das Telecomunicações” e levaremos a cabo uma revisão e actualização adequada, por forma a melhorar a supervisão num ambiente de concorrência global, prevendo-se a conclusão da elaboração do respectivo projecto de revisão e o início de uma consulta ao sector no final deste ano.

7.2. Correios Ciências e Tecnologia

Para constituir uma equipa postal eficiente, os Correios de Macau realizaram, com regularidade, cursos de formação e apoio em diferentes áreas para o seu pessoal, de forma a incentivar um elevado grau de espírito de equipa e aumentar a eficiência e a qualidade do serviço. Paralelamente, num contínuo aperfeiçoamento do serviço postal, foi melhorada a rede postal e respectivas instalações, foram mais diversificados os serviços prestados e consolidadas as relações e a cooperação com o exterior, procurando explorar todas as potencialidades deste sector.

O "Inquérito sobre a Situação Actual do Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Macau" foi concluído em Janeiro do corrente ano, tendo por objectivo promover o desenvolvimento da ciência e tecnologia de Macau. O Grupo de Trabalho de Estratégias e Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia subunidade do Conselho de Ciência e Tecnologia de acordo com a situação actual, iniciou o trabalho preparatório sobre o estudo de estratégias do desenvolvimento científico e tecnológico de Macau.

Relativamente a cooperação na área de ciência e tecnologia, o Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia ofereceu verbas para a 2ª fase de construção dos dois laboratórios de referência do Estado, os respectivos laboratórios estabeleceram conselhos académicos, estando a ser desenvolvidos de acordo com o plano previsto.

Por outro lado, no fim de 2011, recomendámos ao Ministério das Ciências e Tecnologia 8 especialistas que já passaram a avaliação, e entraram sucessivamente na base de especialistas de programas nacionais de ciência e tecnologia. Neste ano, recomendamos ao Gabinete Nacional para os Prémios da Ciência e Tecnologia 20 especialistas de Macau para entrar na base, 14 deles entraram sucessivamente e os outros 6 precisam esperar pela avaliação do Gabinete Nacional.

A apreciação de trabalhos dos prémios para o desenvolvimento das ciências e da tecnologia de Macau pela 1ª vez já está acabada, ira realizar a cerimónia de entrega de prémios em Outubro. Além disso, os programas recomendados pelo Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia em curso de prémios nacionais para ciências e tecnologia já passaram a apreciação. Quanto à Fundação Ho Leung Ho Lee, recomendamos um académico para atribuir o prémio de progresso nas ciências e tecnologia, e dois para atribuir o prémio de criatividade para ciência e tecnologia.

Além disso, o Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia, o Centro de Intercâmbio e o Centro de Biologia do Ministério das Ciências e Tecnologia, e o laboratório de referência do Estado para investigação de qualidade em medicina chinesa (a Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau e Universidade de Macau), organizaram conjuntamente, pela 1ª vez, um "Seminário Académico das Técnicas de Identificação de Qualidade em Medicina Chinesa", com admissão de alunos de todo o país, conseguiu um efeito muito bom, e obteve valorizações globais e positivas.

A delegação do Centro de Desenvolvimento de Tecnologia de Biologia da China visitou Macau em Abril, com o objectivo de conhecer a situação do desenvolvimento de medicina chinesa de Macau, estabelecendo uma base da cooperação entre os dois no futuro.

Em termos dos trabalhos da generalização de ciência e tecnologia, foram realizadas respectivamente em Julho e em Agosto a Semana de Ciência e Tecnologia e Exposição sobre a Popularização das Realizações Científicas com o tema de "Tecnologia e Arte" e a Conferência sobre a Missão da Cápsula Espacial Tripulada de Shenzhou-9. Além disso, continuámos a organizar deslocações de professores e estudantes locais ao Interior da China para participarem em Visitas de Estudo de Popularização da Ciência para Professores, nos Campos de Férias de Popularização da Ciência para Estudantes e na Exposição Internacional de Ciência e Tecnologia de Juventude de Shanghai.

SEGUNDA PARTE

LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA 2013

1. Cooperação Regional

A promoção da cooperação regional contribuirá para a implementação de um espaço de desenvolvimento e uma base relevantes para o futuro da RAEM. Após a celebração do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, o Governo da RAEM tem feito um acompanhamento activo e reforçado a cooperação em diversas áreas, nomeadamente a construção de portos, a articulação e ligação de trânsito, a protecção do ambiente, o aproveitamento de energia, garantir o abastecimento de água e a elaboração conjunta de um planeamento regional, tendo-se obtido bons resultados e criado condições significativas para o estabelecimento de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer, fazer a articulação com as Linhas Gerais do 12º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Socioeconómico Nacional da República Popular da China, melhorar a qualidade de vida dos residentes e proceder ao desenvolvimento sustentável de Macau.

Nos últimos anos, foi dado apoio à Região do Delta do Rio das Pérolas para promover a criação de um grupo de cidades e vilas de nível mundial, com o objectivo de construir as “Áreas Habitáveis da Zona do Estuário do Rio das Pérolas”, em harmonia com o estabelecimento de uma nova plataforma de desenvolvimento da melhoria do nível das indústrias de Guangdong e Macau, procurando-se explorar zonas de demonstração da cooperação com novos modelos entre Guangdong, Hong Kong e Macau e concretizando o desenvolvimento de vantagens e benefícios mútuos entre Macau e Zhuhai. Continuámos a participar activamente e promover mutuamente em vários estudos de planeamento, aprofundar na cooperação regional mútua.

1.1. Concretização do estudo sobre o “Plano de Acção de Construção de Áreas Habitáveis da Zona do Estuário do Rio das Pérolas” para aprofundar a viabilidade dos seus resultados

Na auscultação pública do estudo sobre o “Plano de Acção de Construção de Áreas Habitáveis da Zona do Estuário do Rio das Pérolas”, elaborado conjuntamente por Guangdong, Hong Kong e Macau, os peritos, académicos e público das três regiões apresentaram as suas opiniões, tendo-se procedido à revisão do mesmo depois de se terem recolhido todas as opiniões. Futuramente, Macau irá continuar a promover uma cooperação de interesses mútuos com Guangdong e Hong Kong no sentido de aprofundar em conjunto a viabilidade de concretização desse estudo.

1.2. Aproveitar a plataforma de cooperação, promovendo a elaboração do Plano de Desenvolvimento Coordenado Zhuhai-Macau

O “Planeamento de Desenvolvimento Coordenado Zhuhai-Macau” tem como objectivo a coordenação dos planos entre Zhuhai e Macau, o Governo de Macau criou em conjunto com a Província de Guangdong e a cidade de Zhuhai um grupo de elaboração desse plano e já foi entregue o relatório sobre os resultados preliminares do “Planeamento de Desenvolvimento Coordenado Zhuhai-Macau” e em seguida procederemos os trâmites ulteriores.

O “Planeamento de Desenvolvimento da Zona da Margem Ocidental do Delta do Rio das Pérolas” tem como objectivo construir uma zona urbana na Zona da Margem Ocidental do Delta do Rio das Pérolas para que Macau possa desenvolver o Centro Mundial de Turismo e Lazer e desempenhar a função da plataforma regional de serviços económicos e comerciais, bem como promover a reconversão e valorização das indústrias da Região do Delta do Rio das Pérolas. Foram iniciadas atempadamente as investigações e a análise das informações da fase anterior sobre o referido planeamento, ficando concluída a sua elaboração no fim do ano.

O desenvolvimento coordenado dos trabalhos do plano de construção do novo acesso entre Guangdong e Macau e do túnel fluvial para peões entre a Barra e a Ilha da Lapa (Wanzai) empregará na elaboração dos respectivos planeamentos, aproveitando a actual plataforma de cooperação, para promover os respectivos trabalhos, concretizando os projectos de cooperação transfronteiriça.

1.3. Boa coordenação entre Guangdong e Macau e a concretização do plano de construção fronteiriça

1.3.1. Obra do novo acesso entre Guangdong e Macau

No ano de 2012, o Governo de Guangdong e o Governo de Macau divulgaram as ideias do projecto de construção do novo acesso entre Guangdong e Macau, pelo que, relações de parceria mais estreitas para a cooperação entre Guangdong e Macau entraram numa nova fase. O planeamento preliminar do novo acesso prevê um acesso fronteiriço, um centro modal de transportes públicos, instalações complementares para convenções e exposições comerciais, parque de estacionamento, equipamentos de serviços sociais, uma estação do Metro Ligeiro, habitação pública e hotéis de baixo custo e ao mesmo tempo irá resolver o problema de poluição do Canal dos Patos. O referido projecto implica a transregionalidade, pelo que o Governo da RAEM manterá relações estreitas com o Governo de Guangdong, os respectivos ministérios e comissões do Governo Central a fim de reforçar a capacidade de coordenação e comunicação e dará seguimento aos estudos preliminares, estudando a concretização dos vários pormenores do referido projecto.

No pressuposto de aprofundar novos modelos de atravessamento da fronteira, aperfeiçoar as infra-estruturas da zona norte, melhorar o ambiente habitacional e de negócios da zona norte, entre outros, irá proceder-se a uma série de construções nos lotes confinantes com o novo Posto Transfronteiriço de Guangdong-Macau, ou seja, irá ser criado um complexo de edifícios constituído por instalações de atravessamento da fronteira, centro de exposições e convenções, edifícios mistos para habitação e comércio, equipamentos sociais, instalações de apoio ao tráfego, edifício de gabinetes governamentais, instalações de apoio ao turismo, entre outros, pelo que na primeira fase irá proceder-se principalmente à realocação do Mercado Abastecedor de Macau Nam Yue do respectivo lote para a Zona de Macau do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau. Prevê-se que os trabalhos de concepção do projecto fiquem concluídos durante 2012 e entre o 1.º trimestre de 2013 e o 4.º trimestre de 2014 executar-se-ão as respectivas obras. Os trabalhos que se seguirão abrangem para além de um complexo constituído por um posto fronteiriço e um centro de exposições e convenções, habitações públicas, equipamentos sociais, entre outros.

O Governo da RAEM deseja que o respectivo projecto modifique o desenvolvimento da zona norte, em especial no tocante à qualidade de vida da população e na promoção do desenvolvimento económico da zona Oeste da Ilha Verde e de Fai Chi Kei, da zona Leste de Toi San, e das Portas do Cerco até ao lao Hon e Areia Preta, aumentando os espaços verdes e melhorando a qualidade de vida e o ambiente comercial da zona norte da península de Macau e permitindo aos moradores das respectivas zonas usufruir dos resultados dessa cooperação.

1.3.2. Posto Fronteiriço de Macau na ilha artificial da Ponte de Hong Kong – Zhuhai-Macau

Actualmente o projecto preliminar para a distribuição geral, rede viária e infra-estruturas da zona de administração do Posto Fronteiriço de Macau encontra-se já concluído. No intuito de elaborar com eficácia um plano de interligação entre os fluxos de viaturas dos postos fronteiriços de Zhuhai e Macau, Macau propôs a organização e realização o mais breve possível de uma reunião de trabalhos com entidades projectistas designadas pelas partes para elaborar um projecto adequado à discussão das partes envolvidas. Quando à interligação dos fluxos de pessoas entre Zhuhai e Macau, com base da independência dos Postos Fronteiriços de Zhuhai e Macau previstos de instalação na mesma ilha, as duas partes estão a proceder comunicações suficientes e cooperações activas relativas aos assuntos de articulação entre os postos fronteiriços e de facilidade de interligação, em prol de aperfeiçoar os trabalhos da distribuição de gestão fronteiriça e da interconexão das instalações.

1.4. Implementação das medidas do trânsito transfronteiriço, facilitando os contactos entre Guangdong e Macau

Situando-se Macau na Região do Delta do Rio das Pérolas, a rede rodoviária transfronteiriça desempenha um papel importante de elo com o interior e o exterior

enquanto as infra-estruturas do trânsito transfronteiriço com melhores condições podem promover o desenvolvimento sustentável da Região.

1.4.1. Transporte terrestre transfronteiriço

No âmbito do grupo de estudo e coordenação da política de trânsito transfronteiriço da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau constituído pelos três territórios, prosseguir-se-á em 2013 a elaboração das propostas de controlo relativamente ao regime de contingente de veículos que circulam através da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, organização do transporte, portagem para veículos, sistema jurisdicional, habilitação dos condutores, matrículas dos veículos, assim como regime de indemnização dos seguros, manutenção e gestão do tráfego e medidas de contingências na Ponte, fazendo-se esforços para finalizar em 2013 o plano de políticas do controlo dos veículos em trânsito na Ponte.

Quanto ao projecto da troca de cartas de condução para veículos ligeiros de forma conveniente para as partes de Guangdong e Macau, serão feitos esforços para chegar a um consenso e para se assinar um acordo de reciprocidade em breve. Com a entrada em vigor do acordo, será reconhecida ao mesmo tempo a habilitação para condução dos veículos ligeiros do interior da China. Tais medidas facilitadoras irão criar melhores condições para a condução do que as que os estados-membros da Convenção sobre o Trânsito Rodoviário gozam, reflectindo-se melhor as relações de cooperação mais estreitas entre Guangdong e Macau. No futuro, será reforçada a sensibilização da diferença entre as regras de trânsito de Guangdong e as de Macau, especialmente as de sinalização vertical e horizontal assim como o sentido de circulação, evitando os perigos causados pela falta de conhecimento da situação rodoviária que afecta o ambiente do trânsito de Macau.

Relativamente ao “estudo da gestão dos veículos em trânsito de uma vez só” e à “elaboração das estipulações da gestão dos veículos motorizados de Macau que entram e saem da Ilha da Montanha (Hengqin) (a circulação limita-se apenas à Ilha da Montanha (Hengqin))”, prosseguir-se-á o estabelecimento de contactos directos, com as entidades homólogas do interior da China, com base no Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, tendo em vista procurar o consenso entre Guangdong e Macau para definir a metodologia de prática nas actividades substanciais. No tocante à tecnologia, e tendo em conta o actual modelo de tecnologia e a experiência continuar-se-á a fazer a avaliação da procura e restrições da RAEM quanto à introdução da tecnologia, no sentido de estudar um sistema que seja adequado para Macau.

1.4.2. Promover a articulação do transporte ferroviário regional, estreitar a ligação à rede regional de transportes

Em resposta ao futuro desenvolvimento económico de Macau, e com a construção faseada de várias infraestruturas de grande envergadura como o Novo Acesso entre

Guangdong e Macau, a zona A dos novos aterros urbanos, a Ilha Artificial Fronteiriça da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e do Novo Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, bem como ao planeamento da quarta passagem entre Macau e a ilha da Taipa, os transportes terrestres vão enfrentar novos desafios.

Em harmonia com o princípio “Primazia dos Transportes Públicos” definido na política geral do trânsito e transportes terrestres, iremos, em 2013, continuar a impulsionar o Eixo de Ligação Este do Sistema de Metro Ligeiro entre Macau e a Taipa, a articulação entre o Sistema de Metro Ligeiro e o Novo Acesso, bem como o planeamento geral da articulação de transporte ferroviário regional entre outros trabalhos de estudos. Em paralelo, iremos também manter uma comunicação mais estreita com Guangdong para aprofundar o estudo sobre a viabilidade da articulação entre a ferrovia interurbana Guangzhou-Zhuhai e o Sistema de Metro Ligeiro, construindo uma rede regional de transportes mais aperfeiçoada, intensificando a estreita ligação entre Macau e as regiões, transformando o transporte ferroviário num principal meio de transporte ecológico para a futura mobilidade entre as regiões, fornecendo aos residentes e turistas condições melhores do trânsito e transportes públicos.

1.5. Avançar de modo activo com a construção das instalações hídricas, aperfeiçoar as medidas de contingência para o abastecimento de água

Em 2013, as partes de Guangdong e de Macau vão avançar, com base nos trabalhos de 2012, com as construções das instalações hídricas. Iremos continuar os estreitos contactos com os serviços públicos hídricos do Interior da China, bem como, manter-se-á a par do andamento da obra, da implementação das áreas financeiramente apoiadas por Macau, incluindo o alojamento dos emigrantes das zonas onde se constrói o referido empreendimento, conservação do solo, reordenamento ambiental, etc., avançando em conjunto a construção do empreendimento hídrico de Datengxia. No que diz respeito à construção da quarta rede de fornecimento de água a Macau, depois da mesma ser aprovada, as partes de Guangdong e de Macau vão avançar com os trabalhos relativos ao relatório do estudo sobre a viabilidade do referido projecto.

Além disso, de acordo com o “Plano de contingência de segurança no abastecimento de água de Macau”, o Governo da RAEM mantém a intensa cooperação com o Interior da China com vista a responder e prevenir a ocorrência de acidentes que ponham em causa a segurança no abastecimento de água, e ao mesmo tempo, presta atenção intensa ao andamento do estudo da questão da integração das fontes de água que fornece a Macau, Zhuhai, Chong San, Jiangmen, etc., em articulação com a integração da “2ª fase da obra de transferência de água do Oeste para Leste” no plano da integração das fontes de água que fornece a Macau, Zhuhai, Chong San, Jiangmen, etc.

1.6. Integração na rede de monitorização da qualidade de ar regional. Assegurar o abastecimento mais estável de energia eléctrica.

O reforço do melhoramento integrado do ambiente atmosférico será uma das acções mais importantes para estar em harmonia com a visão de transformar o Grande Delta do Rio das Pérolas numa área com qualidade de vida. Com base na ligação progressiva dos dados da qualidade do ar monitorizados em Macau com a rede de monitorização de Guangdong, será escolhida, em 2013, uma estação de monitorização da qualidade do ar de Macau para ser integrada na rede de monitorização da qualidade do ar do Grande Delta do Rio das Pérolas, com vista a fornecer uma base científica para fortalecer o melhoramento integrado do ambiente atmosférico, visando, assim, alcançar o objectivo de controlar e prevenir conjuntamente a poluição atmosférica, a nível regional.

Para garantir a segurança e a estabilidade a longo prazo do fornecimento de energia, depois de dois dos circuitos da segunda interligação de transmissão eléctrica de 220 kV, que liga Macau e a Ilha da Montanha (Hengqin) terem entrado em funcionamento em 2012, continuar-se-á em 2013, de acordo com o plano de transmissão Guangdong-Macau e a situação actual de ambas as regiões, a rever, repetidamente, o plano de transmissão. De acordo com os resultados da revisão, promover-se-á a construção de infra-estruturas de transmissão de electricidade entre as duas regiões e fortalecer-se-á a capacidade da interligação das redes. Para tal, antes de 2015 será adicionado o terceiro circuito da segunda interligação de transmissão eléctrica de 220 kV, concluir-se-ão as obras de transmissão e transformação de electricidade de Jialin em Zhuhai, de 500 kV bem como as obras relacionadas com os respectivos circuitos, entre outras obras, com o intuito de otimizar a capacidade da interligação entre as duas regiões.

No campo do gás natural, dar-se-á acompanhamento à construção célere do Projecto de Gás Natural Liquefeito (GNL) do Porto de Gaolan e aos trabalhos de aumento do fornecimento de gás natural de "Nan Hai" à Ilha da Montanha (Hengqin) e a Macau, iniciando-se também o estudo para a ligação com a rede principal de gás natural da Província de Guangdong.

2. Planeamento Urbanístico

Além de envidarmos esforços para a cooperação regional entre Macau e as zonas adjacentes, não deixaremos de dar atenção ao desenvolvimento social de Macau e aos diversos trabalhos de planeamento urbanístico intimamente ligados à qualidade de vida da população.

2.1. Acompanhamento dos trabalhos legislativos da Lei do Planeamento Urbanístico e concretização do Plano das Novas Zonas Urbanas

Após a auscultação pública da proposta de lei do Planeamento Urbanístico e das ideias conceptuais dos diplomas complementares e a conclusão da análise das opiniões do público, procedemos já à revisão da respectiva proposta de lei e submetemos a mesma também à apreciação da Assembleia Legislativa. Depois da aprovação da referida proposta, procurar-se-á implementar com a maior brevidade possível a “Lei do Planeamento Urbanístico e os respectivos diplomas complementares, servindo como base legal que orientará o desenvolvimento do espaço urbano e se aplicará ao planeamento urbanístico, com vista a reflectir a firme decisão do Governo da RAEM na gestão eficaz do desenvolvimento urbano.

Além de promovermos activamente os trabalhos de feitura da “Lei do Planeamento Urbanístico”, vamos também empenhar esforços nos trabalhos de elaboração do projecto do “Plano Director das Novas Zonas Urbanas”, e no 4.º Trimestre de 2012 proceder à terceira fase da auscultação pública no sentido de recolher as opiniões do público.

Relativamente ao Plano dos Novos Aterros Urbanos, procedemos à auscultação pública sobre as três fases do plano, nomeadamente as ideias conceptuais, o anteprojecto e o projecto, e iremos em 2013 envidar esforços para fazer a compilação das opiniões recolhidas para que se possa proceder aos ajustamentos adequados do plano. O Governo da RAEM irá implementar no futuro o Plano dos Novos Aterros Urbanos de acordo com as opiniões recolhidas e o consenso da sociedade. Em simultâneo, iremos elaborar planos de pormenor das respectivas zonas com base no plano director das novas zonas urbanas, por forma a garantir a execução e a conclusão de forma programada do plano das novas zonas urbanas.

2.2. Início do planeamento de algumas zonas pequenas para aumentar a vitalidade dos bairros antigos

A fim de articular com o rápido desenvolvimento urbanístico e responder melhor às exigências da sociedade, iniciámos em 2012 de uma forma activa os planeamentos de algumas zonas pequenas e de bairros antigos, bem como os estudos sobre os principais projectos, com vista a melhorar o ambiente dos bairros sociais de Macau e melhorar a qualidade de vida da população e a imagem da cidade. Em 2013, e em resultado dos estudos iniciados na zona norte, ir-se-ão melhorar o planeamento e reordenamento daquela zona, segundo as sugestões apresentadas pelos residentes.

2.2.1. Planeamento Geral da Zona Nuclear do Património Mundial (Ruínas de S. Paulo)

As Ruínas de S. Paulo sendo a zona nuclear do Centro Histórico de Macau e uma zona turística e cultural, abrange muitos pontos turísticos e diferentes elementos da zona

habitacional. A fim de se desenvolver melhor as vantagens histórica e cultural das Ruínas de S. Paulo, irá estender-se o valor turístico do eixo Sul das Ruínas de S. Paulo até às duas zonas dos eixos Leste e Oeste, aproveitando assim para apoiar a protecção ao património histórico, a diversificação das indústrias dessas zonas e melhorar a vida da população e o ambiente comercial, no sentido de se criarem características culturais e turísticas diversificadas. Acompanhámos a respectiva avaliação, da qual a parte do “eixo Oeste” foi atribuída a uma consultadoria para que iniciasse os respectivos estudos, tendo sido entregue em Março de 2012 o relatório preliminar. Os serviços de planeamento ficaram encarregues de proceder ao estudo da parte do “eixo Leste”, estando nesta fase a acompanhar as negociações sobre o enquadramento do relatório e os trabalhos da sua elaboração.

2.2.2. Concepção urbanística geral da Zona da Barra

O Governo da RAEM através da promoção do “Estudo do Projecto Urbanístico Geral da Barra” estabeleceu assim um novo portal de acesso ao Património Mundial na Zona da Barra procurando melhorar o ambiente de negócios ao longo do Porto Interior e o respectivo trânsito na zona, de forma a atrair o público e a introduzir nessa zona antiga uma força motriz de desenvolvimento consolidando a respectiva posição de Centro de Lazer de Macau.

As áreas do projecto “Concepção Urbanística Geral da Zona da Barra” são bastante vastas, estando assim o grupo de trabalho interdepartamental e a companhia de consultoria a procederem a estudos pormenorizados referentes a diversas questões, nomeadamente sobre o metro ligeiro, a rede viária e o trânsito, a cultura e o turismo, etc. Prevê-se que a partir do corrente ano estejam progressivamente reunidas as condições para a realização de diversos trabalhos concretos, nos quais se incluem o início da 1ª fase de construção de um centro modal de transportes e o metro ligeiro e a introdução de outros equipamentos de apoio ao comércio. Para além disso, acompanhar-se-ão também os estudos pormenorizados sobre a Barra e a Zona do Museu Marítimo.

2.2.3. Estudo de revitalização e utilização do espaço da zona envolvente do Pátio do Lilau e da Casa do Mandarin

No intuito de descobrir a riqueza cultural dos bairros antigos para que se procedam melhor à respectiva revitalização e utilização e à conservação das edificações de valor histórico, reforçando a atractividade dos espaços e o ambiente urbano, demos início ao “Estudo de Revitalização e Utilização do Espaço da Zona Envolvente do Pátio do Lilau e da Casa do Mandarin”. Com base nos resultados do referido estudo, requalificar-se-ão os recursos comunitários e turísticos nessa zona e a qualidade dos espaços públicos melhorará, ficando essa zona também ligada a uma série de locais turísticos em seu redor, de forma a concretizar de uma forma progressiva o plano de revitalização e a revestir essa zona de maior vitalidade.

Por outro lado, relativamente ao problema das inundações da Zona do Porto Interior que tem sido foco da atenção do público ao longo dos anos, no intuito de se proceder ao ordenamento de uma forma organizada, criou-se um grupo interdepartamental específico para dar início ao estudo geral do assunto acima referido para o tratamento dos problemas complicados do Porto Interior que envolvem várias áreas. Mediante a coordenação dos trabalhos de todas as áreas técnicas envolvidas serão definidas estratégias gerais de execução, será feita uma proposta de visionamento em termos de planeamento e serão realizadas consultas públicas e seminários para discussão entre os especialistas, tudo isto no intuito de se encontrarem propostas viáveis para tratar o problema das inundações da Zona do Porto Interior.

2.2.4. Estudo do plano da Rua dos Navegantes e dos estaleiros navais de Lai Chi Vun da Vila de Coloane

Demos início ao “Estudo sobre o Plano de Reordenamento Urbano do Quadrante Oeste da Rua dos Navegantes da Vila de Coloane” com o objectivo de realojar os moradores no próprio bairro e arrendar as fracções autónomas primeiramente aos antigos residentes, atraindo empresários das indústrias culturais e criativas para se instalarem no local e procurando mediante orientações do Governo e a cooperação dos residentes atingir a meta de revitalização que ponha em relevo tanto a promoção do desenvolvimento urbano como a protecção do meio ambiente da Vila de Coloane, difundindo-se deste modo a herança cultural de vila piscatória. Em simultâneo, continuaremos a promover o estudo sobre o respectivo plano e a recolher as opiniões do público, seguindo a direcção definida no “Estudo de Viabilidade sobre a Optimização da Vila de Coloane” para o desenvolvimento da mesma, aproveitando as potencialidades e a riqueza dos recursos turísticos de Coloane, melhorando os equipamentos turísticos envolventes, desenvolvendo Lai Chi Vun como zona pequenina que apresenta características diversificadas em termos de património industrial e difusão de uma herança cultural, melhorando a qualidade de vida dos residentes e mostrando o passado brilhante do sector da indústria de Macau, de forma a promover o desenvolvimento social e económico da Vila de Coloane.

2.2.5. Plano de medidas para os pedidos de concessão de terrenos na Vila da Taipa

A fim de coadjuvar os moradores da Vila da Taipa a repararem os seus edifícios, melhorar o ambiente de negócios e promover o desenvolvimento da mesma em termos turísticos, assim como criar boas condições para tratar da questão da habitação na Vila da Taipa, implementaremos o “Plano de Medidas para os Pedidos de Concessão de Terrenos na Vila da Taipa”. O respectivo plano tomará como referência o plano de revitalização da Vila de Coloane e obedecerá às exigências definidas pelo planeamento urbanístico e pelos respectivos departamentos e por todas as legislações vigentes em matéria de construção civil, permitindo aos residentes que moravam na Vila da Taipa antes do estabelecimento da

RAEM e que aí tem morado continuamente, não tendo no entanto adquirido legalmente o domínio útil dos terrenos, poder através da concessão de terrenos adquirir o direito de continuar a aproveitar o respectivo terreno para fins de habitação ou de habitação e comércio, procurando permitir em simultâneo revitalizar a Vila da Taipa e conservar a sua fisionomia.

3. Gestão de solos

O ritmo de desenvolvimento de Macau tem ganho um maior dinamismo em termos de visionamento de uma economia adequadamente diversificada, contudo, é necessário que os estudos de planeamento num quadro prospectivo de desenvolvimento sejam suportados por recursos de solos. Relativamente à gestão adequada dos solos, os melhores métodos são o uso intensivo de terrenos, a atribuição de finalidades aos mesmos, a sua conservação e a definição das respectivas normas jurídicas.

3.1. Promoção da revisão da Lei de Terras e reforço da fiscalização no cumprimento dos contratos de concessão de terrenos

Após o estudo, análise e introdução de alterações relativos ao projecto de revisão da Lei de Terras efectuados pelos serviços de assuntos de justiça, julga-se que o mesmo poderá ser submetido no fim do corrente ano à apreciação da Assembleia Legislativa. Em paralelo, no intuito de haver uma articulação com a respectiva revisão, demos já início aos estudos da revisão das legislações complementares relativas à Lei de Terras e os respectivos trabalhos prolongar-se-ão em 2013. Relativamente ao preço do domínio útil e ao foro, bem como à composição e funções da Comissão de Terras, têm sido apresentadas propostas de revisão, prevendo-se assim que as mesmas entrem já na fase de revisão dos respectivos articulados.

Para assegurar um aproveitamento completo dos terrenos e levar a cabo o princípio da distribuição razoável, iremos continuar a estudar e a implementar medidas que ajudarão a reforçar a gestão de solos. No intuito de fazer com que os concessionários de terrenos aproveitem atempadamente os terrenos nos prazos estipulados nos contratos de concessão e de diminuir as probabilidades de atraso no aproveitamento dos terrenos por parte dos concessionários, aproveitámos em 2012 a ocasião da revisão dos actuais contratos de concessão de terrenos para aumentar, nos novos contratos de concessão de terrenos, as penalidades que serão aplicadas pelo não cumprimento dos prazos estipulados para o aproveitamento dos terrenos, podendo assim a multa máxima atingir o valor equivalente a 15% do prémio. Em 2013, iremos continuar a acrescentar novas cláusulas de penalidades aos contratos de revisão de concessão de terrenos e aos novos contratos de concessão.

Além disso, temo-nos empenhado em construir uma plataforma de fiscalização interdepartamental para reforçar mais ainda a fiscalização no cumprimento dos contratos

de concessão de terrenos por parte dos concessionários. A referida plataforma não só consiste na comunicação interna dos serviços de obras públicas como também no contacto interdepartamental, isto é, contacto com outros Serviços. Através do intercâmbio recíproco de notícias e informações o departamento de gestão de solos poderá fiscalizar de uma forma mais rigorosa o andamento do cumprimento dos contratos de terrenos por parte dos concessionários.

3.2. Estudo aprofundado da classificação dos terrenos e aumentar a transparência das informações cadastrais

No intuito de conhecer melhor a classificação dos terrenos, encomendámos a uma entidade profissional um estudo, tendo como base o “Estudo de Classificação das Finalidades dos Terrenos de Macau” realizado em 2010. Foram escolhidas a nova zona de aterro A, a zona da Ilha Verde e a zona da Barra como zonas experimentais de estudo.

A entidade profissional vai concluir a investigação in loco e a recolha de dados dos aterros da zona A e da zona da Ilha Verde em Abril de 2013, prevendo-se a entrega do relatório preliminar no 2º trimestre do próximo ano.

Por outro lado, iremos continuar a difundir o conteúdo da “Rede de Informação Cadastral”, inserindo gradualmente os despachos respeitantes a “servidões e outros encargos” exarados antes da transição de Macau para a China e ainda as informações sobre as obras de construção das fracções autónomas dos edifícios em construção e as respectivas situações de venda no intuito de desenvolver as funções da plataforma de informações “one stop” respeitantes a terrenos, planeamentos e edifícios. Esta plataforma servirá de apoio para a tomada de decisões científicas no âmbito da gestão de terrenos e do ambiente. Além disso, iremos continuar a melhorar a tecnologia de processamento das imagens obtidas por detecção remota, com vista a apoiar a análise científica e a fiscalização de solos. Como a área dos aterros tem aumentado nos últimos anos, torna-se necessário conhecer de um modo mais eficaz e analisar o assentamento dos solos nas zonas de aterros. Assim, iremos continuar a obter dados de detecção remota e utilizar a tecnologia InSAR para supervisionar de forma meticulosa o assentamento dos solos de Macau. Em paralelo, iremos estudar a viabilidade de utilizar o sistema de navegação por satélite desenvolvido pela China em Macau e o sistema de posicionamento Galileo da União Europeia por forma a aperfeiçoar a aplicação da tecnologia do sistema de posicionamento em Macau e torná-la mais comum.

4. Urbanização

Para regularizar os trabalhos de gestão da urbanização continuaremos a aperfeiçoar a legislação relativa à construção urbana e iremos criar um regime de fiscalização promovendo assim os trabalhos de gestão urbana.

4.1. Combate contínuo às obras ilegais no sentido de reduzir os perigos ocultos da cidade

O bem-estar dos cidadãos liga-se às boas condições de conservação e preservação dos edifícios, uma vez que as obras ilegais e a falta de reparação periódica dos edifícios podem afectar gravemente o ambiente habitacional ou até reduzir a qualidade de vida.

A resolução gradual das questões históricas sobre obras ilegais e a sensibilização junto dos cidadãos sobre a importância da reparação dos seus edifícios são um trabalho penoso a longo prazo, assim sendo, iremos proceder rigorosamente a uma análise sobre a origem dessas questões, estabelecendo um regime a fim de resolver as questões de obras ilegais, designadamente os novos casos de obras ilegais que aparecem e as renovações que se fazem, as obras ilegais que ponham em perigo a segurança da estrutura do edifício, que originem problemas higiénico-sanitários e que infrinjam as disposições em termos de segurança contra incêndios, entre outras, pelo que essas obras ilegais têm de ser prioritariamente combatidas no sentido de garantir a segurança pública. Quanto às novas obras ilegais que surjam nos mesmos edifícios e praticamente ao mesmo tempo, iremos continuar a dar prioridade e a tratar conjuntamente essas obras ilegais por forma a acelerar assim o seu tratamento.

Face ao reforço da sensibilização junto dos cidadãos para o respeito pelas disposições legais nesta matéria, iremos continuar em 2013 a reforçar junto dos mesmos as acções de divulgação das “Instruções para as Instalações de Segurança e Prevenção de Furtos nos Edifícios” através de apoio financeiro encorajar os infractores a procederem por iniciativa própria à demolição das obras ilegais. Esperamos continuar a resolver gradualmente os problemas das obras ilegais através de vários modelos, criando assim um melhor ambiente habitacional para os cidadãos e aperfeiçoando as relações entre vizinhos.

4.2. Melhorar o mecanismo de fiscalização dos edifícios que ameaçam ruína, proteger a segurança pública

Para além das obras ilegais que é necessário dar uma atenção constante e aumentar o reforço no seu tratamento, considera-se que será um dos trabalhos principais do próximo ano a questão de melhorar a sensibilização junto dos cidadãos sobre a importância da conservação e reparação das suas habitações e dos seus edifícios. Num visionamento geral da situação dos edifícios de Macau, tem havido uma tendência ascendente no número de casos relativos a edifícios baixos em estrutura de betão armado devido ao seu mau estado de conservação e que constituem um perigo à segurança pública.

Para isso, no ano 2013 iremos continuar a melhorar o mecanismo de fiscalização dos edifícios, pelo que no “Regime Jurídico do Regulamento Geral da Construção Urbana” e nas “Disposições de Natureza Administrativa do Regulamento Geral da Construção

Urbana”, que estão a ser revistos, serão introduzidas cláusulas que visem promover de forma eficaz a reparação de edifícios, de modo a encorajar os condóminos a procederem periodicamente à reparação e conservação do seus edifícios, mantendo assim boas condições de habitabilidade e evitando que os edifícios coloquem em perigo a segurança de cidadãos ou lhes causem outros prejuízos. Além disso, irá criar um sistema de tratamento de situações de edifícios em ruínas, através de um fluxograma, e estudar a forma de efectuar um levantamento de todos os edifícios em ruínas de Macau.

4.3. Aperfeiçoamento dos procedimentos de apreciação e aprovação, reforço do sistema de vistoria aos edifícios

Nos últimos dez anos tem-se registado um aumento acelerado do aproveitamento de terrenos para construção urbana. Assim, os serviços de obras públicas responsáveis pela apreciação e aprovação de projectos de desenvolvimento do sector privado, enfrentaram alguma pressão de trabalho, mas irão rever e ajustar meticulosamente desde a eficiência administrativa dos serviços, a qualidade dos projectos de obras submetidos pelos respectivos sectores até ao tempo que é necessário para responder às inquirições apresentadas aos serviços. Deste modo, em 2013 ir-se-á dar continuidade à implementação de um regime de trabalhos aberto e transparente, e proceder a uma maior divulgação dos critérios de apreciação para auxiliar os sectores na elaboração de projectos de obras com mais qualidade. Tendo como base os “Critérios de examinação e aprovação de projectos de obras de construção ou de ampliação de obras e as instruções para os procedimentos administrativos”, ir-se-á lançar as instruções sobre “a elaboração das diferentes projectos de especialidade de construção”, listando as exigências de elaboração, assuntos que deve ter atenção e os erros frequentemente cometidos nos projectos de especialidade. Essas instruções têm como objectivo minimizar a possibilidade de se efectuar uma nova apreciação e aprovação de projectos submetidos pelos respectivos sectores por conter erros ou omissões. No que toca à eficiência administrativa, ir-se-á otimizar o sistema de rastreamento através de computador, alargar a plataforma de comunicação entre os serviços, aperfeiçoando deste modo todas as tramitações de apreciação e aprovação.

Em paralelo, no intuito de lançar no mercado os edifícios particulares já construídos, iremos reforçar em 2013 o mecanismo de comunicação entre a Comissão de Vistoria dos Edifícios e os respectivos sectores. Assim, após a data de vistoria para a recepção das obras concluídas serão exigidos à Comissão de Vistoria dos Edifícios, aos empreiteiros, aos proprietários e aos técnicos responsáveis pela direcção das obras a realização obrigatória de uma reunião na data indicada, o acompanhamento das questões surgidas no dia da recepção das obras e encontrar medidas de melhoramento, e em articulação com os “Critérios para a Vistoria às Obras Concluídas de Construção ou Ampliação” permitir aos sectores conhecer melhor os critérios administrativos e técnicos de apreciação e aprovação, bem como evitar a que os problemas encontrados sejam resolvidos apenas depois da conclusão da obra.

4.4. Criação de um regime de acreditação e inscrição de técnicos elevando a qualidade do pessoal profissional

Com desenvolvimento acelerado da sociedade, é indispensável a criação de um regime de inscrição e qualificação profissional dos técnicos nos domínios da construção civil e do urbanismo, poder-se-á elevar o grau de profissionalismo dos técnicos das respectivas áreas. Após a realização de estudos, análises e consulta pública, elaborámos o “Regime de acreditação, registo, inscrição e qualificação para o exercício de funções profissionais nos domínios da construção civil e do urbanismo e vai continuar a dar a companhia à sua legislação, e o melhoramento do seu regime jurídico. Esperamos que através do referido regime se possam proporcionar melhores condições inerentes à formação, avaliação e acreditação aos arquitectos, arquitectos paisagistas, urbanistas e engenheiros de diversas especialidades e elevar o seu nível profissional para que o mesmo se aproxime dos padrões internacionais, assim como garantir a qualidade das obras de construção e promover o desenvolvimento sustentável do sector da construção civil.

4.5. O Governo atenta ao sistema electromecânico e irá criar medidas que regem o sistema de monitorização

Conforme as necessidades do desenvolvimento da sociedade, temos tomado em consideração as necessidades da segurança e de monitorização da utilização de equipamentos electromecânicos. Actualmente, são vários os departamentos da Administração que estão envolvidos nos trabalhos de monitorização do âmbito da electromecânica. Com a importação de diferentes tipos e dimensões de sistemas electromecânicos e equipamentos, o Governo criou em 2012 o “Grupo de trabalho interdepartamental para a monitorização dos actuais equipamentos electromecânicos”. Deste modo, esse grupo de trabalho iniciou de imediato o estudo sobre o sistema de monitorização dos equipamentos electromecânicos, tendo já concluído um relatório de orientações sobre o “Regime de monitorização da qualidade dos equipamentos mecânicos especiais e electromecânicos de Macau”. Nesse relatório foram apresentadas quatro políticas para a monitorização, a definição e aplicação das instruções para a monitorização dos equipamentos mecânicos especiais e electromecânicos; a criação de um sistema central para a gestão da base de dados; o estudo sobre o registo das unidades das obras públicas, formação e avaliação do pessoal dessas actividades; e o estudo sobre a criação de um departamento especial e elaboração da respectiva legislação.

Enquanto a elaboração da legislação ainda não se encontrar concluída, o Grupo de Trabalho irá dar continuidade aos respectivos trabalhos, nos quais se incluem a divulgação das respectivas instruções, através da elaboração de um sistema de monitorização administrativa e de critérios técnicos respeitantes às diferentes etapas dos equipamentos electromecânicos nomeadamente, a concepção, a fabricação, a detecção, a vistoria e recepção e a reparação e manutenção dos equipamentos electromecânicos, especialmente vão ser feitas reparações obrigatórias a fim de regular e garantir as condições de segurança básicas que servirão de instrumento de observância por parte dos sectores por forma a estimular uma concorrência saudável entre os mesmos.

4.6. Obras Públicas

Ao aumento consecutivo da população residente e flutuante de Macau segue-se o desenvolvimento social de Macau, resultando na necessidade cada vez mais de várias infra-estruturas urbanas, bem como no aumento das exigências da qualidade das infra-estruturas, trazendo desafios e oportunidades às obras públicas de Macau. Ao mesmo tempo, devido à colaboração e intercâmbio estreitos com as regiões vizinhas, as infra-estruturas urbanas de Macau, nomeadamente o empreendimento dos postos fronteiriços e a rede rodoviária, devem estar em articulação e ligadas com as respectivas regiões sob o pressuposto de satisfazer as necessidades da população em termos de utilização com vista a Macau não se encontrar numa situação de desertificação no âmbito do tráfego regional.

4.6.1. Aceleração da construção de vias principais transregionais em articulação com o rápido desenvolvimento urbano

Com o início da construção da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e das obras de aterro da zona A e zona E das Novas Zonas Urbanas de Macau e da Taipa que terão lugar neste ano e, no intuito de articular o trânsito regional e de coordenar o respectivo desenvolvimento e procurando otimizar as infra-estruturas a construir nas zonas dos novos aterros, demos já início ao estudo de viabilidade da quarta passagem entre Macau e a Ilha da Taipa e do túnel subaquático entre as zonas A e B, concretizando a disposição planeada para o trânsito a médio e longo prazo e acelerando a construção da rede viária de “duplo círculo e duplo eixo”. Para além disso, deu-se também início à obra de construção do Túnel de Ká Hó que permitirá a ligação entre Ká Hó e a zona leste do COTAI. Após a conclusão destas obras não será necessário fazer-se o desvio pela Estrada da Barragem de Ká Hó, Estrada de Nossa Senhora de Ká Hó, Estrada do Altinho de Ká Hó ou pela Estrada do Istmo, fazendo assim com que se diminua o tempo que os residentes de Ká Hó gastam nas suas deslocações e que se disperse efectivamente o fluxo viário, aliviando-se assim a actual pressão do trânsito.

Por outro lado, tendo em consideração o trânsito intensivo junto ao aeroporto, nomeadamente nas vias que fazem a ligação entre a Taipa e a zona leste de Coloane e os respectivos percursos sinuosos, e que a par da entrada em funcionamento do Terminal Marítimo de Passageiros de Pac On, do desenvolvimento da zona E dos novos aterros e da entrada em funcionamento da quarta passagem entre Macau e a Ilha da Taipa prevendo-se assim que haverá na rede viária ao longo do aeroporto um maior afunilamento de trânsito, estamos por isso a planear a abertura no morro da Taipa Grande de um túnel. O túnel será concebido para que haja uma ligação entre o sul e o norte, situando-se a entrada e saída sul do túnel na Avenida do Aeroporto no troço junto à Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, e a entrada e saída norte do mesmo na Nova Zona de Aterros de Pac On, fazendo-se a ligação do túnel à quarta passagem entre Macau e a Ilha da Taipa a construir no futuro e que permitirá a ligação à zona A dos novos aterros.

4.6.2. Melhoramento da mobilidade pedonal em Macau e construção de um sistema pedonal

A optimização das redes rodoviárias e construção de um sistema pedonal sem barreiras arquitectónicas é um dos trabalhos predominantes do Governo da RAEM no âmbito das construções públicas. Nos últimos anos, o Governo tem envidado esforços no melhoramento e optimização das deslocações dos cidadãos, trabalhos que incluem aberturas e ligações de ruas, aumento de passagens aéreas pedonais, colocação de equipamentos sem barreiras arquitectónicas nas actuais passagens aéreas, embelezamento de ruas, pavimentação, entre outros. Neste momento, as obras já se desenrolaram e uma parte delas encontra-se já concluída, tendo os resultados iniciais sido alcançados. Em 2013, com base nos trabalhos dos anos anteriores, iremos aperfeiçoar as redes rodoviárias para a construção de um ambiente para deslocações sem barreiras arquitectónicas a fim de se coadunar com a política geral de trânsito, tornando assim as deslocações mais seguras, confortáveis e cómodas.

A combinação de elevadores e das passagens superiores e inferiores para peões da Avenida do Dr. Rodrigo Rodrigues/Pavilhão Cheok Kun será o centro do sistema pedonal livre de barreiras arquitectónicas da península de Macau que fará a ligação aos sistemas pedonais da ZAPE e da Colina da Guia até ao centro da cidade. Será ainda construído um sistema pedonal rápido e cómodo que ligará a ZAPE ao centro da cidade por meio de uma combinação flexível de passagens superiores, túneis, elevadores e escadas rolantes, deste modo, poderá reduzir-se o tempo e a distância dos percursos entre as duas zonas. As obras iniciadas em 2012 incluem a instalação de elevadores na passagem inferior para peões situada em frente da Praça Flor de Lótus, do "World Trade Center" e na passagem superior para peões da Rua do Campo. Estas obras têm como objectivo facilitar a vida dos deficientes e idosos.

Além disso, com a entrada em funcionamento da passagem superior da Avenida do Dr. Rodrigo Rodrigues no ano transacto, os residentes da ZAPE no futuro poderão atravessar a Avenida do Dr. Rodrigo Rodrigues através de passagens superiores e utilizar os sistemas pedonais da Avenida do Dr. Rodrigo Rodrigues/Pavilhão Cheok Kun, cujas obras ir-se-ão iniciar em breve, e depois utilizar o túnel para chegarem à Colina da Guia ou à Estrada do Visconde de S. Januário. Nesta linha de continuidade, através de sistemas pedonais automáticos que serão construídos ao longo da Rua de Tomás da Rosa chegarão ao bairro da Horta da Mitra e através da passagem superior para peões com elevadores em fase de instalação poderão chegar à Rua do Campo. O referido sistema pedonal livre de barreiras arquitectónicas para além de alterar a situação actual do percurso pedonal único e da longa distância entre o centro da cidade e a ZAPE, tem uma ampla consideração pela circulação livre de barreiras arquitectónicas para os deficientes e os idosos, respondendo assim ao princípio de "ter por base a população" definido pelo Governo da RAEM.

Por outro lado, em articulação com a construção da habitação social de Mong-Há, o Governo vai tomar uma série de medidas para melhorar o trânsito da Zona de Mong-Há e da Avenida de Venceslau de Moraes, bem como aperfeiçoar a rede rodoviária, construção de

novas vias públicas e aliviar o futuro aumento no fluxo de trânsito, melhorando a disposição do trânsito da Zona Norte.

4.6.3. Articulação com o desenvolvimento urbanístico do COTAI para otimizar a rede viária e as instalações de travessia pedonal

Nos últimos anos com o desenvolvimento constante das ilhas, o fluxo de trânsito tem também continuado a aumentar, especialmente o grande desenvolvimento contínuo do projecto do complexo turístico do Cotai na Estrada do Istmo, a conclusão sucessiva das habitações económicas nos seus arredores e logo que as mesmas comecem a ser habitadas será necessário aperfeiçoar a rede viária dos arredores e dispor equipamentos complementares para travessia pedonal, no sentido de articular com o crescimento contínuo do fluxo de pessoas e veículos.

Para tornar mais conveniente e melhorar a segurança da mobilidade dos peões e veículos, após a conclusão e entrada em funcionamento no ano passado do sistema pedonal da Baía de Nossa Senhora da Esperança, planeamos construir em 2013 uma passagem superior para peões em forma circular na Rotunda do Istmo para ligação aos vários lotes envolventes, a fim de permitir aos peões chegar ao destino com conforto e segurança, e ao mesmo tempo melhorar a densidade e a integridade da distribuição da referida zona.

A fim de otimizar o ambiente dos espaços públicos das imediações do Miradouro da Taipa Pequena e para que os cidadãos e turistas possam utilizar facilmente e rapidamente os equipamentos da Pequena Taipa, planeamos construir um sistema de transporte vertical composto por elevadores para ligar o Conjunto Escultórico da Taipa Pequena da Estrada de Sete Tanques à encosta junto ao Restaurante Bee Vee, situada na Rotunda Leonel Sousa, estando o início da obra estará previsto para o segundo trimestre de 2013.

Com a conclusão da construção no Lote TN27 da habitação económica, designada por “Edifício do Lago”, prevê-se que na referida zona haverá um grande aumento da população que de certeza criará pressão nas vias públicas existentes na vizinhança, por esse motivo já procedemos aos respectivos preparativos, iremos construir novas vias provisórias, alterar as estradas existentes e aumentar a construção de sistemas pedonais no sentido de aliviar a pressão de trânsito prevista.

A Rotunda Ouvidor Arriaga sendo um acesso de entrada e saída para os moradores do Edifício do Lago e um importante ponto de escoamento de trânsito entre a Vila da Taipa e o COTAI está a tornar-se cada vez mais movimentado em termos de trânsito, pelo que, iremos estabelecer um sistema de separação entre o trânsito pedonal e o trânsito rodoviário que consistirá na construção de vias tridimensionais rodoviárias que ligarão a Estrada Coronel Nicolau de Mesquita à Avenida Olímpica, bem como a construção de uma passagem superior para peões com cinco acessos na referida rotunda, tudo no intuito de salvaguardar a segurança da travessia pedonal e reduzir a situação de engarrafamento de trânsito.

Ao mesmo tempo, a fim de haver uma articulação com as respectivas obras, construímos em 2012 três vias provisórias que ligarão a Rotunda Ouvidor Arriaga, a Rotunda Dr. Sun Yat Sen e a Avenida Padre Tomás Pereira, que têm por objectivo aliviar eficazmente o grande fluxo de trânsito causado pela entrada dos moradores do Edifício do Lago.

Para além disso, iniciaram-se em 2012 as obras de construção das passagens superiores para peões da Estrada Almirante Magalhães Correia e da Estrada Coronel Nicolau de Mesquita em articulação com a passagem superior para peões da Rotunda Ouvidor Arriaga, estando neste momento a empenhar-se na execução do plano de “optimização do ambiental pedonal que ligam os pontos turísticos” situados na Estrada Padre Estevão Eusébio Sítu, por forma a unir as Casas-Museus da Taipa com o sistema pedonal da Estrada de Nossa Senhora da Esperança, fazendo assim uma ligação com os troços pedonais entre o COTAI e a Vila da Taipa e poder proporcionar aos cidadãos e turistas uma passagem mais confortável, conveniente e rápida.

4.6.4. Execução das obras de construção urbana em articulação com o desenvolvimento urbano

Para além de aperfeiçoar o transporte terrestre de Macau, as infra-estruturas de transporte para o exterior também devem ser reforçadas devido ao intercâmbio com o exterior ser cada vez mais frequente. A conclusão do Novo Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa em 2013 e a reconstrução e optimização do Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Exterior, incluindo a reorganização das actuais áreas de comércio e serviços, a ampliação dos espaços públicos dos átrios de chegadas e partidas, o reforço da eficiência do sistema de transporte de bagagens, a renovação do exterior do terminal marítimo, entre outros, poderá aumentar a capacidade de acolhimento de visitantes e disponibilizando um serviço confortável, em articulação com o objectivo de transformar Macau num “Centro Mundial de Turismo e Lazer” e manter a sua competitividade em relação às regiões adjacentes.

Além disso, os diversos empreendimentos públicos inerentes à vida da população também irão ficar gradualmente concluídos e outros serão lançados, entre os quais será a construção do Centro Comunitário da Povoação de Chun Su Mei da Taipa, prevendo-se nele a instalação de um auto-silo e sendo considerado um dos projectos principais para a optimização das condições de vida e melhoramento da qualidade de vida dos cidadãos da Vila da Taipa. Prevendo-se que o concurso público desse projecto de obras tenha início no quarto trimestre de 2012 e a execução das obras em 2013.

Tendo em consideração o aumento da população da Taipa, do COTAI e de Coloane, bem como uma maior dinamização das actividades comerciais e turísticas, foi planeada a construção do Centro de Emergência e Posto Operacional do Corpo dos Bombeiros de Coloane para resolver as situações de emergência ocorridas em instalações importantes das ilhas. De acordo com o projecto, o mesmo oferece um espaço com capacidade para 600 pessoas, inclui um campo de treinos de situações de emergência, um centro de comando e

coordenação de grandes desastres e um centro de desinfeção de veículos e de pessoas, etc. A concepção do projecto encontra-se na fase do estudo prévio.

4.7. Criação do Centro de serviços da DSSOPT para dar resposta rápida às aspirações dos cidadãos

A fim de assegurar a optimização dos serviços ao público, reforçar a comunicação e acelerar as respostas às consultas e queixas dos cidadãos, impulsionamos activamente em 2012 os trabalhos preparatórios do “Centro de serviços da DSSOPT” no sentido de implementar um mecanismo de resposta rápida às inquirições do público. A preparação da fase preliminar inclui o quadro de estrutura, nomeadamente a fixação das funções, o modo de funcionamento e os circuitos do sistema do referido Centro de Serviços da DSSOPT, a fim de criar de forma adequada um “sistema de serviços de atendimento geral”. Prevê-se que o respectivo Centro entre em funcionamento em 2013.

5. Habitação

Em 2013, os agregados familiares nas listas de espera de habitação pública passarão a residir, de forma progressiva, nas fracções atribuídas, a concretização do plano da oferta de habitação pública reflecte o objectivo da política de habitação, “Habitação para todos, bem-estar para todos”.

A situação habitacional dos residentes é um ponto importante na vida da população que tem merecido continuamente e a longo prazo a atenção do Governo da RAEM. Procedeu-se à concretização do projecto da oferta de 19 000 habitações públicas, simultaneamente, o Governo iniciou os trabalhos relativos à oferta de habitações públicas. Com base no resultado do trabalho de consulta sobre a Estratégia do Desenvolvimento para a Habitação Pública (2011-2020), em 2013 serão definidas as estratégias e medidas relativas ao desenvolvimento de habitação pública. Mais ainda, ao nível da decisão política, iniciar-se-á o novo projecto da oferta de habitação pública, de modo a aliviar os problemas habitacionais dos residentes e, simultaneamente, aumentar a quantidade de oferta de fracções habitacionais de Macau.

5.1. Adaptação ao desenvolvimento da sociedade e oferta atempada de habitação pública

Os princípios da concepção de habitação pública são: elevar a eficácia da oferta de habitação pública e o bom aproveitamento dos terrenos, bem como garantir a qualidade habitacional e o equilíbrio ecológico global. O planeamento e concepção de habitação pública têm uma relação directa com a eficácia da oferta de habitação pública, o trabalho preparatório de concepção deve ter por referência a área e a localização dos terrenos,

e definir, após estudo e análise, as tipologias de fracções, os equipamentos públicos e outras matérias relacionadas. Após a concretização da oferta de 19 000 habitações públicas, o projecto da oferta de habitação pública entra na fase seguinte, prevendo-se a disponibilização de mais de 6 000 fracções de habitação pública, conforme os terrenos disponíveis reservados para o efeito. Em Julho do corrente ano procedeu-se à abertura das propostas para construção de habitação pública dos lotes 1 e 2 da Ilha Verde, cujo projecto será constituído por 5 blocos de 35 andares, permitindo atribuir 2356 fracções de habitação económica. Outros 3 projectos de habitação pública estão em planeamento, são eles: lote E e lote F de Fai Chi Kei, lote L4 e L5 da bacia norte de Fai Chi Kei, lote na Estrada Nordeste da Taipa. Os 4 projectos prevêem a atribuição de 4 mil fracções de habitação pública, e far-se-ão todos os esforços para a conclusão da obra em 2015.

Disponibilizar as habitações sociais aos agregados familiares com baixo rendimento e dificuldades habitacionais é a principal medida da oferta de habitação pública, com vista a apoiar os mesmos na resolução dos seus problemas habitacionais e atenuar a situação global da procura de habitações. No ano 2013, prevê-se concluir a construção de mais de 5 000 fracções de habitações sociais, e que possam ser atribuídas para o alojamento, sendo o período em que muitos agregados familiares na lista de espera de habitação social serão organizados, conforme a ordenação, para o alojamento nas fracções atribuídas.

Por outro lado, as informações recolhidas no decurso de atribuição da habitação social, ajudam o governo a analisar a real situação de procura na habitação social, pelo que, combinando a oferta disponível, envidar-se-ão esforços para iniciar os trabalhos do novo concurso de candidatura a habitação social no primeiro semestre de 2013. Quanto à habitação económica, no próximo ano irá lançar um novo concurso de candidatura a habitação económica para as fracções de T1 que restaram no projecto de dezanove mil habitações públicas.

5.2. Prestação de atenção à participação do público no sentido de elevar a eficácia da oferta de habitação pública

Com o aumento do número de habitação pública e do número dos moradores alojados, o acompanhamento, a avaliação e a análise referentes à situação de aplicação, às instalações e equipamentos e aos outros serviços de habitação pública têm tido um papel importante. Prestamos muita atenção à eficácia do objectivo da oferta de habitação pública e à satisfação do reconhecimento público desta política, agradecendo a participação dos residentes e a apresentação das suas opiniões e sugestões, será necessário intensificar o mecanismo interactivo de comunicação com os residentes.

O Conselho para os Assuntos de Habitação Pública tem continuado a desempenhar a função de plataforma, quando o Governo elaborar um grande plano de trabalho relativo aos assuntos de habitação pública, explicará o objectivo e conteúdo do plano a elaborar ao Conselho, para ouvir as opiniões e sugestões dos membros dos vários sectores, a fim de melhorar o respectivo conteúdo do plano. No próximo ano, iremos intensificar as funções

deste Conselho, de modo a apoiar o Conselho na realização dos projectos de estudo específicos relativos ao desenvolvimento de habitação pública.

5.3. Aperfeiçoamento das estratégias do desenvolvimento de habitação pública e elaboração do projecto de planeamento a longo prazo

Com base no projecto da oferta de habitação pública implementado, elaboramos as estratégias perspectivadas do desenvolvimento para a habitação pública a médio e longo prazo. Sob a orientação do objectivo da política, foram apresentadas 13 propostas, as políticas e medidas incluem constituição da reserva de terrenos, bem como fundo de desenvolvimento, forma de oferta e atribuição de habitações, e desenvolvimento harmonioso com o mercado imobiliário privado.

No decurso da consulta sobre a Estratégia do Desenvolvimento para a Habitação Pública, recolhemos de forma ampla as opiniões e sugestões, servindo como fundamentos de análise e referências, a fim de definir de forma eficaz as estratégias de desenvolvimento e diversas medidas para a futura política de habitação pública, desempenhar melhor as funções de habitação pública e apoiar as famílias com necessidades reais na resolução dos seus problemas habitacionais.

5.4. Pôr em prática as políticas e medidas e aperfeiçoar o ambiente de desenvolvimento do mercado imobiliário

O objectivo permanente da política de habitação é: garantir os legítimos direitos e interesses de todas as partes intervenientes e aperfeiçoar o ambiente de desenvolvimento do mercado imobiliário. Desde a criação do Grupo de Trabalho para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável do Mercado Imobiliário, o Governo tem promovido as diversas políticas e medidas a longo e curto prazo, após a implementação da lei sobre o "Imposto do selo especial sobre a transmissão de bens imóveis destinados a habitação", foram alcançados os resultados eficazes para reprimir a especulação a curto prazo no mercado imobiliário, em 2012 as estratégias acima referidas abrangeram no âmbito para lojas escritórios e lugares de estacionamento.

Em 2013, temos continuado a pôr em prática todas as medidas concretizadas, acompanhando a situação de implementação de cada um dos projectos e iniciar os novos trabalhos, bem como iremos estudar e analisar mais profundamente a relação entre a situação de implementação das respectivas medidas e o funcionamento do mercado imobiliário, e proceder de forma oportuna à revisão, se for necessário, iremos ajustar ou acrescentar as medidas apropriadas.

A Lei da Actividade de Mediação Imobiliária regulamenta os procedimentos das transacções de imóveis, garantindo a estabilidade, a segurança e a alta transparência dessas

operações, no sentido de proporcionar um forte fundamento jurídico para assegurar os direitos e interesses de todas as partes intervenientes nas transacções de imóveis e promover o desenvolvimento saudável do respectivo sector. De modo a acompanhar a execução da lei, iremos iniciar, em 2013, um conjunto de trabalhos, incluindo a prova do nível profissional de agentes, licenciamento de mediadores e agentes imobiliários e trabalho de fiscalização. Em simultâneo, iremos iniciar de forma ampla e abrangente os trabalhos de divulgação e promoção, através dos diferentes meios, dando conhecimento aos respectivos sectores, intervenientes e residentes sobre os direitos conferidos pela lei e os respectivos deveres, bem como esclarecimento dos conteúdos dos articulados e todas as regras.

O Regime Jurídico da Promessa de Transmissão de Edifícios em Construção veio suprir as insuficiências do actual regime de compra e venda de edifícios e melhorar o respectivo ordenamento jurídico. Vão se proceder os trabalhos preparatórios, para que após a aprovação na especialidade da mesma possa disponibilizar atempadamente os recursos humanos e materiais.

5.5. Preparação para a construção do centro de serviços de administração de edifícios e aperfeiçoamento da legislação relativa à administração de edifícios

Em 2013, serão organizados, de forma sucessiva, os moradores de habitação económica para o alojamento das respectivas fracções. A fim de assegurar os serviços de administração de edifícios eficazes, iremos reforçar os trabalhos de serviços de administração de edifícios e executar bem a fiscalização e coordenação. Mais ainda, vem o Governo planear a promoção dos serviços de administração de edifícios, de carácter comunitário, será construído no Edifício do Lago de habitação económica da Taipa um centro de serviços de administração de edifícios, de modo a prestar as informações relativas à administração de edifícios aos residentes desta zona e dar-lhes a conhecer as respectivas regras.

No intuito de melhorar a situação da administração de edifícios de Macau e clarificar as respectivas competências e responsabilidades, será tomada uma solução a partir da fonte. No seguimento dos trabalhos realizados no ano 2012, e em conjugação com o regime de propriedade horizontal constante do Código Civil, iremos proceder ao estudo em relação à revisão do regime de registo das comissões administrativas dos condomínios. Atendendo que a respectiva revisão incluirá à administração de condomínios de habitação económica, iremos iniciar em simultâneo, através do grupo de especialistas, o estudo e revisão da legislação reguladora da administração de condomínios de habitação económica. Ao mesmo tempo, temos continuado a promover junto dos proprietários de edifícios a resolução de litígios sobre os assuntos de administração de edifícios através da conciliação e da arbitragem do Centro de Arbitragem de Administração Predial.

Por outro lado, continuaremos a acompanhar o trabalho legislativo do Regime Jurídico do Exercício da Actividade de Administração de Condomínios e da Profissão de Porteiro. Nos termos legais, os porteiros devem ter formação profissional e preencher as respectivas condições, competirá ao IH proceder à apreciação dos requisitos das empresas de administração de condomínios e dos porteiros, bem como à fiscalização e ao licenciamento. A implementação da respectiva legislação, contribuirá para o aumento da profissionalização dos serviços de administração de edifícios, o melhoramento gradual dos assuntos de administração de edifícios de Macau e o aperfeiçoamento do respectivo mercado, com vista a melhorar a qualidade habitacional dos residentes e reduzir os conflitos entre os proprietários e as empresas de administração de condomínios.

5.6. Reforço dos trabalhos de reparação de edifícios e melhoramento da qualidade do ambiente habitacional

A reparação e manutenção oportuna de edifícios é um trabalho importante para garantir a qualidade habitacional. Desde a criação do Fundo de Reparação Predial em 2007, tem implementado, de forma gradual, vários planos de apoio financeiro, incluindo: Plano de Crédito sem Juros para Reparação de Edifícios, Plano de Apoio Financeiro para Reparação de Edifícios, Plano de Apoio Financeiro para a Administração de Edifícios, Plano Provisório de Apoio Financeiro para Reparação das Instalações Comuns de Edifícios Baixos e Plano de Apoio a Projectos de Reparação de Edifícios, no sentido de apoiar e promover os proprietários, através das diferentes formas e vários âmbitos de apoio financeiro, para procederem à reparação e manutenção dos seus edifícios.

Tomando como referência as informações do passado e a eficácia do funcionamento do processo de apreciação em relação aos planos de apoio financeiro do Fundo de Reparação Predial, e em conjugação com a análise dos resultados de estudos sobre o programa de estudos temáticos, em 2013, procederemos ao ajustamento dos itens e conteúdos dos planos, a fim de que os montantes de apoio financeiro possam ser aplicados com o maior aproveitamento eficaz. As edificações ilegais não só danificam as estruturas de edifícios, mas também afectam a vida dos outros moradores e causam eventuais riscos para a segurança pública. Tendo em conta que as edificações ilegais são problemas ao longo do tempo, será implementado o Plano de Apoio Financeiro para Demolição de Edificações Ilegais, a fim de estimular os proprietários, através do apoio financeiro, para procederem à demolição das edificações ilegais pessoalmente, com vista a melhorar a qualidade do ambiente habitacional global.

Em 2013, continuaremos a proceder à promoção dos trabalhos relativos aos assuntos de administração de edifícios e aprofundar o conhecimento dos residentes sobre reparação e manutenção dos edifícios, através da vasta divulgação junto das diferentes camadas. Por outro lado, iremos continuar a dinamizar as funções do Centro de Interserviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios, a fim de apoiar na resolução dos problemas de infiltrações nas instalações comuns dos edifícios.

6. Política de transportes terrestres

Para construir Macau como uma cidade de transporte ecológico adequada à deslocação dos residentes e turistas, iremos em 2013 reforçar o conceito de “primazia dos transportes públicos” como núcleo, bem como proceder melhorar a rede de transporte públicos, otimizar o ambiente da circulação das rodovias, elevar o nível do serviço público e dar maior acessibilidade a deslocação dos residentes.

6.1. Planear o ajustamento da rede das carreiras dos transportes públicos, implementando a promoção das deslocações ecológicas

A “Política Geral de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020)” preconiza o princípio de “um núcleo, duas vertentes e três círculos ” e assenta na “primazia dos transportes públicos” como núcleo. Assim, a beneficiação das instalações do trânsito e a elevação da qualidade dos serviços de transportes públicos serão as missões prioritárias. Na primeira meta anual da primeira fase de 2012, o reordenamento do sistema dos transportes públicos e a melhoria das medidas são alguns dos trabalhos . Em 2013, tendo em conta o início sucessivo das obras das diversas instalações de grande dimensão, nomeadamente o desdobramento geral do projecto do metro ligeiro, assim como a construção de várias habitações públicas, viadutos e túneis para peões, pode-se prever que Macau vá enfrentar uma situação difícil em termos do trânsito, o que causará certamente influência de diferentes níveis sobre as deslocações da população. Para o efeito, a boa coordenação no apoio ao trânsito, controlo dos transportes públicos e arranjo da execução das obras será feita através de uma comunicação estreita entre diversos serviços competentes. Entretanto, face à eventual ocorrência de incidentes imprevistos será criado um mecanismo de resposta rápido, em ordem a assegurar as deslocações dos cidadãos como missão prioritária.

À medida que se efectua a beneficiação da rede dos transportes públicos, criando serviços integrados e sem ruptura dos autocarros, serão desenvolvidos gradualmente novos elementos.

Para melhorar o serviço dos autocarros, ir-se-á dividir faseadamente a rede das carreiras de autocarros em linha principal e linha subsidiária. Paralelamente, tendo em conta as necessidades dos cidadãos, bem com a situação concreta das vias rodoviárias em Macau, ir-se-á escolher os modelos de autocarros e definir os horários, bem como fazendo a articulação a todas as zonas de Macau com o transbordo, abrangendo assim o itinerário dos autocarros, elevar a eficiência e função da rede em geral. O conceito essencial é diminuir os percursos de desvios e curvas, e diminuindo adequadamente as paragens intermediárias, elevando a circulação funcional dos autocarros.

A conclusão da construção e inauguração do conjunto de habitações públicas de Seac Pai Van pressupõem a extensão do âmbito da cobertura dos serviços dos transportes

públicos até às ilhas. O plano de urbanização prevê a reserva de espaço para terminais de grande dimensão de autocarros e instalações de estacionamento, prestando serviços de autocarros para acesso ao exterior e instalações de apoio ao trânsito, em conjugação com o desenvolvimento da zona. Com o objectivo de escoar eficazmente o fluxo de pessoas que viajem entre Macau e as ilhas, será realizado o estudo da criação da via rápida para transportes públicos que circulem entre Seac Pai Van, o campus da Universidade de Macau na Ilha da Montanha (Hengqin) e as Zonas Central e Sul, será actualizada prioritária e parcialmente a rede de carreiras dos transportes públicos, reduzindo a duplicação das carreiras da Zona Central, com vista a construir gradualmente uma rede de transportes públicos constituída por rede de carreiras rápidas como “esqueleto”, rede de carreiras gerais como “base” e rede de carreiras complementares como “ramal”, por forma a concretizar sistematicamente a criação de carreiras de autocarros rápidas que ligam com as respectivas zonas e centros modais de transportes. A par disso, para as deslocações dos idosos em transportes públicos, serão criadas carreiras que facilitem o transporte de idosos para os hospitais, com ênfase nas condições de segurança, fiabilidade e conforto na sua utilização, bem como continua a estudar-se a facilitação da deslocação de idosos ou de pessoas com mobilidade reduzida.

Para criar um ambiente confortável de mobilidade lenta, implementando as deslocações ecológicas, teve início no ano passado o estudo preliminar do plano piloto de ciclovias da Taipa com carácter de lazer e em articulação com as actuais ciclovias ao longo da margem do mar e o futuro espaço de lazer. Pretende-se realizar de forma faseada no segundo semestre de 2013 as obras de construção em articulação ou conjugação de outras obras a executar na zona, concretizando faseada e gradualmente o plano. Ademais, tenciona-se também realizar o plano de experiência de autocarros eléctricos ligando, sobretudo, com as novas zonas da Taipa e a vila da Taipa, implementando a política de promoção das deslocações ecológicas. Além disso, o Governo, para cuidar dos grupos sociais mais fragilizados e satisfazer a procura de deslocações das pessoas dos diferentes estratos sociais, irá estudar a introdução das instalações de informação própria para os deficientes visuais que utilizam os meios de transporte público, com vista a alargar o seu raio de movimentos.

6.2. Criar activamente espaços para estacionamento e continuar a otimizar a plataforma de informação

Será racionalizada a gestão dos veículos através da beneficiação da gestão dos existentes espaços para estacionamento. O estudo e o planeamento da criação dos lugares de estacionamento tarifado para ciclomotores e motociclos irão continuar, com o objectivo de alargar o âmbito de cobertura dos mesmos lugares. Para além das vias em algumas zonas comerciais com maior trânsito, será considerada preferencialmente a criação das instalações de estacionamento tarifado para ciclomotores e motociclos nas vias públicas estreitas, com vista a regularizar a disciplina do estacionamento e aumentar a rotatividade de ocupação dos lugares, melhorando a influência causada pelo estacionamento irregular dos motociclos sobre a circulação de outros veículos.

Com a entrada em funcionamento de vários parques de estacionamento públicos recém-construídas, tenciona-se instalar o sistema de divulgação de informação dos auto-silos, prestando dados sobre os lugares de estacionamento permitindo aos condutores estar a par, com maior rapidez, da informação dos lugares dos parques de estacionamento. Entretanto, prosseguir-se-á a extensão do sistema de orientação do estacionamento em maior número dos parques de estacionamento público, por forma a otimizar a gestão.

6.3. Aprofundar o desenvolvimento do trânsito inteligente e otimizar a divulgação de informação em tempo real

Com a criação do sistema inteligente de gestão do tráfego, será alargada a aplicação da tecnologia científica na fiscalização rodoviária. A seguir ao lançamento do sistema de detecção do estacionamento ilegal em 2011, será realizada a segunda fase de instalação do sistema. Tenciona-se, pois, instalar o sistema de detecção do estacionamento ilegal em 16 locais, prevendo-se que a sua entrada em funcionamento se verifique gradualmente em 2013, para aumentar a eficiência de circulação das rodovias. A par disso, será instalado o sistema de controlo de tráfego no túnel desnivelado da Avenida da Baía da Nossa Senhora da Esperança, túnel da Guia e túnel para trânsito dos veículos no Tap Seac, com o objectivo de elevar a capacidade de controlo de tráfego dos túneis. Para otimizar a divulgação em tempo real das informações do trânsito, será criada uma plataforma inter-serviços de partilha de informações em tempo real da situação rodoviária e será uniformizada a divulgação da situação rodoviária das artérias principais, através da plataforma de partilha de informações ou televisão, com a continuação da construção do sistema de controlo de tráfego. Não se deixará de fazer o estudo da viabilidade e construção dos painéis electrónicos de LED nas novas vias assim como artérias principais, pontes e túneis. Ao mesmo tempo, será feita a recolha de opiniões dos cidadãos sobre as instalações do trânsito, situação rodoviária e planeamento, mediante a página electrónica e aplicativo para telemóvel, por forma a aumentar eficazmente a fiscalização e reforçar os canais do envio de informações.

6.4. Aperfeiçoar ordenadamente o ambiente de aprendizagem e exames de condução e consolidar as técnicas de inspecção de veículos

A seguir à entrada em funcionamento da primeira fase do Centro de Aprendizagem e Exames de Condução definitivo, e tendo em vista acompanhar o futuro desenvolvimento social, será feita a recolha de informações sobre a disposição e os dados das instalações e equipamentos da segunda fase do Centro de Aprendizagem e Exames de Condução, e através da visita de prospecção a instalações similares, far-se-á o estudo do desenho e instalação dos instrumentos electrónicos de balizagem para exames de condução. Na sequência da introdução em 2012 do dispositivo de controlo por gravação de som durante a realização das provas, foram elaboradas as respectivas orientações de operação, e depois

da sua aplicação, serão feitas a recolha dos dados estatísticos e a análise destes, procedendo atempadamente à revisão e avaliação.

A conclusão das obras de construção do novo Centro de Inspeção dos Veículos Automóveis no COTAL, está prevista para o final de 2013. A respeito do Centro de Inspeção dos Ciclomotores e Motociclos da Península de Macau, depois da escolha preliminar da sua localização, os preparativos serão desenvolvidos no segundo semestre de 2012. Para acompanhar o ritmo da execução das obras, teve já início o processo de aquisição dos equipamentos de inspeção dos veículos e a gradual instalações e calibração dos equipamentos assim como a beneficiação das instalações periféricas do Centro. Foi também a elaborar a revisão da versão definitiva da proposta de lei do Regulamento do Trânsito Rodoviário, nomeadamente dar acesso às entidades privadas para proceder à inspeção periódica, com o objectivo de diminuir o acréscimo de trabalho do Centro de Inspeção dos Veículos Automóveis.

6.5. Criar um mecanismo de resposta rápida e elevar o serviço de transporte público

Para conhecer de forma ampla e aprofundada as expectativas subjacentes à opinião pública, far-se-á a pormenorização e a criação do mecanismo de resposta rápida. Será convidado o Conselho Consultivo do Trânsito como plataforma de interacção em que a sociedade e o Governo tomam parte para participar na promoção da política do trânsito e na elevação da consciência da segurança rodoviária, bem como continuar a colaborar nos trabalhos de estudo e pesquisa relativo ao planeamento do trânsito e optimização da rede das carreiras. Em 2013, ir-se-á revisar o modelo de funcionamento bem como os resultados do "Amigos dos Autocarros", aprofundando-se o seu posicionamento e função, para potencializar os seus efeitos e papel. Continuando-se a existente rede de comunicação comunitária, serão estabelecidos contactos com diferentes grupos sociais, associações ou instituições, de forma mais activa, positiva e aprofundada, para fazer a apresentação das políticas e medidas do trânsito, ouvindo de forma mais directa as opiniões ou sugestões do público quanto à melhoria dos problemas do trânsito, alargando o âmbito de participação do público.

Alargar o âmbito dos trabalhos de fiscalização do serviço de autocarros, promover a aplicação eficaz do mecanismo de avaliação dos serviços de autocarros, implementar medidas e ajustamentos dirigidos ao respectivo serviço, melhorar o prazo e transparência da divulgação de informações, para que o público obtenha as informações atempadamente, são alguns dos nossos objectivos.

Face ao ambiente do trânsito de Macau que se tem tornado cada vez mais complicado e versátil nos últimos anos, tanto os condutores como peões têm fracas noções de trânsito e, tendo em vista a sensibilização da informação da segurança do trânsito e a consolidação da consciência do público, no que respeita à segurança rodoviária, fazendo cumprir a Lei será

adoptada a forma de reprodução das cenas da ocorrência dos acidentes, com a análise da tipificação e referência das disposições legais consoante os casos, chamando à atenção das pessoas para cumprir o diploma legal do trânsito e estimar a sua vida.

A respeito da beneficiação da legislação do trânsito rodoviário, elabora o texto definitivo do projecto do diploma legal que regula a licença de condução especial, e iremos seguir os trâmites ulteriores. A par disso, é de esperar que estejam concluídas em 2013 a alteração do Regulamento dos Transportes de Passageiros em Automóveis de Aluguer ou Táxis assim como a elaboração do Regulamento Administrativo que rege o Regime de Aprovação dos Modelos de Capacetes Utilizados pelos Condutores dos Ciclomotores e Motociclos e do Regulamento Administrativo da Aprovação das Marcas e Modelos dos Veículos Motorizados e Reboques, todos os trabalhos preparativos que precedem a entrada no processo legislativo.

6.6. Sistema de Metro Ligeiro

No ano de 2013, será concluída no essencial a concepção final do Sistema e Material Circulante da 1.ª Fase do Sistema de Metro Ligeiro. Seguidamente, entrará na fase de fabrico dos respectivos equipamentos.

No início do ano de 2013 irão iniciar-se os trabalhos de fabrico do primeiro comboio, iniciando-se os testes na respectiva oficina. Após finalizados os respectivos testes e recepção, o fabrico dos comboios em série encontrar-se-á em pleno desenvolvimento. Prevê-se que os comboios da primeira série chegarão progressivamente a Macau em 2014.

6.6.1. Início integral das obras de construção do metro ligeiro

No campo da construção civil, para além da obra de construção civil que já se encontra em desenvolvimento nos vários troços da Taipa, iremos avançar, de forma ordenada, com os trabalhos da concepção e implementação de construção civil dos troços da Península de Macau em 2013, na prossecução dos princípios “garantia de qualidade, segurança e eficácia”. Em paralelo, proceder-se-á a vistoria e monitorização das técnicas e qualidade de segurança da construção do Metro Ligeiro, através da terceira entidade independente, o órgão de consultoria que possui uma vasta experiência internacional.

Prevê-se que a obra de melhoramento da Ponte de Sai Vai entrará em desenvolvimento global em 2013. Através da realização das reuniões e comunicação interdepartamentais, garante-se a circulação condicionada no tabuleiro inferior da Ponte de Sai Van estar disponibilizada, durante a estação dos tufões, aos condutores de automóveis ligeiros particulares, caso seja necessário.

Prevê-se que a obra de melhoramento da Ponte de Sai Van será concluída no essencial em 2014, procedendo-se, seguidamente, aos testes e à integração dos equipamentos.

6.6.2. Reforço da fiscalização, de modo, a diminuir o impacto provocado pelas obras

A construção do Metro Ligeiro é uma obra de grande envergadura que se prolonga por vários anos, por isso, trará muitas oportunidades de emprego para Macau. Além disso, dado que o Metro Ligeiro é o projecto de infra-estrutura de transporte ferroviário introduzido pela primeira vez em Macau, leva a que o pessoal técnico local adquira mais oportunidades para trocar opiniões e cooperar com as instituições internacionais, melhorando, deste modo, a técnica local e ajudando as empresas de Macau a ser internacionalizadas. Todavia, é inevitável que provoque certos impactos à vida quotidiana da população durante o período de construção das obras do Metro Ligeiro.

Em 2013, iremos reforçar e aprofundar o conteúdo do trabalho do Posto de Contacto Comunitário do Metro Ligeiro. Seguindo os pressupostos “conveniência ao público” e “construção ecológica”, iremos implementar a coordenação e cooperação estreita com os serviços interdepartamentais no âmbito do enquadramento do trânsito, do plano de trabalhos e da gestão da obra, procedendo com eficácia aos trabalhos de fiscalização.

Em virtude de minimizar os transtornos do trânsito causados ao público durante o período de execução das obras do Metro Ligeiro, os respectivos serviços públicos irão activamente manter uma estreita comunicação, coordenando melhor a obra por forma a reduzir ao mínimo os impactos do trânsito ocorridos ao longo do traçado em execução.

Em simultâneo, estarão aperfeiçoados o enquadramento do trânsito e a arborização ao longo do traçado aproveitando a oportunidade da construção do Metro Ligeiro.

Para além disso, iremos negociar com os empreiteiros formas de execução das obras, tal como executar, sempre que possível, as obras em viaduto, a fim de manter a circulação constante das faixas de rodagem em causa; abordar maneiras distintas e ecológicas para a execução das obras, e melhorar a gestão de obra, com vista a reduzir ao mínimo o ruído e a poluição das obras.

6.6.3. Início simultâneo da elaboração dos critérios de operação e leis complementares do metro ligeiro

Iremos iniciar em 2013 os trabalhos necessários do concurso para os serviços da operação comercial e manutenção destinada à 1.ª Fase do Metro Ligeiro, tendo por objectivo tomar em consideração as opiniões da entidade operadora sobre os equipamentos hardware e o sistema, no decurso da construção do Metro Ligeiro, executando, de forma atempada, os respectivos trabalhos preparatórios.

No intuito de coordenar com o concurso supra referido, aperfeiçoando o conteúdo dos documentos do concurso e os respectivos processos do concurso, para garantir a finalização do concurso segundo o calendário e com sucesso.

Por outro lado, prosseguir-se-á com os trabalhos da «Legislação, Pesquisa, e Consulta sobre o Transporte de Metro Ligeiro de Macau», através da recolha e organização das opiniões apresentadas pelos residentes nas consultas públicas; aprofundando e melhorando o respectivo conteúdo da lei e do diploma legal, para proporcionar uma garantia mais abrangente aos futuros trabalhos nas áreas de planeamento, operação comercial, controlo e regulamentação, entre outras

A par disso, iremos acompanhar, de forma progressiva, a análise e estudo da aquisição de comboios adicionais de Metro Ligeiro.

6.7. Assuntos portuários

Tendo em consideração que as condições de navegação nas águas confinantes com Macau se tornam cada vez mais complicadas, que causa aumento contínuo do risco de navegação, no próximo ano, iremos envidar esforços para supervisionar a segurança na navegação e, reforçando a cooperação regional, aperfeiçoar os equipamentos informáticos, melhorar as instalações de fiscalização, actualizar as informações da navegação, etc., garantindo a segurança de navegação nas águas confinantes com Macau.

Para além disso, com vista a prestar aos cidadãos e visitantes um ambiente alfandegário com conveniência e um serviço fronteiriço humano, e satisfazer as necessidades das deslocações, iremos, através de estudos científicos, fiscalização rigorosa, e gestão profissional de pessoal e de instalações, adoptar medidas para aperfeiçoar a administração dos diversos terminais marítimos de passageiros, melhorar o software e hardware de apoio aos transportes marítimos, articular-se com a meta de transformar Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer.

6.7.1. Reforçar a supervisão sobre as condições de navegação, garantir a segurança na navegação marítima

Com o início sucessivo dos diversos empreendimentos nas águas confinantes com Macau, todos os dias muitos batelões circulam nas águas confinantes com Macau para a execução dos aterros, o que causa grande aumento no risco de acidentes de navegação e na taxa da ocorrência dos incidentes no mar. No próximo ano, iremos reforçar a supervisão sobre a segurança de navegação e de embarcações de obra nas águas confinantes com Macau, através das medidas como reforço das medidas regulares, rusgas, etc., com vista a reprimir com eficácia as eventuais anormalidades e infracções; delinear o percurso de navegação das embarcações que demandam as áreas da execução de obras, manter contactos estreitos com as autoridades marítimas das regiões vizinhas, adaptar conjunto as diversas medidas de prevenção, no sentido de minimizar a taxa da ocorrência dos incidentes no mar. Ao mesmo tempo, potenciaremos a guarnição da frota naval do governo, melhorando a qualidade pessoal, e reforçando a capacidade de resposta à emergência e de salvamento, com vista a prevenir e responder a eventuais sinistros marítimos durante o período da execução das obras, garantindo a segurança no mar.

Por outro lado, iremos potenciar o VTS existente para ampliar a área de cobertura do VTS e potenciar a capacidade de controlo, bem como, construir nas proximidades do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa (TMPT) um edifício VTS para prestar um serviço fiável de controlo de tráfego marítimo às embarcações, especialmente as embarcações rápidas de passageiros, que demandam as águas confinantes com Macau.

Além disso, no intuito de aperfeiçoar os sistemas e equipamentos hidrográficos, iremos construir uma embarcação que se responsabiliza pelo levantamento hidrográfico, no sentido de monitorizar de forma aprofundada a variação dos dados hidrográficos nas águas costeiras de Macau, e através da recolha dos dados de Macau acerca de orla costeira, canais de navegação, assinalamentos marítimos, profundidade da água, etc., produzir uma nova “Carta Portuária de Macau”, de modo a fornecer as últimas informações de navegação às embarcações que demandam as águas circunvizinhas de Macau.

6.7.2. Reformar o modelo de gestão dos terminais marítimos, prestar um serviço fronteiriço de qualidade

Em articulação com o desenvolvimento do sector de turismo, iremos gerir os terminais marítimos de passageiros com modelo inovador, em simultâneo, zelar pelo melhoramento contínuo do ambiente alfandegário, elaborar um planeamento razoável e eficaz para os espaços e as instalações existentes nos terminais marítimos, otimizar a distribuição do espaço comercial, executar faseadamente o projecto do “Plano do Melhoramento do Espaço do Terminal Marítimo do Porto Exterior”, acompanhar melhor os trabalhos durante o período da execução do referido projecto, com a finalidade de garantir que o funcionamento do terminal marítimo não sofre impacto, bem como prestar um serviço fronteiriço com alta qualidade aos visitantes e cidadãos.

Com a realização gradual da construção do TMPT que precisa da articulação atempada da construção dos canais no mar, iremos abrir uma bacia e um canal na zona marítima em frente ao TMPT, aperfeiçoar a colocação de assinalamento marítimo e regras de navegação, melhorar o sistema de monitorização para monitorizar e supervisionar com eficácia as embarcações, no sentido de proporcionar às embarcações condições seguras de navegação por vários meios. Simultaneamente, em articulação com os trabalhos preparatórios para a entrada em funcionamento do TMPT, iremos manter contactos estreitos com o sector de transporte marítimo de passageiros, acompanhar os trabalhos no âmbito de planeamento de instalações dos terminais marítimos, itinerários marítimos, viagens, escolha dos cais de atracação e área de exploração, elaborar um regulamento de gestão dos terminais, realizar ensaios e simulacros antes da entrada em funcionamento do TMPT, manter estreita coordenação com os demais serviços, proceder a um planeamento do transporte rodoviário e do acesso alfandegário para que o funcionamento do TMPT seja ordenado e tenha sucesso.

Por além disso, com vista a melhor regular a administração e o funcionamento dos terminais marítimos, e impulsar o desenvolvimento diversificado do transporte marítimo de

passageiros de Macau, o Governo da RAEM irá publicar o regulamento administrativo – Gestão dos Terminais Marítimos de Passageiros, para articular-se com o desenvolvimento dos terminais marítimos de passageiros e as necessidades sociais.

6.8. Aviação

Todavia, o tráfego aéreo no Aeroporto Internacional de Macau começou a registar um crescimento positivo durante este ano. No quadro da integração da Região do Delta do Rio das Pérolas, prevê-se que, ao nível da ampliação dos mercados, a indústria de aviação de Macau irá encontrar uma variedade de oportunidades, e de desafios. No entanto, continuará a superar as dificuldades, a rever as deficiências do trabalho passado e a desenvolver todos os trabalhos necessários em prol do desenvolvimento económico e da supervisão da segurança.

6.8.1. Promover o desenvolvimento do transporte aéreo a fim de alcançar a diversificação dos mercados

Tendo em conta o “Plano Geral de desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau” até 2030 integra amplamente as exigências e as opiniões das instituições e organizações das indústrias da aviação, do turismo, do transporte de carga e logística, e foi elaborado para servir o público local e da Região do Delta do Rio das Pérolas, com o objectivo de auxiliar a integração das áreas do turismo, logística e cultura da região do Delta do Rio das Pérolas. Em 2013, as entidades competentes irão implementar o Plano de acordo com o que nele foi estabelecido, desenvolvendo os estudos de avaliação ambiental e início do processo de apreciação dos projectos de realização de aterros.

Com vista a melhor aproveitar a oportunidade do desenvolvimento da indústria de aviação, o Governo da RAEM continuará a implementar uma política de aviação de céu aberto e a coordenar com o desenvolvimento da região do Delta do Rio das Pérolas; de acordo com o “Plano geral do desenvolvimento do aeroporto”, irá ampliar, por fases, as infra-estruturas e facilitar o transporte dos passageiros que atravessam as fronteiras para utilizar o aeroporto, fazendo uso dos serviços de Express-link marítimo-aéreo e terrestre-aéreo, e atrair residentes da Região do Delta do Rio das Pérolas para optarem por Macau como ponto de transferência nas suas viagens de longa distância.

Por isso, o nosso objectivo é expandir a rede aérea para o exterior, a fim de facilitar a chegada de turistas a Macau por via aérea. Relativamente ao planeamento da rede de ligações aéreas no futuro, Macau irá explorar activamente mais destinos na Ásia, com vista a desenvolver as rotas de curta e média distância; irá, igualmente, desenvolver as rotas de longa distância, através do uso de outros aeroportos asiáticos como pontos de trânsito,

trazendo a Macau, desta forma, passageiros de países e regiões distantes, nomeadamente do Médio Oriente, América e Europa.

Para além disso, em 2004, o Governo da RAEM começou as negociações para a assinatura de um acordo horizontal com a União Europeia (UE). Após anos de coordenação e preparação, prevê-se que o acordo horizontal entre as duas partes poderá ser assinado em 2013. A partir daí, qualquer estado membro da UE que tenha acordo bilateral assinado com o Governo da RAEM poderá designar companhias aéreas de outros estados membros para abertura de voos com destino a Macau, aumentando, deste modo, o número de companhias aéreas da UE autorizadas a operar para Macau.

6.8.2. Aperfeiçoar o sistema jurídico da aviação civil, melhorar a gestão da segurança operacional da aviação

Acompanhando o desenvolvimento do transporte aéreo mundial, a Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO) tem realizado regularmente revisões à Convenção sobre a Aviação Civil Internacional e aos respectivos anexos, estabelecendo novas normas e recomendando medidas aos Estados-membros. O sector da aviação civil de Macau continuará a realizar a actualização técnica necessária do “Regulamento de Navegação Aérea de Macau”, que estipula as normas técnicas da indústria de aviação de Macau, com o objectivo de assegurar a segurança operacional da aviação, e a aperfeiçoar as leis e os regulamentos de aviação de Macau, no sentido de satisfazer as novas exigências internacionais.

Quanto à segurança na área da aviação civil, continuamos a prestar atenção e reforçar a segurança da área e em colaboração com a ICAO, temos vindo a proceder à revisão das convenções internacionais. A fim de responder às exigências internacionais de reforço da segurança da aviação, a autoridade de aviação civil irá, de acordo com a mais recente evolução, estudar medidas mais rigorosas na área jurídica para regular actos ilegais, e fortalecer a implementação eficaz da supervisão da segurança da aviação de Macau.

Os trabalhos de implementação do “Programa de Segurança Operacional de Macau” estão a prosseguir de forma gradual, indo entrar na terceira fase em 2013. Este programa tem como objectivo o fortalecimento da gestão de segurança operacional e criação de uma boa cultura de segurança, através da cooperação entre a entidade de supervisão e a indústria. Ciente disso, no próximo ano, para além de dar continuidade à troca de informações de segurança operacional com a indústria, a Autoridade da Aviação Civil irá rever as regras do sistema de gestão da segurança operacional, e promover os trabalhos de supervisão da segurança operacional, através da realização de reuniões regulares com o sector destinadas à revisão dos temas de segurança operacional e tomando como referências as medidas eficazes adoptadas noutras partes do mundo.

6.8.3. Melhorar a monitorização das mudanças no ambiente operacional da indústria da aviação a fim de enfrentar o desenvolvimento urbano futuro

Enfrentando o rápido desenvolvimento da região, o Governo da RAEM encontra-se empenhado na elaboração do “plano director dos novos aterros urbanos”. A fim de fazer face às necessidades de desenvolvimento do novo distribuição da cidade, o Governo da RAEM irá, após ouvir as opiniões do sector, procurar um local adequado para reinstalar o hangar de manutenção de helicópteros localizado actualmente em Coloane, precisamente dentro da área do plano director, e cooperar activamente com o sector na optimização das novas infra-estruturas, em prol da nova paisagem urbana de Macau. Com vista a proceder a recolha sistemática de dados sobre os ruídos aeronáuticos, a Autoridade de Aviação Civil planeia instalar uma estação de monitorização de ruído na área das rotas aéreas, para monitorizar o volume do ruído produzido durante 24 horas. Com os resultados obtidos desta estação, associados às informações dos voos, será elaborado o relatório de análise, que servirá para monitorizar e controlar, a longo prazo, a situação do ruído no aeroporto e nas rotas aéreas.

7. Protecção do ambiente e Energia

Em 2013 iremos continuar com a concretização de dois dos grandes objectivos a que nos propusemos: o reforço do controlo da poluição do ar e a melhoria do nível de tratamento de resíduos. Por outro lado, vamos elaborar leis e diplomas sobre a protecção ambiental, aumentar a consciencialização para a protecção ambiental e introduzir energia limpa, concretizando assim os transportes ecológicos.

7.1. Protecção do Ambiente

O documento final do “Planeamento da Protecção Ambiental de Macau 2010-2020”, que publicámos em 2012, servirá como um importante programa direccional para a promoção de diversas actividades ambientais no futuro em Macau. Ponderando as realidades sociais de Macau, concluiu-se que a melhoria da qualidade do ar e o tratamento de resíduos sólidos continuam a ser as questões ambientais mais preocupantes pela comunidade. Por isso, os trabalhos a serem desenvolvidos com destaque em 2013 serão a fortificação do controlo da poluição do ar e a elevação do nível de tratamento de resíduos sólidos. Ao mesmo tempo, iremos dar continuidade à optimização do sistema de gestão ambiental, ao aperfeiçoamento dos diversos diplomas legais, ao reforço da implementação do regime de avaliação do impacto ambiental a fim de aumentar o nível de supervisão.

Para promover a construção de uma sociedade amiga do ambiente e economizadora de recursos, deve-se começar pela tomada de acções ambientais por cada um de nós. Por isso,

o Governo da RAEM irá continuar a desenvolver várias actividades visadas à sensibilização e educação ambiental a partir dos dois aspectos da “concepção” e da “acção” procurando elevar, de modo subtil e gradual, o nível da consciência ambiental dos residentes, criar atitude e hábitos de levar uma vida ecológica.

7.1.1. Integração na rede regional de monitorização da qualidade atmosférica e fortificação das medidas de controlo da poluição do ar

No sentido de garantir a articulação com os mecanismos de partilha de informações entre Macau, Hong Kong e Guangdong, um posto de monitorização de ar em Macau será integrado na «Rede de Monitorização e Controlo da Qualidade de Ar no Delta do Rio das Pérolas» em 2013, a fim de efectuar a prevenção e o controlo conjunto da poluição atmosférica no Delta do Rio das Pérolas.

A emissão de gases de escape dos veículos motorizados é considerada uma das principais fontes de poluição atmosférica em Macau. Após o lançamento, em 2012, do regulamento administrativo que fixa os limites de emissão de gases poluentes a que devem obedecer os automóveis novos aquando da sua importação, em 2013 o trabalho a ser desenvolvido será acerca dos veículos em circulação. Ir-se-á elaborar a legislação para reforçar o controlo da inspecção de veículos e estabelecer normas para controlo das emissões de poluentes, no intuito controlar da melhor forma, a partir da fonte, a poluição originada de emissão de gases de escape de automóveis. Por outro lado, ir-se-á estudar o aceleramento da eliminação de veículos em circulação altamente poluidores e a introdução de eco-veículos através de aplicação de medidas com incentivo.

Face às principais fontes poluidoras do ar que afectam a qualidade atmosférica de Macau, ir-se-ão elaborar, com base nos estudos anteriores, os parâmetros e estratégia e solução para o controlo de emissões, e dar continuidade à melhoria da lista de fontes de emissão de gases poluentes bem assim como à definição de soluções da redução de emissão a curto, médio e longo prazo.

7.1.2. Elevação do nível da prestação dos serviços de remoção e transporte de resíduos e limpeza. Aumento dos efeitos da recolha selectiva de resíduos recuperáveis

Atendendo ao facto que a qualidade da prestação dos serviços de limpeza urbana, recolha e transporte de resíduos diz respeito às condições higiénicas do ambiente público, à imagem da cidade de turismo e do desenvolvimento sustentável de Macau, iremos com a celebração do novo contrato de exploração de serviço intitulado “Prestação de Serviços de Limpeza Urbana, Recolha e Transporte de Resíduos da Região Administrativa Especial de

Macau”, pretende implementar serviços de remoção e limpeza com melhor qualidade e ao encontro da melhor forma às realidades de Macau.

Em 2013, iremos continuar a aumentar a rede de recolha selectiva de resíduos através de diversos meios, incluindo a criação de postos de recolha selectiva de resíduos nos novos edifícios de habitação pública proporcionando uma via de recolha mais fácil e conveniente para os residentes. Ao mesmo tempo, no plano de “Estudo sobre o Tratamento de Resíduos de Cozinha” e na “Demonstração sobre o Tratamento de Resíduos de Cozinha”, ir-se-á promover e atrair uma maior participação de estabelecimentos de ensino e instituições.

Tendo por objectivo estimular o desenvolvimento da economia regional de reciclagem, superar o limite de ser uma região geograficamente pequena e tratar adequadamente de diversos tipos de resíduos produzidos, o Governo da RAEM e a Província de Guangdong chegaram ao consenso preliminar sobre o tratamento dos materiais de construção inertes resultantes das actividades de demolição em Macau como uma principal acção da respectiva deposição, a nível transfronteiriço. A cooperação das partes na matéria será ainda reforçada em conformidade com a necessidade do desenvolvimento no futuro. Além disso, ir-se-á, também, efectuar abordagem com as autoridades do Interior da China sobre o tratamento de veículos antigos e inúteis elaborando, de modo ordenado, o respectivo fluxo de procedimentos e as instalações complementares.

7.1.3. Concretização ordenada do planeamento de protecção ambiental e promoção da construção do regime de avaliação do impacto ambiental

Iremos promover a sua execução ordenadamente, e faseada de todas as acções do «Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020)», desenvolver, de forma contínua, os estudos posteriores aprofundados e publicar, oportunamente, informações sobre os indicadores previstos. Futuramente, iremos trabalhar de acordo com o plano de execução das principais acções ambientais e o calendário previsto pelo documento definitivo no sentido de promoverem juntos a construção do caminho rumo à sociedade de baixo carbono de Macau.

Na medida da inauguração de importantes instalações de infra-estruturas e de projectos de empreendimentos de grande envergadura, torna-se necessário reforçar a gestão da protecção ambiental nestes projectos. Em base da consulta de opiniões sobre o “Texto Exploratório para a Criação de Um Regime de Avaliação do Impacto Ambiental” que tivera realizada, ainda antes da implementação plena do regime de avaliação do impacto ambiental, dar-se-á, em 2013, a prioridade à publicação da lista de tipos de empreendimentos sujeitos à avaliação do impacto ambiental, através desta lista, a título experimental, se aprofunde o conhecimento e a aplicabilidade sobre a avaliação do impacto ambiental, quer dos serviços públicos responsáveis pela construção, quer dos sectores profissionais relacionados. Ao mesmo tempo, ir-se-á concretizar actividades promocionais mais alargadas sobre a

formação profissional da avaliação do impacto ambiental, intercâmbios e sensibilização, no sentido de continuar conduzir um correcto conhecimento sobre a avaliação do impacto ambiental na sociedade.

Com a implementação das leis e diplomas ambientais, sobre a “Prevenção e Controlo do Ruído Ambiental”, iremos dar continuidade à fortificação da capacidade de fiscalização ambiental e da execução da lei e ao reforço do pessoal de execução da lei. Em articulação com a execução experimental das instruções para a construção ecológica, foi proposto que as obras públicas se devam, em primeiro lugar, adoptar os métodos das obras de construção ecológica, que produzam baixo nível de ruído, para além de efectuar estudos sobre a fixação de pré-medidas a fim de encorajar a adaptação do método de cravação de estacas amigo do ambiente nos locais de obras privadas diminuindo a perturbação de ruído para os residentes.

7.1.4. Aperfeiçoamento do funcionamento do Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética e melhoramento contínuo do mecanismo de gestão ambiental

O Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética (FPACE) foi criado a partir de 2011. Iremos rever constantemente o funcionamento do FPACE, supervisionar, com rigor, os procedimentos de apreciação a aprovação dos candidatos e o estado da aplicação dos produtos e equipamentos ambientais adquiridos por esta via pelas instituições patrocinadas para além de analisar, ao mesmo tempo, as opiniões e sugestões da comunidade e tomar em consideração a ampliação do âmbito de cobertura do Plano de acordo com as necessidades reais. Tendo por objectivo executar a “Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes”, ir-se-á desenvolver de modo contínuo estudos sobre os poluentes orgânicos persistentes, e enriquecer os dados sobre poluentes orgânicos persistentes de Macau. Por outro lado, irá implementar, actualizar e aperfeiçoar, progressivamente, os diferentes sistemas e redes de monitorização ambiental, inclusivamente, o procedimento periódico à modernização e à actualização do sistema de monitorização de ruído assim como ao melhoramento da monitorização da qualidade das águas costeiras de Macau, entre outras acções.

7.1.5. Acompanhamento das mudanças na consciencialização ambiental e reforço da sensibilização e educação sobre a redução de uso de sacos de plástico

Ir-se-á dar continuidade à pesquisa sobre a consciencialização ambiental dos residentes de Macau por continuar a desenvolver a “Pesquisa sobre o Nível de Conhecimento da População em Relação à Protecção Ambiental de Macau” por forma a conhecer melhor as eventuais alterações, tendentes ou substanciais, consolidar ainda melhor a base de

implementação da política do ambiente e corresponder, com efeito, às solicitações da sociedade.

Para no ano de 2013, reforçar-se-á a sensibilização e educação de redução de uso de sacos de plástico para além de preservar as actividades promocionais, com incentivo, da prática vigorosa de actos ambientais da população através das plataformas tais como: o Prémio Hotel Verde Macau, Plano de Parceria “Eco-Escolas”; Plano de Parceria “Empresas Verdes” e Programa de Pontos “Verdes” – Efectuar a separação de resíduos pode ser divertido; efectuar-se-ão estudos sobre a reunião de maiores forças ambientais através das medidas com incentivo no sentido de reforçar com vigor a redução do uso de sacos de plástico, estimular, ainda, ao mesmo tempo, a diminuição do uso de sacos de plástico nos serviços públicos fazendo enraizar o conceito ambiental de redução de uso de sacos de plástico na mente da população dos bairros comunitários.

7.1.6. Melhorar capacidade da previsão meteorológica, construir laboratório de radiação nuclear

A fim de intensificar a precisão da previsão do tempo, em 2013 vai cooperar com as regiões vizinhas, nomeadamente, em relação aos equipamentos, tal como, radar meteorológico, LIDAR e outros equipamentos de detecção remota etc., ao mesmo tempo, seja a realizar formação específica para melhorar os profissionais. Além disso, já desenvolvemos os trabalhos de reestruturação da rede da monitorização de qualidade do ar. No próximo ano continua a substituir os respectivos equipamentos e alarga-se mais tipos de poluentes à monitorização. Através do veículo da monitorização, seja em prioridade estimar a situação de qualidade do ar na berma das ruas.

Desde que a região vizinha está gradualmente a construir instalação nuclear, por isso, há necessário estabelecer uma completa rede da monitorização. Para este efeito, no próximo ano vai estabelecer um laboratório de modo a investigação de radiação nuclear. Prevê-se que os trabalhos de monitorização vão completamente desenvolver em 2014.

7.2. Assuntos dos recursos hídricos

Para criar uma sociedade economizadora de água, iremos instaurar o regime de água reciclada, participar activamente nas obras de abastecimento de água regionais, e através da cooperação regional garantir o abastecimento estável e seguro da água.

7.2.1. Garantir a segurança no abastecimento de água, construir uma cidade economizadora de água

No intuito de avaliar o resultado produzido pelo Mecanismo Regulador de Tarifas de Água Canalizada, em 2012, concluímos a investigação do resultado produzido pelo referido

mecanismo. Com base nos resultados da investigação depois da implementação das novas tarifas no âmbito das alterações dos hábitos, da aceitabilidade dos utentes, etc., será fomentado o futuro desenvolvimento do mecanismo de tarifas de água. Entretanto, com vista a formar uma consciencialização para a poupança de água, para além das actividades de promoção, e da promoção do plano de poupança de água nos bairros comunitários, escolas e empresas, iremos reforçar a promoção de poupança de água nos postos fronteiriços e nas informações turísticas, e aprofundar o “Plano de Poupança de Água nos Hotéis”.

Por outro lado, iremos gradualmente implementar as medidas do “Programa de Poupança de Água em Macau” para explorar novas fontes de água e conservar água, a fim de planificar o rumo a ser seguido nos próximos 10 anos para explorar e aproveitar a água reciclada em Macau, e lançar o “Plano Director de Desenvolvimento da Água Reciclada em Macau” em 2013. E depois, consoante as políticas e as medidas do referido plano, iremos gradualmente executar a construção das redes públicas de distribuição de água reciclada, constituir o regime de gestão de água reciclada, impulsar a construção da estação da água reciclada e implementar a exploração e a aplicação da água reciclada, através de promoções educativas, permitindo que a sociedade conheça melhor o conhecimento geral da água reciclada, o âmbito de aplicação, as exigências técnicas do material de condutas e respectiva instalação.

A Estação de Tratamento de Águas Residuais de Coloane tendo os preparativos para o lançamento do respectivo concurso público da concepção e da construção desenvolvidos no quarto trimestre de 2012. Esforçamos o início das obras de construção será possivelmente no primeiro semestre de 2013. Além disso, iremos zelar pelo acompanhamento do projecto-piloto do aproveitamento de água reciclada no Novo Campus da Universidade de Macau na Ilha da Montanha (Hengqin) e nos bairros novos comunitários de Seac Pai Van, em Coloane, no sentido de desenvolver o uso de água reciclada em novas zonas em Macau. Em simultâneo, em articulação com a exploração e o aproveitamento da água reciclada, iremos elaborar o regulamento administrativo – Serviço Público de Abastecimento de Água Reciclada, através do aperfeiçoamento do sistema de gestão, generalizando gradualmente o uso da água reciclada.

7.3. Políticas energéticas

Em articulação com o desenvolvimento sustentável a longo prazo, iremos promover a construção de infra-estruturas de fornecimento de electricidade, elevar a estabilidade e segurança do fornecimento de electricidade, e implementar o novo sistema tarifário de electricidade.

Com vista a garantir o fornecimento de energia, será construída, de acordo com o plano, a rede de gasodutos de gás natural, como energia limpa.

7.3.1. Garantir a estabilidade a longo prazo do fornecimento de energia e aperfeiçoar o sistema tarifário

De acordo com as necessidades do planeamento dos novos aterros urbanos e de construção da cidade no futuro, aproveitaremos o espaço subterrâneo, e iremos continuar a estudar as normas de segurança das subestações subterrâneas e, lançaremos o estudo das normas de segurança da estrutura dos postos de transformação de média tensão e dos equipamentos. Além disso, para o fornecimento de electricidade ao sistema do metro ligeiro, lançar-se-ão as obras de construção de quatro subestações de alta tensão de 110 kV.

Continuar-se-á a estudar e procurar locais adequados nas zonas antigas com vista à instalação de equipamentos de distribuição de electricidade destinados a elevar a capacidade de fornecimento de electricidade. Ao mesmo tempo, de acordo com as experiências recolhidas do projecto de teste, irá ser elaborado o projecto de alteração global da rede de distribuição de electricidade. Além disso, quanto à avaliação e acompanhamento do mecanismo de manutenção e de restabelecimento de fornecimento de electricidade, a companhia concessionária foi instada a implementar as medidas de aperfeiçoamento de acordo com o projecto de trabalho definido.

Terminados os trabalhos relativos à segunda consulta e análise do sistema tarifário e fixação dos preços da electricidade, será dado início à alteração da respectiva legislação, implementando, no mais breve espaço de tempo possível, o novo sistema tarifário e os novos preços da electricidade durante o ano, para que os utentes residenciais normais e as pequenas e médias empresas possam usufruir da política de redução das tarifas da electricidade. No que respeita a alteração das leis e dos regulamentos na área da electricidade, espera-se poder concluir a elaboração do “Regulamento de Segurança Técnica das Interligações da Rede Pública de Transporte de Energia Eléctrica de Alta Tensão” em 2013 e continuar-se-á a elaboração da “Lei de Bases da Electricidade” e o “Regulamento da Rede Eléctrica”.

Paralelamente, ir-se-á começar a estudar o regulamento relacionado com o fornecimento de electricidade e serão lançados os trabalhos de revisão necessários ao desenvolvimento real da sociedade. Para o estudo e elaboração do respectivo regime tomar-se-ão como referência os padrões técnicos internacionais mais adequados.

7.3.2. Construir gradualmente a rede de gasodutos de gás de cidade e aperfeiçoar as leis

Com a assinatura e entrada em vigor do “Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Gás Natural”, a construção faseada da rede de gasodutos de distribuição

de gás de cidade será lançada para ser fornecido gás em primeiro lugar aos residentes dos edifícios de habitação pública de Seac Pai Van e aos grandes utentes do campus da UM na Ilha da Montanha (Hengqin). Posteriormente o gás será gradualmente fornecido a uma parte dos edifícios residenciais e comerciais da baixa da Taipa e de Coloane e posteriormente, segundo o plano, concluir-se-á a construção da rede de gasodutos principal de Macau em cinco anos.

De acordo com as características de cada tipo de utentes de gás natural, serão estabelecidos em harmonia os contratos-tipo que mais se adequarem a cada uma das categorias de utentes, com o fim de otimizar o mecanismo de preços do gás de cidade. Por outro lado, serão estabelecidos os padrões básicos de avaliação da qualidade do serviço e da eficiência operacional que correspondam aos padrões internacionais, de modo a garantir a qualidade do serviço e os níveis operacionais da concessionária, salvaguardando os interesses dos utentes de gás natural.

Quanto à legislação dos combustíveis, irão entrar na última fase da elaboração do regulamento administrativo sobre o “Regulamento Técnico das Redes de Distribuição de Gases Combustíveis” e o “Regulamento Técnico dos Postos de Redução de Pressão a Instalar nos Gasodutos de Transporte e nas Redes de Distribuição de Gases Combustíveis”.

7.3.3. Expandir a aplicação das energias renováveis e reforçar a eficácia da eficiência energética dos sectores públicos

Em 2013, ir-se-ão continuar a desenvolver os projectos de teste de aplicação de sistemas de energia solar fotovoltaica em diferentes locais e ambientes, e irão entrar na última fase da elaboração do regulamento administrativo do “Regulamento de Segurança das Interligações de Energia Solar Fotovoltaica”, o qual visa regular o processo e a segurança de instalação de interligações de energia solar. Ao mesmo tempo, serão estabelecidas as medidas para os preços de electricidade das interligações de energia solar fotovoltaica, para incentivar e impulsionar a aplicação da energia solar fotovoltaica. Além disso, continuar-se-á a acompanhar os desenvolvimentos mais recentes e as novas tecnologia no âmbito de outras energias renováveis.

Com a síntese das experiências e dos resultados da implementação na íntegra do Mecanismo de Gestão Energética, em 54 serviços durante 2012, e ao longo do próximo ano, continuar-se-á a promovê-lo de modo a ajudar os serviços a estabelecer o Mecanismo de Gestão Energética que melhor se adequa aos seus próprios serviços. Quanto à iluminação pública, ir-se-á continuar com o trabalho de substituição da iluminação existente por luzes de rua LED. De acordo com as situações reais da aplicação, irão ser adicionados e aperfeiçoados oportunamente, os conteúdos das “Directrizes para os Projectos de Iluminação Pública de Macau”.

8. Políticas de telecomunicações, correios, ciência e tecnologia

8.1. Políticas de telecomunicações

Através da liberalização do mercado, bem como da melhoria do mecanismo de regulação, criaremos um ambiente de concorrência leal, e iremos incentivar Macau a criar um mercado com serviços de telecomunicações avançados, diversificados, de qualidade e a preço razoável, aproveitando para elevar a concorrência da sociedade global.

8.1.1. Avançar a passos largos, criar um espaço para o desenvolvimento do mercado das telecomunicações

Na sequência do início da construção da nova rede pública de telecomunicações fixa e do respectivo serviço, bem como da conclusão do processo arbitral que opõe a TV Cabo Macau à RAEM, a convergência já se reveste das condições básicas para o seu desenvolvimento. Iremos proceder ao estudo e ao planeamento tendo em consideração vários aspectos, tais como as tecnologias, as disposições legais e a situação do mercado, a fim de que o mercado das telecomunicações de Macau dê ainda maior resposta às exigências de padrões internacionais e obtenha um maior espaço para o seu desenvolvimento.

Em resposta ao rápido desenvolvimento do mercado das telecomunicações móveis e ao aumento constante da exigência dos cidadãos relativamente ao serviço móvel de dados, estudaremos a introdução oportuna e gradual de novas tecnologias de comunicações, a fim de trazer aos cidadãos um serviço de telecomunicações móvel mais abrangente e de boa qualidade.

Além disso, após o procedimento de consulta do projecto de revisão da “Lei de Bases das Telecomunicações” no final do ano de 2012, no próximo ano, esforçamos apresentar as propostas de revisão da mesma com a maior rapidez possível, a fim de combater os desafios trazidos pela plena liberalização do mercado das telecomunicações e intensificar o mecanismo de supervisão.

Conforme o resultado do processo arbitral intentado pela TV Cabo Macau em relação ao cumprimento do “Contrato de Concessão do Serviço Terrestre de Televisão por Subscrição” por parte do Governo, projectaremos de novo os serviços de transmissão dos sinais televisivos. Sob o pressuposto de preencher os objectivos de desenvolvimento definidos pelas políticas de telecomunicações, tais como a liberalização do mercado e a promoção da concorrência, por um lado, vamos iniciar a revisão do “Contrato de Concessão do Serviço Terrestre de Televisão por Subscrição”, por outro lado, planeamos incluir os serviços de

transmissão dos sinais televisivos no âmbito da regulação oficial, de modo a resolver o conflito histórico entre a TV Cabo Macau e as companhias de antena comum.

A partir da entrada em funcionamento do “Sistema de banda larga sem fios – WiFi GO” em 2010, a cobertura do sistema tem sido continuamente ampliada e o número de utilizadores e a quantidade de utilização dos dados têm aumentado constantemente, causando a saturação do sistema na sua concepção original. O sistema será actualizado e, ao mesmo tempo, procederemos à revisão e análise relativa aos actuais pontos de acesso ao serviço, ajustando-os e melhorando-os com vista a satisfazer as necessidades dos utilizadores.

8.1.2. Melhorar as infra-estruturas de telecomunicações e elevar os efeitos e a eficiência da regulação

Com o objectivo de promover ainda mais a perfeita transição do IPv4 para o IPv6, iremos, através do Centro de Referência de IPv6, exibir a ligação e aplicação do IPv6 às pessoas do sector e das áreas relevantes, por forma a elevar os conhecimentos e as capacidades técnicas do sector relativamente ao IPv6. Ao mesmo tempo, recolheremos activamente opiniões para melhorar ainda mais as funções do software e hardware do Centro em causa. Além disso, iremos, em conformidade com a situação regional de preparação para o IPv6, levar a cabo, oportunamente, acções de divulgação e promoção por forma a elevar os conhecimentos de todos os sectores sobre o IPv6.

Além do mais, no intuito de promover os nomes de domínio de Macau e impulsionar o desenvolvimento regular do serviço dos nomes de domínio de Macau, iremos, de acordo com o desenvolvimento mais actualizado a nível internacional da gestão e do registo dos nomes de domínio, coordenar com as respectivas entidades o lançamento do serviço de nomes de domínio em chinês e em português e outros serviços de nomes de domínio adequados para Macau, melhorando oportunamente o procedimento e as condições para o pedido de registo de nomes de domínio de Macau, por forma a fornecer um serviço diversificado, rápido e de qualidade.

No sentido de melhorar o respectivo trabalho de fiscalização das estações de fiscalização de radiocomunicações, serão implementadas novas estações de fiscalização de radiocomunicações, em sítios apropriados das ilhas, acompanhadas do adequado sistema de localização dos sinais radioeléctricos de direcção, a fim de proceder à análise rápida de sinais e à busca da origem de interferências, assegurando o funcionamento normal e a segurança das actividades de radiocomunicações.

Por outro lado, em virtude da rápida evolução das tecnologias radioeléctricas, iremos estabelecer um sistema profissional para proceder a uma avaliação completa no que diz respeito à localização de estações de radiocomunicações e a respectiva situação de cobertura de sinais, a fim de efectuar de forma mais eficaz a gestão do espectro radioeléctrico e coaduná-la com as necessidades de fiscalização.

8.2. Políticas de Correios

Prosseguiremos o princípio “servir melhor a população” e continuaremos a elevar a eficiência e qualidade da prestação dos serviços através da concentração de esforços de toda a equipa e do uso de sistemas de informação e de gestão avançados. Em paralelo, vamos acompanhar a evolução e necessidades da sociedade, consolidar a rede de serviços, expandir serviços diversificados e inovadores, estabelecer alianças e reforçar a cooperação com o Interior da China e outros países, para que o sector postal se possa desenvolver de forma sustentável e saudável.

8.2.1. Consolidação das Redes de Serviços e Expansão e Desenvolvimento do Governo Electrónico

Para acompanhar o desenvolvimento urbano e aperfeiçoar a rede postal, será reaberta a Estação Postal no bairro antigo da Taipa e criada a nova Estação Postal de Seac Pai Van em Coloane e será adoptada um maior desenvolvimento do sistema de automatização da rede de balcões das Estações Postais, incluindo a sua aplicação na área de EMS. Far-se-á o acompanhamento da utilização do Sistema de Processamento de Correspondência (MPS) e do Sistema Postal Internacional (IPS), de forma a o fluxo operacional poder ser continuamente melhorado, e ser estudada a possibilidade da sua aplicação à área de EMS.

Com base nos actuais serviços nucleares dos Correios, serão oferecidos novos serviços, como serviços de câmbio de moeda em algumas estações postais, e serão promovidos os serviços de Plataforma de Pagamento Electrónico da Caixa Económica Postal. Será lançado o novo Serviço de Correio Electrónico Registado Postal e criada simultaneamente para os cidadãos, uma Caixa Postal Electrónica a ser registada através de comprovada identificação. Paralelamente, em associação com entidades governamentais e empresas, serão lançados serviços electrónicos ligados à Caixa Postal Electrónica Segura, e actualizada e aperfeiçoada a utilização da Caixa Postal Electrónica Segura através de telemóvel (versões IOS e Android), proporcionando uma utilização fácil e conveniente aos utilizadores deste serviço.

8.2.2. Reforço da Cooperação Externa e Actualização dos Serviços a par do Desenvolvimento Mundial

Para acompanhar os novos regulamentos da Convenção da UPU e o novo regime de taxas terminais da UPU, será alterado o Regulamento Postal e estudada a alteração de taxas de serviço postal internacional, estabelecidas na “Tabela Geral de Taxas e Multas dos Serviços Postais”, conforme as actuais necessidades. Os Correios de Macau continuarão a participar activamente no âmbito da Cooperativa Telemática da UPU, tendo em vista promover a normalização da especificação funcional S52 do Correio Electrónico Registado Postal, com o Grupo de Utilizadores de Serviços Electrónicos Avançados da UPU.

Os Correios de Macau irão, ainda, participar, como membro efectivo, na Assembleia Geral da AICEP (Associação dos Operadores de Correios e Telecomunicações dos Países de Língua Oficial Portuguesa) de 2013, bem como no Fórum e em outras actividades relacionadas com o evento, com o objectivo de desenvolver o papel de Macau como plataforma entre China e os Países de Língua Oficial Portuguesa neste sector. Será aproveitada a oportunidade para manter contactos com os operadores e reguladores de Correios e Telecomunicações dos Países de Língua Oficial Portuguesa, incrementando maior intercâmbio de tecnologias e experiências.

No âmbito do Museu das Comunicações, continuar-se-á a desenvolver o diálogo e a cooperação com parceiros estratégicos e a participar activamente em actividades comunitárias locais e em actividades de intercâmbio com exterior.

8.3. Política na área da Ciência e Tecnologia

Em 2013, vamos continuar a desenvolver os seguintes trabalhos, para promover o desenvolvimento científico e tecnológico de Macau, activar a atmosfera criativa de Macau, e aumentar a alfabetização científica do público de Macau.

8.3.1. Enriquecer as actividades da divulgação de ciência, aprofundar a investigação de estratégias científicas e tecnológicas

Com a base do “Inquérito sobre a Situação Actual do Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Macau” já concluído, o Grupo de Trabalho de Estratégias e Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia irá realizar um workshop para o intercâmbio de opiniões em 2013, indo convidar os especialistas e os académicos provenientes do território, do Interior da China e dos estrangeiros a discutir conjuntamente os rumos de estratégias para o desenvolvimento científico e tecnológico em Macau, para tomar como as referências do respectivo estudo de estratégias no futuro os resultados de discussão.

A Semana de Ciência e Tecnologia é o ponto principal do trabalho de todos os anos do “Conselho de Cooperação de Ciência e Tecnologia entre o Interior da China e Macau”, no próximo ano, o Ministério das Ciências e Tecnologia vai continuar apoiar Macau para organizar as respectivas actividades, vamos também enriquecer o conteúdo de exposição para promover continuamente o desenvolvimento dos trabalhos da divulgação das Ciências e da Tecnologia de Macau. Ao mesmo tempo, continua-se a organizar conjuntamente a delegação académica dos professores para a divulgação da ciência e tecnologia e o campismo dos alunos para a divulgação da ciência e tecnologia, concluir as experiências sucessivas antigas, enriquecer profundamente o conteúdo de estudo e aprendizagem, a fim de intensificar a formação e aumentar o horizonte e qualidade científicos de professores e estudantes de Macau.

8.3.2. Aperfeiçoar continuamente o processo de financiamento de programas, apoiar a construção de laboratório de referência do Estado

Continuar a desenvolver o espírito de “Regulamento da Concessão de Apoio Financeiro”, desenvolver os diversos financiamentos da investigação científica e generalização científica, aperfeiçoando continuamente o processo de financiamento, também vamos reforçar o trabalho de fiscalização dos eventos de financiamento, proceder continuamente o seguimento aos eventos apreciados para assegurar que os eventos vão proceder conforme o andamento e a qualidade do plano, e garantir as despesas com cabimento. Noutro lado, o Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia vai reforçar continuamente a transparência do funcionamento, alargar os entendimentos e conhecimentos da sociedade sobre os trabalhos quotidianos do Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia, situação actual e avanço das ciências e da tecnologia de Macau. No lado dos prémios locais das ciências e da tecnologia, vamos fazer revisão e conclusão globais para a situação do desenvolvimento dos respectivos trabalhos, estudar e proceder a revisão do “Regulamento dos prémios para o desenvolvimento das ciências e da tecnologia”, estuda também aperfeiçoar os vários programas com tratamento electrónico para aumentar ainda mais a eficiência de premiar os respectivos trabalhos. E no lado de recomendar os prémios nacionais para ciências e tecnologia, vamos proceder os trabalhos de aplicação respectivos ao Gabinete Nacional para os Prémios da Ciências e da Tecnologia, desenvolver também, no primeiro trimestre, os trabalhos recomendados sobre Fundação Ho Leung Ho Lee, e nomear os académicos locais a candidatar os prémios respectivos.

Por outro lado, através do regime de “Conselho de Cooperação de Ciência e Tecnologia entre o Interior da China e Macau”, vamos promover os cientistas de Macau para entrar na Base de especialistas de programas nacionais de ciência e tecnologia ; estimular os grupos de trabalhos do Conselho para desenvolver mais cooperações práticas; discutir a cooperar para realizar seminário de análise; coordenar e apoiar continuamente as actividades de formação de dirigentes de gestão das ciências e da tecnologia do Interior da China na área da língua portuguesa; cooperar com Fundação Nacional de Ciência Natural da China, Academia Chinesa de Ciências e Associação Chinesa de Ciência e Tecnologia, para construir a base de especialistas da apreciação de programas. Dois laboratórios de referência do Estado de Macau estão num período de construção, em 2013 continuamos a oferecer-lhe financiamento, inclui aquisição de instrumentos e de equipamentos, formação para líderes académicos e desenvolvimento de análise de área de ponto principal para promover o desenvolvimento da respectiva área. Ao mesmo tempo vamos cooperar com universidade as análises, dar apoios referenciais aos outros laboratórios que têm condições.

CONCLUSÃO

Construir um “Centro Mundial de Turismo e Lazer” que se “adeque a residentes e turistas” e, paralelamente, concretizar uma política de “Habitação para todos, Bem-Estar para todos” e otimizar os recursos são alguns dos desafios que a área de Transportes e Obras Públicas enfrenta.

A nossa política é clara. Iremos percorrer várias fases, desde a elaboração dos projectos até à sua concretização, e cumprimos, sem hesitações, todos os compromissos e, de forma gradual, iremos concluir cada uma das etapas de trabalho de acordo com o planeado. No decurso da implementação dos planos adaptaremos uma análise objectiva e uma governação científica, acompanhando as mudanças sociais e melhorando gradualmente os pormenores dos planos de cada área, para que os trabalhos sejam executados com a máxima exactidão e perfeição possíveis.

O ano de 2013 marca uma viragem dos trabalhos na área de Transportes e Obras Públicas, plasmada numa integração regional mais estreita. Por outro lado, e tendo por base os trabalhos preliminares passar-se-á à fase de execução do plano das novas zonas urbanas e dos novos aterros. Concomitantemente, vamos dar início à construção de vários empreendimentos de grande envergadura, ampliar as redes viárias e as infra-estruturas, construir uma rede energética, atribuir habitações públicas, construir as respectivas instalações de apoio e acompanhar o programa de protecção ambiental, etc.

A área de transportes e obras públicas procurará concluir os projectos segundo o calendário estabelecido, sem causar impactos à normal vivência da cidade, assegurando a qualidade da vida diária dos seus cidadãos e aumentando o conforto dos turistas.

Apesar dos grandes obstáculos colocados, a nossa equipa já desenvolveu os trabalhos preparatórios e, com sentido de serviço público, irá implementar uma política “com base na população”, seguimos o objectivo de “elevar os benefícios dos residentes, atento o desenvolvimento a longo prazo de Macau”, envidando todos os esforços para cumprir os objectivos definidos em cada área.

Finalmente e ao longo do processo de urbanização, contamos com a colaboração e compreensão da população e estamos receptivos a opiniões construtivas para encontrar as melhores respostas para os problemas e obstáculos que surjam pelo caminho, para que todos, e cada um de nós, participem na construção de um “Centro Mundial de Turismo e Lazer” que se “adeque a residentes e turistas”.